



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

LUCIANA PORTILHO DA SILVA

**Mercado de trabalho e as diferenças de gênero: o caso das
ocupações de nível superior no Brasil (2004 – 2013)**

Campinas
2020



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

LUCIANA PORTILHO DA SILVA

**Mercado de trabalho e as diferenças de gênero: o caso das
ocupações de nível superior no Brasil (2004 – 2013)**

Prof.^a Dr.^a Eugênia Troncoso Leone – Orientadora

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: Economia Social e do Trabalho.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELA ALUNA LUCIANA PORTILHO DA SILVA E
ORIENTADA PELA PROF. DRA. EUGENIA TRONCOSO LEONE.

A handwritten signature in blue ink, reading "Eugênia Troncoso Leone", is written over a horizontal line.

Orientadora

Campinas

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

P836m Portilho, Luciana, 1982-
Mercado de trabalho e as diferenças de gênero : o caso das ocupações de nível superior no Brasil (2004 - 2013) / Luciana Portilho da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Eugenia Troncoso Leone.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Mercado de trabalho. 2. Gênero. 3. Mulheres. 4. Ensino superior. I. Leone, Eugenia Troncoso, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Labor market and gender differences : the case of occupations of higher level education in Brazil (2004 - 2013)

Palavras-chave em inglês:

Labor market

Gender

Women

Education, Higher

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Doutora em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Eugenia Troncoso Leone [Orientador]

Denis Maracci Gimenez

Marilane Oliveira Teixeira

Moema de Castro Guedes

Angela Welters

Data de defesa: 27-02-2020

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-6174-7405>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3290210762081533>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

LUCIANA PORTILHO DA SILVA

**Mercado de trabalho e as diferenças de gênero: o caso das
ocupações de nível superior no Brasil (2004 – 2013)**

Defendida em 27/02/2020

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Eugenia Troncoso Leone

Instituto de Economia / UNICAMP

Prof. Dr. Denis Maracci Gimenez

Instituto de Economia / UNICAMP

Profa. Dra. Marilane Oliveira Teixeira

Instituto de Economia / UNICAMP

Profa. Dra. Moema de Castro Guedes

ICHS / UFRRJ

Prof. Dra. Angela Welters

DEPECON / UFPR

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

Aos meus amores, Sônia, João Carlos e Juan Pablo.
A todas as mulheres que transformam o mundo todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha querida professora Eugenia Troncoso Leone por ter aceitado me orientar e por todo o acompanhamento minucioso que ela depositou em meu trabalho. Ela se tornou, para mim, um exemplo de profissional que se dedica a expandir o conhecimento, além de contribuir e impulsionar o desenvolvimento e crescimento de seus alunos.

Gostaria de agradecer também ao professor Paulo Baltar que na reta final do doutorado também acompanhou e deu importantes contribuições. O apoio e confiança dos dois foi de grande importância para a finalização da tese.

Agradeço às professoras Moema Guedes, Angela Welters e Marilane Teixeira e ao professor Denis Gimenez por terem aceitado participar da banca de defesa da tese, pelos comentários e pelo instigante debate que tivemos. Aproveito ainda para registrar mais um “muito obrigada” à profa. Marilane e ao prof. Denis pelas pertinentes contribuições que deram na banca de qualificação e também pela confiança depositada em um momento em que os desafios foram grandes.

Meus agradecimentos também se estendem aos demais professores do Instituto de Economia e aos amigos que fiz ali, com quem, entre aulas e cafés, encontrei companheirismo e boas discussões. E também aos funcionários, principalmente aos da secretaria da pós-graduação, da biblioteca e do CESIT pelo auxílio que sempre nos prestam.

Meus agradecimentos aos colegas do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) pelo apoio durante o processo de escrita da tese, em especial à Isabela Coelho, Mayra Pizzott e Daniela Costa.

Expresso também um grande agradecimento aos meus queridos amigos, que acompanharam toda a longa trajetória do doutorado, o apoio, a compreensão da ausência, a escuta e o incentivo em tantos momentos.

Finalmente, agradeço à minha família. A Sônia, João Carlos, Rafael e Débora, pelo amor, pelo apoio incondicional, pela força e pela confiança que ao longo de tantos anos depositaram em mim. E ao Juan Pablo, cujo incentivo, apoio

psicológico e sentimental e a cumplicidade do dia a dia foram fundamentais para que eu enfrentasse os desafios que vieram durante essa etapa. O carinho de todos vocês me manteve firme nesse meu caminho.

RESUMO

O Brasil passou por um período de expansão econômica, no início do século XXI, impulsionado por elevação do investimento e consumo internos, além de um cenário internacional favorável. O crescimento econômico experimentado no período favoreceu resultados positivos no mercado de trabalho e a redução das diferenças de rendimentos entre os trabalhadores. Diante do exposto, o objetivo desta tese é analisar os impactos que este período de crescimento com distribuição de renda e com melhoras significativas no mercado de trabalho tiveram sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, principalmente no que concerne às ocupações que exigem formação em nível superior. Defende-se que as políticas gerais de mercado de trabalho não são suficientes para reduzir as desigualdades de gênero, principalmente, as diferenças de rendimento por gênero nas ocupações que exigem formação em nível superior. Nesse sentido, são apontados dois fatores explicativos como forte influenciadores na manutenção das desigualdades nessas ocupações: os mecanismos de segregação que antecedem o mercado de trabalho, ou seja, componentes sociais e culturais que atribuem diferentes papéis sociais a homens e mulheres e que agem sobre suas escolhas no âmbito do curso de graduação e a manutenção de um *status quo* de desvalorização social e monetária de ocupações com preponderância de trabalhadoras mulheres, mesmo que para exercê-las seja necessário um alto nível educacional. Assim, apesar dos avanços na escolarização das mulheres e abertura de espaços privilegiados no mercado de trabalho para as mulheres com educação superior, ainda persistem as desigualdades de participação e renda.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; gênero; mulheres, ensino superior.

ABSTRACT

Brazil went through a period of economic expansion, at the beginning of the 21st century, driven by an increase in the domestic investment and consumption, in addition to a favorable international economic scenario. The economic growth experienced in the period contributed to positive outcomes in the labor market and the reduction of income differences among workers. Based on the above, the objective of this thesis is to analyze the impacts that this period of growth with income distribution and with significant improvements in the labor market had on gender inequalities in the labor market, especially with regard to occupations that require higher education. It is argued that general labor market policies are not enough to reduce gender inequalities, especially income gap by gender in occupations requiring higher education. In this sense, two explanatory factors are identified as having strong influence in maintaining inequalities in these occupations: the segregation mechanisms that precede the labor market, i.e., social and cultural components that assign different social roles to men and women, affecting their choices in the scope of the undergraduate course, and the maintenance of a status quo of social and monetary devaluation of occupations with a preponderance of female workers, even if a high level of education is required to exercise them. Thus, despite advances in women education and the opening of privileged spaces in the labor market for women with higher education, inequalities in participation and income gaps still persist.

Keywords: Labor market; gender; women; higher education.

RESUMEN

Brasil atravesó un período de expansión económica, a principios del siglo XXI, impulsado por el aumento de la inversión y el consumo interno, además de un favorable escenario internacional. El crecimiento económico del período favoreció resultados positivos en el mercado laboral y la reducción de las diferencias de ingresos entre los trabajadores. Ante lo expuesto, el objetivo de esta tesis es analizar los impactos que este período de crecimiento con distribución del ingreso y con mejoras significativas en el mercado laboral tuvo en las desigualdades de género en el mercado laboral, en particular a las ocupaciones que requieren educación superior. Se argumenta que los avances encontrados en el mercado laboral brasileño entre los años 2004 y 2013 no fueron suficientes para reducir las diferencias de ingresos por género en las ocupaciones que requieren un nivel de educación superior. En este sentido, se identifican dos factores explicativos que tienen fuertes influencias en el mantenimiento de las desigualdades en estas ocupaciones: los mecanismos de segregación que preceden al mercado laboral, es decir, los componentes sociales y culturales que asignan diferentes roles sociales a hombres y mujeres y que actúan sobre sus opciones en el alcance del curso de pregrado y el mantenimiento de un *status quo* de devaluación social y monetaria de las ocupaciones con preponderancia de las trabajadoras, incluso si se requiere un alto nivel de educación para ejercerlos. Por lo tanto, a pesar de los avances en la educación de las mujeres y la apertura de espacios privilegiados en el mercado laboral para las mujeres con educación superior, las desigualdades en la participación y en los ingresos todavía persisten.

Palabras-clave: Mercado laboral; genero; mujeres; enseñanza superior.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação da população ocupada por posição na ocupação, por sexo. Brasil – 2004 e 2013 (%)	43
Tabela 2 - Distribuição e participação nos setores de atividade, por sexo. Brasil – 2004 e 2013 (%).....	45
Tabela 3 – Razão de rendimento médio por hora trabalhada entre mulheres e homens, por posição na ocupação. Brasil - 2004 e 2013	47
Tabela 4 – Razão de rendimento médio por horas trabalhadas entre mulheres e homens, por setor de atividade. Brasil – 2004 e 2013	48
Tabela 5 - População em idade ativa por grupos de anos de estudos e sexo. Brasil - 2004 e 2013 (%).....	50
Tabela 6 - Taxas de participação por grupos de anos de estudo e sexo. Brasil - 2004 e 2013 (%).....	50
Tabela 7 - Distribuição da PEA por grupos de anos de estudo e sexo. Brasil - 2004 e 2013 (%).....	53
Tabela 8 - Taxas de desemprego por grupos de anos de estudo e sexo. Brasil - 2004 e 2013 (%).....	53
Tabela 9 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação e grupos de anos de estudos, por sexo. Brasil – 2004 e 2013 (%).....	54
Tabela 10 - Razão entre os rendimentos médios nominais, rendimento hora e jornada de trabalho de homens e mulheres. Brasil - 2004 e 2013	57
Tabela 11 - Distribuição dos ocupados e proporção de mulheres nos grupamentos ocupacionais. Brasil - 2004 e 2013 (%).....	59
Tabela 12 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação e grupamento ocupacional, por sexo. Brasil - 2004 e 2013 (%).....	60
Tabela 13 - Distribuição dos ocupados por anos de estudo e grupamento ocupacional, por sexo. Brasil - 2004 e 2013 (%).....	62
Tabela 14 - Razão entre os rendimentos médios nominais, rendimento hora e jornada de trabalho de homens e mulheres. Brasil - 2004 e 2013	63
Tabela 15 - Número de Instituições de Educação Superior por organização acadêmica e categoria administrativa. Brasil – 2013.....	97

Tabela 16 - Matrículas em cursos de graduação presencial e a distância, por categoria administrativa e sexo. Brasil – 2013.....	98
Tabela 17 - Matrículas em cursos de graduação presencial e a distância por grau acadêmico e categoria administrativa. Brasil – 2013	99
Tabela 18 - Matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância, por grau acadêmico e por sexo. Brasil – 2013	100
Tabela 19 - Matriculados em graduação presencial e a distância, por área geral do curso. Brasil – 2013.....	100
Tabela 20 - Matrículas nos cursos de graduação presencial e a distância, por área específica e por sexo. Brasil – 2013.....	101
Tabela 21 - Profissionais das ciências e das artes, por posição na ocupação e por sexo. Brasil - 2004 e 2013 (%)	119
Tabela 22 - Profissionais das ciências e das artes, setor de atividade e por sexo. Brasil - 2004 e 2013	121
Tabela 23 – Razão entre os rendimentos médios dos setores, rendimentos nominais, rendimento hora e jornada de trabalho dos profissionais das ciências e das artes, por sexo. Brasil - 2004 e 2013.....	123
Tabela 24 - Distribuição de homens e mulheres por subgrupos dos profissionais das ciências e das artes ordenados pelo rendimento médio. Brasil – 2004 e 2013.....	125
Tabela 25 - Distribuição das pessoas ocupadas, proporção de mulheres e diferenças de renda média horária entre homens e mulheres por subgrupos dos profissionais das ciências e das artes ordenados pelo rendimento médio. Brasil – 2004 e 2013.....	126
Tabela 26 - Distribuição de homens e mulheres por subgrupos dos profissionais das ciências e das artes, exclusive os profissionais de ensino. Brasil – 2004 e 2013 ...	127
Tabela 27 - Composição dos subgrupos por posição na ocupação. Brasil - 2004 ..	129
Tabela 28 - Composição dos subgrupos por posição na ocupação. Brasil - 2013 ..	130
Tabela 29 - Distribuição das mulheres segundo subgrupos ocupacionais das profissões das ciências e das artes por faixa etária. Brasil - 2004 e 2013	132
Tabela 30 - Proporções de mulheres segundo subgrupos ocupacionais das profissões das ciências e das artes por faixa etária. Brasil – 2004 e 2013	133
Tabela 31 - Distribuição dos ocupados, % de mulheres e renda média total e renda média horária da mulher em relação aos homens no subgrupo profissionais de ensino. Brasil - 2004 e 2013	141

Tabela 32 - Distribuição dos ocupados, % de mulheres e renda média total e renda média horária da mulher em relação aos homens no subgrupo profissionais das ciências exatas, físicas e engenharia. Brasil - 2004 e 2013.....	144
Tabela 33 - Distribuição dos ocupados, % de mulheres e renda média total e renda média horária da mulher em relação aos homens no subgrupo profissionais das ciências jurídicas. Brasil - 2004 e 2013.....	147
Tabela 34 - Distribuição dos ocupados, % de mulheres e renda média total e renda média horária da mulher em relação aos homens no subgrupo profissionais das ciências biológicas, saúde e afins. Brasil – 2004 e 2013	149
Tabela 35 - Distribuição dos ocupados, % de mulheres e renda média total e renda média horária da mulher em relação aos homens no subgrupo profissionais das ciências sociais e humanas. Brasil – 2004 e 2013.....	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de mulheres e homens em ocupações preponderantemente femininas, masculinas e mistas, por subgrupo dos profissionais das ciências e das artes. Brasil - 2004	136
Gráfico 2 - Distribuição de mulheres e homens em ocupações predominantemente masculinas, femininas e mistas por subgrupos dos profissionais das ciências e das artes. Brasil - 2013	138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Estrutura da tese	28
1. MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA.....	31
1.1. Contextualização da dinâmica econômica no Brasil no início do século XXI.....	32
1.2. O mercado de trabalho brasileiro e a participação das mulheres.....	38
1.3. Participação no mercado de trabalho por estratos de escolaridade	49
1.4. Os diferenciais de participação conforme os grupamentos ocupacionais	58
1.5. Considerações finais	64
2. O PROCESSO EDUCACIONAL FEMININO: ENTRE DESIGUALDADES E SUPERAÇÕES	67
2.1. A criação tardia do ensino superior no Brasil.....	68
2.1.1. O início da expansão e diversificação do ensino superior	72
2.1.2. A institucionalização do ensino universitário	75
2.2. A entrada das mulheres no sistema educacional e a reversão do hiato educacional de gênero.....	79
2.2.1. A trajetória de inserção das mulheres no sistema educacional	79
2.2.2. A trajetória de inserção das mulheres no ensino superior	89
2.3. O ensino superior nos anos 2000 e a participação das mulheres	96
2.4. Apontamentos sobre fatores potencialmente influenciadores da segregação educacional.....	105
2.5. Considerações finais	108
3. SEGREGAÇÃO DE GÊNERO NAS OCUPAÇÕES MAIS QUALIFICADAS: O CASO DAS OCUPAÇÕES QUE EXIGEM NÍVEL SUPERIOR.....	111
3.1. Segregação como conceito de análise das diferenças de gênero no mercado de trabalho.....	111
3.2. Metodologia de análise dos dados.....	116
3.3. Contextualização do grupo ocupacional profissionais das ciências e das artes ...	118
3.4. A segregação ocupacional de gênero por subgrupos ocupacionais.....	124
3.4.1. Composição dos subgrupos dos profissionais das ciências e das artes segundo posição na ocupação	128

3.4.2.	Distribuição dos ocupados segundo subgrupos das profissões das ciências e das artes por faixa etária.....	131
3.5.	A segregação nas ocupações dos subgrupos de profissionais das ciências e das artes.....	134
3.5.1.	Segregação ocupacional dentro dos subgrupos das profissões das ciências e das artes.....	140
3.6.	Considerações finais	153
4.	CONCLUSÕES	155
5.	ANEXO.....	171

INTRODUÇÃO

Entre os anos 2004 e 2013, a economia brasileira apresentou melhor desempenho com crescimento mais expressivo do Produto Interno Bruto (PIB), baixa inflação, melhora nas contas públicas e no balanço de pagamentos. Esse melhor desempenho da economia favoreceu os resultados do mercado de trabalho, levando à redução da taxa de desemprego, aumento da proporção de empregos formais na ocupação das pessoas ativas, elevação do poder de compra das rendas do trabalho e redução nas diferenças de renda entre os trabalhadores. A conjuntura externa favorável foi um fator impulsionador, visto que a dinâmica da economia internacional passava por um momento de expansão do comércio de *commodities*, crescimento da produção manufatureira na Ásia e ampliação do consumo de bens e serviços nos Estados Unidos. Além da situação internacional favorável, destacou-se uma gradativa retomada do protagonismo estatal e um maior empenho público em direção ao desenvolvimento social.

O ciclo de expansão internacional duraria até 2008, quando do advento da crise econômica internacional que afetaria a economia de diversos países nos anos seguintes, incluindo a brasileira. Na melhora do desempenho da economia brasileira desde 2004 destacaram-se a ampliação do consumo das famílias e o aumento do investimento induzido pelo consumo e pela exportação, além do esforço para ampliar o investimento público em infraestrutura.

Apesar de boa parte da política macroeconômica vigente desde 1999 ter sido mantida, verificou-se alguns ajustes na atuação do Estado, como a política de reforço na valorização do salário mínimo e na transferência de renda e de expansão do crédito – apesar do elevado nível das taxas de juros – assim como reforço na área de formalização da atividade econômica e dos contratos de trabalho. A elevação da renda das famílias, principalmente as beneficiadas pela política de aumento do salário mínimo e pelos benefícios da seguridade social, resultou em uma diminuição da desigualdade de renda familiar no período. Por conta dessas melhorias, esse período ficou conhecido como “crescimento com distribuição de renda”.

Diante do exposto, o objetivo desta tese é analisar os impactos que este período de crescimento com distribuição de renda e com melhoras significativas no

mercado de trabalho teve sobre as desigualdades de gênero, principalmente no que concerne às ocupações que exigem nível superior de educação, ou seja, o grupo ocupacional profissionais das ciências e das artes. Isto porque é justamente nesse grupo ocupacional que se concentra o maior número de profissionais com formação em nível superior, uma presença majoritariamente feminina e uma das maiores desigualdades de rendimento em favor dos homens. A compreensão das características estruturais desse grupo tem o potencial de contribuir para o melhor entendimento de como se opera a segregação ocupacional horizontal e seus efeitos sobre as práticas profissionais.

Cabe pontuar que a questão de raça é uma importante variável para a compreensão da inserção, participação e renda das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Para o caso dos profissionais das ciências e das artes, verifica-se uma grande diferença na presença de mulheres conforme a raça, sendo a grande maioria composta por mulheres brancas. No entanto, verificou-se um importante avanço na presença de mulheres pardas e negras no período, visto que, em 2004, esse grupo ocupacional era composto por 2,81% de mulheres negras e 19,13% de mulheres pardas, passando para 4,45% e 27,15%, respectivamente, em 2013 (PNAD-IBGE). A despeito desses resultados, não será apresentada nessa tese a abertura dos dados por gênero e raça, pois a pesquisa amostral utilizada como base de dados não possibilita a desagregação necessária das variáveis sexo e raça para subgrupos e ocupações com uma margem de erro dos resultados aceitável para a compreensão da dinâmica no período.

Feitas estas observações, temos que estudos anteriores mostraram as limitações do avanço e a continuidade das desvantagens femininas no mercado de trabalho associadas às dificuldades no trabalho por remuneração das mulheres, devido à obrigação de dedicarem maior tempo a afazeres domésticos e cuidados na família (TEIXEIRA, 2017). As diferenças de remuneração entre homens e mulheres continuaram elevadas e com as mulheres se concentrando em tipos de ocupações tidos como femininos e excluídas dos tipos de ocupações considerados como masculinos.

As dificuldades de avanço e a continuação das desvantagens ocorreram em meio a profundas mudanças tecnológicas e de organização da produção que

eliminaram diversas ocupações consideradas masculinas e fizeram surgir ocupações com maior flexibilidade no uso do trabalho que, se por um lado, dificultaram a reestruturação de posições de barganha pelos trabalhadores, por outro, reduziram a vantagem masculina decorrente da maior disponibilidade de tempo para se dedicarem ao trabalho por remuneração ao não serem obrigados a realizar as tarefas domésticas e de cuidado da família (TEIXEIRA, 2017).

O lugar da mulher no trabalho por remuneração tampouco foi significativamente modificado pelo melhor desempenho da economia e do mercado de trabalho entre os anos 2004 e 2013 (TEIXEIRA, 2017). As diferenças de salário continuaram substanciais e as mulheres continuaram segregadas em ocupações consideradas femininas e excluídas nas ocupações consideradas masculinas. A redução observada nas diferenças de salário entre homens e mulheres está associada à elevação do salário mínimo e se refere às pessoas de baixa escolaridade. Nas ocupações que exigem maior escolaridade a presença feminina aumentou, porém com menor aumento da remuneração e menor aproximação entre as remunerações de homens e mulheres (TEIXEIRA, 2017).

Nesse sentido, é importante aprofundar o estudo da evolução da absorção de mulheres em ocupações que exigem nível superior de educação em decorrência de seu importante papel na redução da desigualdade de renda do trabalho observada no Brasil entre os anos 2004 e 2013, contribuindo assim para a compreensão da redução do retorno da educação superior como um aspecto marcante da redução na desigualdade da renda do trabalho observada no período (LUSTIG *et al.*, 2013).

Como hipótese para o objetivo traçado, temos que as políticas gerais de mercado de trabalho não são suficientes para reduzir as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, principalmente para os casos das ocupações que exigem formação em nível superior. Isto porque os mecanismos de segregação antecedem o mercado de trabalho, ou seja, verificam-se componentes sociais e culturais que atribuem diferentes papéis sociais a mulheres e homens na sociedade brasileira e que agem sobre suas escolhas profissionais já no âmbito dos cursos de graduação, direcionando a maioria das mulheres para áreas específicas, como educação e saúde, e os homens para as áreas de exatas. Um segundo fator explicativo seria a manutenção de um *status quo* de desvalorização social e monetária de ocupações

com preponderância de trabalhadoras mulheres, mesmo que para exercê-las seja necessário um alto nível educacional.

Como pressupostos conceituais para a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, foram elaborados diversos conceitos que substanciam grande parte dos estudos que abordam o gênero como variável de análise, entre eles a divisão sexual do trabalho, discriminação e segregação no mercado de trabalho.

Análises sobre as relações de gênero e mercado de trabalho sob a ótica da divisão sexual do trabalho abordam a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos, sendo modulada histórica e socialmente, tendo como características a designação prioritária do homem à esfera produtiva, das mulheres à esfera reprodutiva e a apropriação pelos homens das funções de maior valor social agregado, como valores políticos, religiosos, militares etc. (HIRATA; KERGOAT, 2007)

Hirata (2002) aponta que em grande parte das análises sobre as relações sociais dos sexos, entendidas como desiguais, hierarquizadas e antagônicas, de exploração e de opressão, entre duas categorias socialmente construídas, existe a predominância de um dos componentes dessas relações, seja o de superexploração econômica, seja o de opressão/dominação de sexo. A importância dada a uma dessas relações geralmente implica deixar a outra em segundo plano. No entanto, a autora propõe ir mais adiante, e para isto, parte da análise elaborada por Danièle Kergoat, que contextualiza as relações de classe e de sexo em termos de “coexistensividade¹”, ou seja, em termos de sobreposição parcial de uma pela outra.

(...) a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis, sendo a esfera de exploração econômica – ou das relações de classe – aquela em que, simultaneamente, é exercido o poder dos homens sobre as mulheres (HIRATA, 2002, p. 277).

¹ Conceito de origem filosófica que Kergoat utiliza para pensar a imbricação das relações sociais de classe e de sexo. Ver Kergoat, 1984.

O conceito de “sujeito sexuado” inserido em uma rede de relações intersubjetivas faz com que o fator econômico perca sua preeminência nas análises marxistas das relações de dominação. Trata-se da passagem do

primado do econômico e das relações de exploração para a afirmativa de uma ligação indissociável entre opressão sexual e exploração econômica que permite reconceitualizar o trabalho, dinamizá-lo, a partir da introdução de uma subjetividade efetiva, ao mesmo tempo ‘sexuada’ e de ‘classe’ (HIRATA, 2002, p. 277).

A partir desta abordagem teórica, Hirata e Kergoat indicam a relevância ao antagonismo, ao conflito, à ideia de movimento social sexuado. Esta conceitualização da divisão sexual do trabalho em termos de relação social baseia-se na ideia de uma relação antagônica entre homens e mulheres, em relações desiguais, hierarquizadas e assimétricas, sendo esse conceito um aspecto dentro da divisão social do trabalho.

Uma questão de grande relevância para a compreensão da dinâmica da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade e, conseqüentemente, em sua participação no mercado de trabalho, é a discriminação sofrida pela mão de obra feminina, visto que, mesmo com a reversão do histórico hiato de gênero na escolaridade, as mulheres continuam recebendo salários inferiores aos dos homens, conforme afirmam Guedes (2012), Bruschini (2007) e Leone e Baltar (2006a).

Discriminação construída ao longo da história e absorvida, ao que Cardoso afirma:

A opinião que as mulheres têm de si mesmas, de suas possibilidades e de seu lugar na sociedade é um dos fatores que as levam a enfrentar maiores dificuldades na vida profissional, onde vêm ocupar, quase sempre, lugares subalternos e mal remunerados (CARDOSO, 1980, p. 11).

A discriminação se dá por um tratamento diferenciado, comparativamente desfavorável, surgindo tanto por preconceito direto contra as mulheres, como pelo fato de sua contratação possibilitar a elevação dos custos operacionais do estabelecimento em função de leis de tutela social. Certos comportamentos conservadores em relação à mulher na família e na vida social acabam por reforçar tal discriminação. Estes comportamentos se estendem também para a remuneração dos trabalhadores em relação ao trabalho executado (BARROS, 2010).

Além de medidas arbitrárias tomadas em relação ao trabalho feminino, a discriminação também se manifesta em relação à formação profissional, ao acesso das mulheres ao trabalho, à manutenção e às condições de emprego, acentuando-se, principalmente, quando se trata de mulheres casadas e com responsabilidades familiares (BARROS, 2010).

A discriminação da mulher no mercado de trabalho, no ensino e em outros setores da sociedade cria barreiras para sua atuação enquanto sujeito ativo na construção de sua história.

(...) não existe a “problemática da mulher”, mas uma problemática da sociedade contra a mulher, discriminando-a de forma ostensiva, colocando sob sua única responsabilidade as tarefas domésticas, a de socialização dos imaturos, forçando-a a decidir-se, nessa ambiguidade que se coloca, diante da necessidade econômica, a dividir-se entre três papéis, procurando uma ocupação na qual ela possa, além de conciliar todos os papéis, ser aceita, o que vai ocorrer, geralmente, no setor de serviços (CARDOSO, 1980, p. 69).

Outro conceito amplamente utilizado para analisar a desigualdade de gênero no mercado de trabalho é a segregação, que pode ser considerada ocupacional, por setor de atividade, local de trabalho e formas de contrato de trabalho. O grau da segregação varia de acordo com a situação, podendo ser preponderante por um dos sexos, ou quando um dos sexos é sub-representado em relação à sua participação no total do emprego.

Quanto à estrutura ocupacional entre os sexos, distinguem-se dois tipos de segregações ocupacionais, a vertical e a horizontal. A primeira se refere aos postos hierárquicos de chefia e de direção, que envolvem poder de mando e são conferidas, em geral, aos homens, inclusive em profissões em que a maioria dos trabalhadores é composta por mulheres, como no setor da educação. Essa é a maneira mais evidente da discriminação ocupacional e se dá por “obstáculos implícitos derivados de preconceitos psicológicos e estruturais que constituem as chamadas ‘barreiras invisíveis’, impedindo o acesso de mulheres aos cargos diretivos, em todos os países” (BARROS, 2010, p. 72).

Já a segregação horizontal se dá com a sub ou super-representação de um determinado grupo em ocupações ou setores sem um critério aparente. Cardoso (1980) aponta que essa segregação implica na concentração feminina em profissões

que guardam certa analogia com atividades exercidas no lar, independentemente do nível de qualificação requerida, mas que, no geral, são mais mal remuneradas em relação às demais ocupações de seu grupo.

Um dos fatores relacionados à segregação horizontal corresponde a uma construção social de gênero nas sociedades modernas que se inicia desde a infância, ou mesmo antes dela, delimitando o desenvolvimento do indivíduo e a projeção das expectativas sociais e familiares conforme o seu gênero.

Neste estudo, parte-se da premissa de que as preferências dos indivíduos são construídas socialmente, ou seja, são desenvolvidas conforme os diferentes arranjos sociais e seus reflexos no funcionamento da estrutura social. Ademais, tem-se que a relação entre maior educação e maior participação no mercado de trabalho é direta para as mulheres. O acesso à educação, para além de ampliar as possibilidades de uma inserção em postos mais qualificados, também possibilita uma ampliação do universo cognitivo, impactando diretamente na construção de identidades sociais.

O acesso ao conhecimento traz consigo maior autonomia para o indivíduo na sua formação e em suas relações sociais (GUEDES, 2004). Assim, o aumento do nível educacional das mulheres pode ser visto como um fenômeno social de grande importância para a construção da emancipação feminina. Além disso, a discussão sobre a atuação no mercado de trabalho do contingente feminino com ensino superior é ainda mais relevante no contexto brasileiro em que tão poucas mulheres ocupam postos de trabalho mais altos na hierarquia ocupacional.

No Brasil, o processo de inserção educacional das mulheres aconteceu de maneira tardia em todos os níveis de ensino. O sistema educacional brasileiro foi marcado, durante muito tempo, por uma segmentação de gênero, raça e classe por meio da restrição do acesso aos diversos graus de instrução. No caso das mulheres, mesmo quando eram transpostas essas barreiras de acesso, era posta uma segmentação no tipo de curso, conteúdo e diferentes práticas pedagógicas direcionadas para meninos e meninas no interior das escolas brasileiras (LOURO, 1995).

Segundo a autora,

(...) homens e mulheres, distintos ainda quanto à etnia ou religião, aprenderam e aprendem a se fazer diferentes (...) a escola continua recriando práticas distintivas de gênero (como também de classes e de etnia), a escola continua produzindo novos/as homens e mulheres adequados/as às suas épocas e sociedades (LOURO, 1995, p. 176).

No final do século XIX, a educação passa a ser entendida como um elemento primordial para o desenvolvimento do país e construção do cidadão brasileiro, conferindo então às mulheres o direito à educação formal (CERDEIRA, 2001). No entanto, apenas a partir dos anos 1930, com o avanço do processo de industrialização e urbanização e a necessidade da qualificação da mão de obra, é que começam a surgir as políticas públicas de educação em massa e verifica-se um avanço significativo na instrução feminina, com as mulheres revertendo o hiato educacional de gênero nos níveis básico e médio de ensino.

Já em relação ao ensino universitário, além de tardio, o seu desenvolvimento esteve, durante muito tempo, imbuído por um ambiente masculino, visto que as mulheres só passaram a ingressar em cursos superiores de maneira significativa a partir dos anos 1960. Verificou-se um direcionamento majoritário a cursos de licenciatura, que estavam ampliando massivamente o número de vagas e que possibilitaria a progressão na carreira do magistério iniciada anteriormente no curso normal.

Essa maior inserção das mulheres no ensino superior foi um fenômeno observado em diversos países, aumentando significativamente sua participação no mercado de trabalho. As mulheres ultrapassaram mais ativamente as barreiras educacionais e culturais de forma a aumentar seu grau de instrução e diversificar sua formação educacional. Entre as explicações para este fenômeno estão o movimento feminista da década de 1970, a criação de métodos contraceptivos que se refletiram na diminuição da taxa de fecundidade e inovações tecnológicas que auxiliaram nas tarefas domésticas e fizeram com que o tempo gasto com elas diminuísse (GOLDIN; KATZ, 2000; CAVALCANTI; TAVARES, 2008).

A expansão da participação das mulheres em diversas esferas da vida social, mas principalmente no mercado de trabalho brasileiro, nesse período,

expressou uma profunda mudança no papel da mulher na família e na sociedade e nas configurações sociais, econômicas, culturais e políticas vigentes até então.

É importante ressaltar que esse movimento aconteceu principalmente para as mulheres de classe média e brancas, já que as mulheres pobres e/ou negras, salvo aquelas em situação de pobreza absoluta, sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho, e principalmente, em condições precárias. Segundo Hooks (2000), a onda do feminismo da década de 1970 surgiu de uma demanda das mulheres de classe média branca em quebrar um padrão sexista que as destinava aos cuidados do lar. A realidade das mulheres pobres e/ou negras era (e ainda hoje é) muito distinta, visto que estas sempre trabalharam, e muitas vezes, na casa dessas mesmas mulheres de classe média.

O hiato educacional de gênero no ensino superior no Brasil foi revertido na década de 1990 e, atualmente, as mulheres são a maioria dos graduados em cursos de nível superior. Esse fenômeno aconteceu em diversos países e, segundo Galvão (2015), com exceção da Suécia, da Turquia, do Japão e da Coreia, em todos os demais países membros da OCDE o número de mulheres graduadas ultrapassa o de homens. No entanto, apesar do aumento das mulheres nesse nível de instrução, esse avanço não foi acompanhado de uma aproximação salarial na mesma proporção em relação aos homens.

Assim, não é factível atribuir o diferencial de rendimento entre homens e mulheres ao investimento em quantidade de anos de estudos, conforme sugerem alguns estudiosos da teoria do capital humano. É necessário ampliar o olhar e analisar em que medida a segregação horizontal relativa ao tipo de curso concluído pelas mulheres poderia explicar os reflexos no mercado de trabalho e na remuneração recebida.

Diversas pesquisas, entre elas Finnie e Frenette (2003), Gerber e Cheung (2008), Jacobs (1996), Machado, Oliveira e Wajnman (2005), Robst (2007), Wolniak *et al.* (2008), demonstram que ainda hoje existe uma segregação educacional por gênero e que as mulheres são a maioria nos cursos com as expectativas de rendimento mais baixas, como humanidades e educação. Compreender as causas e os reflexos da segregação de gênero no ensino superior pode ser um caminho para

refletir sobre as desigualdades por gênero nas ocupações que exigem esse tipo de formação.

Nesse sentido, Bruschini e Lombardi (2002) apontam que a segregação educacional nos cursos de graduação leva à criação de guetos femininos que são reproduzidos posteriormente no mercado de trabalho. Para as autoras, “a sexualização das ocupações é um processo que se forma ainda nos bancos escolares, com efeitos perversos sobre a inserção feminina posterior no mercado de trabalho” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002, p.169). No entanto, há que se ter em conta, e conforme será demonstrado nesta tese, que as diferenças salariais não se dão apenas entre ocupações femininas e ocupações masculinas, mas também dentro de cada ocupação. As diferenças de rendimento entre homens e mulheres com a mesma formação e exercendo a mesma ocupação continuam sendo significativas.

Santos (2009), em seu estudo, analisou os diferenciais de retornos educacionais por gênero e apontou que apenas nas ocupações de nível superior foi observada uma depreciação de gênero referente ao valor econômico da escolaridade. Isso porque essas ocupações propiciam uma maior concorrência por posições mais valorizadas na hierarquia ocupacional para os indivíduos.

Mesmo que o hiato de gênero na educação superior tenha sido superado, ainda se verifica uma segregação horizontal em relação à presença dos indivíduos nos cursos de graduação, sendo que as mulheres estão majoritariamente em cursos que propiciam menores remunerações médias, enquanto os homens são maioria nos cursos com as remunerações médias mais altas.

Assim, apesar dos avanços na escolarização das mulheres e abertura de espaços privilegiados no mercado de trabalho para as mulheres com formação superior, ainda persistem as desigualdades de participação e renda.

Diante disso, compreender as lógicas de gênero que percorrem o mercado de trabalho é não apenas acumular saberes sobre a atividade feminina, sua posição ocupacional e seu rendimento, mas é também contribuir para a progressão geral dos conhecimentos sobre o mundo do trabalho e na sociedade. Entender o lugar das mulheres no mercado de trabalho é entender sua posição na sociedade, visto que a

atividade feminina, além de uma realidade econômica, é uma construção social (MARUANI, 2008).

Nesse sentido, o direito ao emprego das mulheres é uma questão econômica e social, política e ideológica. Uma questão que diz respeito às representações e às práticas sociais, às políticas econômicas e às legislações, à evolução do mercado de trabalho e às relações de sexo na esfera familiar. É uma das referências mais importantes para apreender a situação das mulheres: a história do lugar das mulheres na sociedade se revela, de certa maneira, em suas capacidades, reais e simbólicas, de ter acesso ao emprego e nas condições de exercício de sua atividade profissional. (MARUANI, 2008, p. 36).

Nessa perspectiva, estudar o trabalho feminino é analisar o funcionamento do mercado de trabalho, o sistema de valores, as relações entre homens e mulheres e as possíveis mudanças estruturais implicadas no processo de transformação social.

Estrutura da tese

A presente tese está estruturada em três capítulos, para além dessa Introdução e da Conclusão, conforme segue: O primeiro capítulo apresenta uma contextualização da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro entre os anos 2004 e 2013. Para isso, primeiramente apresenta-se o cenário econômico precedente, ou seja, dos anos 1990, para então chegar nos avanços alcançados na economia e no mercado de trabalho no período estudado, que servirão de base para as análises posteriores. Em seguida, são demonstrados os dados gerais do mercado de trabalho acompanhados de dados específicos da participação de mulheres e homens. Pretende-se dar um panorama de como caminhou o mercado de trabalho nesse período, explicitando as diferenças de gênero encontradas. A segunda metade do capítulo está focada em analisar as participações de mulheres e homens no mercado de trabalho conforme os estratos de escolaridade e por grupamentos ocupacionais. O objetivo é demonstrar as principais diferenças entre os estratos mais escolarizados dos trabalhadores e as ocupações que exigem educação em nível superior em comparação aos demais estratos, no que concerne, principalmente, à participação, à posição na ocupação e ao rendimento.

Como base de dados para as análises sobre o mercado de trabalho brasileiro, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes aos anos de 2004 e 2013. A escolha desse período se deu, como explicado anteriormente, por este ter sido um período de crescimento econômico com distribuição de renda. Ademais, a partir de 2004, a PNAD ampliou a sua cobertura geográfica e passou a coletar dados das áreas rurais da região Norte do Brasil. Essa ampliação proporcionou um diagnóstico mais preciso dos indicadores sociodemográficos e do mercado de trabalho. Além disso, é importante ressaltar que os dados apresentados neste capítulo consideram como população em idade ativa a população com 16 anos ou mais.

O segundo capítulo discorre sobre a importância e a influência da educação na formação do ser social feminino e, conseqüentemente, no processo de inserção das mulheres nas ocupações que exigem educação de nível superior no mercado de trabalho. Inicialmente, é contextualizada a formação do ensino superior no país a fim de compreender o seu papel no desenvolvimento econômico e social brasileiro. Em seguida, é analisado o processo de inserção tardio das mulheres no sistema educacional em seus diversos aspectos, desde o ensino básico até o ensino superior. Feitas essas contextualizações, é apresentado o processo de expansão do ensino superior nos anos 2000 e como se dá a participação feminina nos diferentes cursos de graduação.

Como base de dados para as análises sobre a participação das mulheres no ensino superior apresentadas neste capítulo são utilizados os microdados do Censo do Ensino Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC). Os dados utilizados são referentes ao ano de 2013, visto que apenas a partir de 2009 o Censo passou a divulgar um banco de microdados específico com as informações dos alunos ligados às Instituições de Educação Superior (IES) que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

O Capítulo 3 discute a segregação ocupacional horizontal encontrada nas ocupações que exigem educação de nível superior no mercado de trabalho.

Primeiramente, é discutido o conceito de segregação ocupacional de gênero e apresentada a metodologia de análise dos dados. Em seguida, são analisados os dados gerais do grupo ocupacional profissionais das ciências e das artes, com o intuito de contextualizar esse grupo em seu agregado. A seção seguinte apresenta uma análise da segregação ocupacional por sexo, com os dados abertos por sete subgrupos ocupacionais, sendo eles: profissionais policientíficos; profissionais das ciências exatas, físicas e das engenharias; profissionais das ciências biológicas, saúde e afins; profissionais do ensino; profissionais das ciências jurídicas; profissionais das ciências sociais e humanas; e comunicadores, artistas e religiosos. Por fim, serão analisados os dados abertos por ocupações de alguns subgrupos para assim, compreender suas especificidades internas.

De acordo com a PNAD, o grupamento ocupacional de profissionais das ciências e das artes compreende as ocupações cujas atividades principais requerem conhecimentos profissionais de alto nível e experiência em áreas de ciências físicas, biológicas, sociais e humanas. Suas atividades consistem em ampliar o acervo de conhecimentos científicos e intelectuais por meio de pesquisas, aplicar conceitos e teorias para solução de problemas ou por meio da educação e assegurar a difusão sistemática desses conhecimentos. Este grupo era composto por 75 ocupações, segundo a PNAD de 2013. Os dados apresentados neste capítulo consideram as pessoas ocupadas com 21 anos ou mais, com mais de 15 anos de estudos e com remuneração do trabalho, para assim ter como universo de análise as pessoas com formação em nível superior de ensino.

Por fim, são apresentadas as principais conclusões da tese.

1. MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA

Este capítulo apresenta a presença das mulheres no mercado de trabalho brasileiro entre os anos 2004 e 2013. Primeiramente, é feita uma contextualização econômica da consolidação do neoliberalismo na década de 1990 e os impactos negativos sobre o mercado de trabalho, para então, apresentar a retomada do crescimento econômico entre os anos 2004 e 2013. Pretende-se analisar a dinâmica econômica do começo do século XXI, tendo em consideração que este período envolve dois momentos histórico-econômicos: o primeiro, entre os anos 2004 e 2008, composto por um reaquecimento da economia brasileira com forte crescimento do PIB e baixa inflação e, o segundo, entre 2009 e 2013, quando a economia brasileira sofre impactos da crise econômica internacional. Na seção seguinte, são apresentados e analisados os dados gerais sobre o mercado de trabalho e é feita uma contextualização da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro em comparação à dos homens com o intuito de apontar as principais diferenças entre ambas.

A terceira seção apresenta dados de participação e renda no mercado de trabalho por nível de escolaridade, com o objetivo de demonstrar as especificidades e principais diferenças entre o grupo de ocupados com 15 anos ou mais de estudos e os demais grupos, além das diferenças entre mulheres e homens mais escolarizados no mercado de trabalho. Na quarta seção, são apresentados os dados de participação e renda de mulheres e homens por grupamentos ocupacionais a fim de analisar as diferenças entre os profissionais das ciências e das artes e os demais grupos ocupacionais. Essas duas últimas seções procuram traçar um perfil do conjunto de pessoas ocupadas que são o foco do presente estudo.

1.1. Contextualização da dinâmica econômica no Brasil no início do século XXI

A partir de 2004, verifica-se um período de importantes mudanças na dinâmica da economia internacional e um redirecionamento das políticas econômicas no Brasil rumo a uma nova etapa de desenvolvimento econômico e social. A retomada do crescimento da economia brasileira na primeira década do século XXI foi um elemento fundamental para explicar o bom desempenho do mercado de trabalho com a queda da taxa de desemprego, o aumento do grau de formalização dos empregos e a elevação do rendimento médio real dos ocupados. Esses resultados merecem destaque por se distinguirem das características históricas do mercado de trabalho no país e dos impactos negativos que as decisões de política econômica das décadas de 1980 e 1990 implicaram ao conjunto de seus trabalhadores.

Em relação ao mercado de trabalho, a década de 1990 ficou marcada pelas altas taxas de desemprego, redução do emprego formal e do emprego na indústria de transformação, resultado da adoção de uma política econômica liberal caracterizada pela intensificação do processo de abertura comercial e financeira. Outra característica marcante desse período foram as políticas econômicas recessivas que visavam desaquecer o mercado interno para minimizar a pressão da demanda sobre os preços internos e, dessa maneira, controlar a inflação. Essas políticas se utilizaram da abertura comercial para aumentar a oferta no mercado brasileiro, ao mesmo tempo em que a âncora cambial manteve a moeda doméstica apreciada.

Esses processos de abertura comercial e financeira, somados às privatizações de empresas estatais, foram respaldados pelo arcabouço neoliberal, a partir de uma nova definição do papel do Estado, que deveria deixar de ser atuante na economia brasileira, como havia sido até os anos 1970. Os defensores da abertura comercial argumentavam que a exposição à competição global tornaria as empresas brasileiras mais eficientes e competitivas, impactando no aumento da geração de emprego. Nessa linha de argumentação, também defendiam a privatização das empresas estatais por considerarem que estas eram ineficientes e que deveriam ser geridas conforme as orientações do mercado, e não por objetivos políticos e/ou sociais (BALTAR; PRONI, 1996).

No entanto, a fragilidade do setor produtivo nacional ficou evidente frente à concorrência externa, tendo como consequência a desestruturação ou até mesmo o desaparecimento de várias cadeias produtivas nacionais e segmentos produtivos locais (CARNEIRO, 2002). A abertura comercial e financeira teve efeitos negativos sobre a geração de emprego, visto que muitas indústrias não conseguiram se sustentar diante dos concorrentes internacionais, ocasionando eliminação de linhas de produção e até mesmo falências.

As empresas que conseguiram sobreviver à abertura comercial e financeira foram as que se reestruturaram por meio da importação de insumos sofisticados, máquinas e equipamentos e crescente uso de terceiros, provocando uma sensível redução no tamanho das empresas em números de empregados. Os investimentos se concentraram na modernização da capacidade produtiva sem necessariamente aumentá-la, o que prejudicou a geração de postos de trabalho. Além disso, nesse período também foram introduzidas técnicas poupadoras de mão de obra no gerenciamento e administração da produção de forma mais incisiva. Nesse sentido, Carneiro (2002) conclui que o ajustamento pelo qual passou a indústria brasileira nos anos 1990 levou a uma estrutura produtiva menos diversificada e integrada e, em grande parte, concentrada em ramos de pouco dinamismo, impactando negativamente o volume de postos de trabalho da atividade econômica.

Nesse período, a atividade econômica cresceu ao ritmo de 1,64% ao ano entre 1990-1999, mais lento do que na década de 1980, quando o crescimento médio anual foi de 3%. Esse baixo crescimento elevou a taxa de desemprego, que superou os 10%, em 1999. Entre 1989-1999, o número de pessoas ocupadas aumentou apenas 11,5%, um ritmo médio anual de 1,1%, enquanto o aumento médio anual da população foi de 2,2% ao ano. Essa diferença entre as taxas de crescimento da ocupação e da população significou uma explosão do desemprego aberto, que passou de menos de 5% da População Economicamente Ativa (PEA), em 1989, para mais de 10%, em 1999 (BALTAR, 2013).

Além disso, observa-se um crescimento do emprego sem carteira de trabalho assinada e do trabalho por conta própria que podem ser entendidos como sinais da precarização do trabalho, já que estes trabalhadores não estavam inseridos formalmente no mercado de trabalho. Entre os anos 1989 e 1999, o número de

trabalhadores por conta própria em atividades não agrícolas aumentou 42,6%, o equivalente a 3,6% ao ano, concentrando-se, principalmente, no comércio de mercadorias e na construção civil. A proporção de empregados contratados com carteira assinada passou de 77,7%, em 1989, para 71,2%, em 1999, reflexo tanto da queda do emprego celetista e estatutário quanto da expressiva geração de emprego sem carteira assinada. Nesse cenário, o número de empregados sem carteira de trabalho assinada aumentou de 14,9% para 17,4% (BALTAR, 2013).

O final dos anos 1990 foi um período de crise para a economia nacional, visto que o nível de crescimento era baixo e a desvalorização do Real, além de aumentar a dívida pública em relação ao PIB, recolocou o problema da inflação. A partir de 1999, foi estabelecida uma nova política com o intuito de evitar a aceleração inflacionária e preservar a abertura comercial e financeira recente, que consistia na implementação de uma política macroeconômica que combinasse metas de inflação, superávit primário nas contas do governo e taxa de câmbio flutuante (BALTAR *et al.*, 2010). Dessa maneira, o combate à inflação continuou sendo prioritário em termos de política macroeconômica em detrimento da elevação da atividade econômica e do aumento do nível de emprego.

Segundo Baltar *et al.* (2010), o Real sofreu uma desvalorização que provocou impactos relevantes para a economia nacional. A desvalorização da moeda, que poderia ter um impacto positivo na economia ao viabilizar o aumento das exportações e melhores condições de concorrência dos produtores nacionais frente aos internacionais, apenas ajudou a impedir a queda expressiva da atividade econômica. A combinação com elevadas taxas de juros e contenção dos gastos públicos resultou na manutenção de um baixo nível de atividade econômica, o que não evitou uma aceleração da inflação.

Essas políticas macroeconômicas seguiram até o início dos anos 2000, tendo como resultado a contenção da inflação, porém com uma contenção também do crescimento do PIB. A retomada da atividade econômica desde 2004 deve-se, principalmente, a um aumento expressivo das exportações com contenção inicial das importações como reflexo de um Real desvalorizado em um cenário internacional favorável. Esse incremento nas exportações impulsionou a geração de crescentes saldos comerciais positivos, principalmente a partir de 2003 (BALTAR *et al.*, 2010).

A partir de 2004, com as mudanças na dinâmica da economia internacional, o país passou por um redirecionamento parcial da política econômica em vista de uma nova etapa de desenvolvimento econômico por meio de uma gradativa retomada do protagonismo estatal e um maior empenho público no campo do desenvolvimento social. A economia internacional, no início do século XXI, passava por um momento de expansão do mercado de *commodities* e de crescimento da produção manufatureira da Ásia e do consumo de bens e serviços nos Estados Unidos. No entanto, esse ciclo de expansão foi interrompido pela crise econômica internacional de 2008, afetando o ritmo de crescimento de diversas economias, inclusive no Brasil.

Entre os anos 2004 e 2013, é possível perceber uma mudança na dinâmica macroeconômica devido ao aumento do ritmo do crescimento do PIB para uma taxa média de 3,5% ao ano. Ressalta-se que, entre os anos 2004 e 2007, o PIB cresceu a uma taxa média anual de 4,6% e, após 2008, por conta dos impactos da crise financeira internacional, houve uma diminuição do dinamismo econômico com a taxa de crescimento do PIB passando para 2,7% entre os anos 2008 e 2013 (BALTAR *et al.*, 2010; BALTAR; LEONE, 2015). Destaca-se que o ano de 2010 teve um crescimento econômico de 7,5% devido a políticas anticíclicas desenvolvidas pelo governo (MANZANO; SALAS; SANTOS, 2014).

Como principais fatores explicativos para esse comportamento da economia brasileira, Manzano, Salas e Santos (2014) apontam os superávits das balanças comercial e de transações correntes, políticas sociais de caráter redistributivo e a relativa rigidez da oferta de trabalho.

Os resultados positivos da balança comercial ocorreram devido tanto às desvalorizações do Real entre os anos 1999 e 2002 quanto ao início do *boom* dos *commodities*, induzido pela aceleração do crescimento da economia chinesa, produzindo elevados superávits comerciais. A retomada da atividade econômica no Brasil começou com a exportação não somente de *commodities*, mas também de produtos manufaturados, vendidos a países que são exportadores de *commodities*. Ressalta-se que no período pós-crise internacional, com a desaceleração internacional e um Real valorizado, o país perdeu competitividade externa, fazendo com que a dinâmica da balança comercial diminuísse (MANZANO; SALAS; SANTOS, 2014). Segundo Baltar e Leone (2015), entre os anos 2003-2008, o crescimento das

exportações de bens e serviços foi, em média, de 7,2% ao ano, enquanto, nos anos pós-crise internacional, 2008 a 2013, o ritmo diminuiu para 1,8%. Já a diminuição do crescimento das importações de bens e serviços se deu em um ritmo um pouco menor, passando de 15% entre 2003 e 2008, para 8,4%, entre 2008 e 2013.

Manzano, Salas e Santos apontam que, além da dinâmica do setor externo ter sido de grande relevância para a retomada do crescimento nos anos 2000, deve-se também considerar o desempenho das transações correntes entre os anos 2003 e 2008, a ação estabilizadora de uma dívida externa de pequena magnitude e um elevado volume de reservas internacionais. Esses fatores facilitaram a ampliação da produção e do investimento, favorecendo a expansão do crédito e a atuação do setor público que expandiu suas ações. Além disso, ressaltam que, diferentemente dos anos 90 em que se alternavam curtos períodos de crescimento com períodos de baixa atividade da economia, a partir de 2004, com o crescimento das reservas cambiais e diminuição do risco país, verificou-se a ampliação da demanda interna, com aumento intensivo do consumo e do investimento, principalmente do setor público, que ampliou sua participação em 1,9 p.p. como proporção do PIB em decorrência do maior volume de investimentos das empresas estatais (MANZANO; SALAS; SANTOS, 2014; CARNEIRO, 2010).

A dinâmica macroeconômica do período se caracterizou tanto pelo enlace quanto pela sobreposição de três ciclos de expansão da demanda agregada (contas externas - consumo - investimento), com o ápice em meados de 2008, quando ocorreu uma perda parcial de dinamismo por conta dos impactos da crise internacional (MANZANO; SALAS; SANTOS, 2014).

Para os autores, outros dois fatores que tiveram papéis fundamentais na dinâmica econômica do país no período foram as políticas sociais de caráter redistributivo e a relativa rigidez da oferta de trabalho decorrente de menor crescimento da PEA, reflexo da conjugação de menor crescimento populacional com interrupção do aumento da taxa de participação da população em idade ativa. Segundo os autores, “a dinâmica do mercado de trabalho esteve no vértice do desenvolvimento, criando o amálgama necessário para que os demais fatores tracionassem a economia” (MANZANO; SALAS; SANTOS, 2014, p. 9).

Baltar e Leone (2015) apontam que a menor inflação favoreceu o poder de compra dos salários, que se encontrava muito baixo em fins dos anos 1990 e começo dos 2000 devido às elevadas taxas de inflação e de desemprego. A retomada da economia desde 2004, com aumentos do poder de compra dos salários e do emprego, elevou a renda das famílias, principalmente para as beneficiadas pela política de aumento do salário mínimo que afetou os menores salários e os benefícios da seguridade social. Esses fatores repercutiram no consumo e foram acompanhados de um aumento da demanda e oferta de crédito para compra de bens duráveis de consumo (BALTAR; LEONE, 2015).

Entre os anos 2003 e 2013, o consumo das famílias aumentou 4,6% ao ano, sendo o principal estímulo ao investimento, que aumentou 6,7% ao ano no período. Nos anos seguintes à crise internacional, apesar da queda do PIB, políticas anticíclicas evitaram uma maior desaceleração do consumo das famílias, que tiveram um papel fundamental no crescimento econômico entre os anos 2004 e 2008, impedindo que a desaceleração do PIB fosse maior no período pós-crise econômica internacional. Nos anos 2009 e 2010, o consumo das famílias aumentou 4,4% e 6,9%, respectivamente. Nos anos seguintes, houve uma desaceleração do ritmo de consumo das famílias, sendo que em 2013 este crescimento foi de 2,6% (BALTAR; LEONE, 2015).

Ainda assim, o consumo continuou sendo o principal indutor da produção no país, cujo desempenho positivo se manteve durante todo o período apesar da diminuição do seu ritmo pós crise internacional. Já as tentativas por parte do governo de sustentar o ritmo dos investimentos não lograram êxito. Entre os anos 2003 e 2008 a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aumentou ao ritmo de 9,9%, enquanto, entre os anos 2008 e 2013, o crescimento foi de 3,7% (BALTAR; LEONE, 2015).

Segundo Baltar e Leone (2015), o período analisado também foi marcado pela moeda nacional valorizada. A taxa nominal de cambio vinha de um período de alta e, a partir de 2003, passou a diminuir como consequência do *boom* de *commodities* e da reação do governo brasileiro diante desses efeitos, permitindo a valorização da moeda nacional para ter menor inflação e maior atividade econômica. Essa queda da taxa nominal de cambio contribuiu para a rápida queda da inflação, porém a valorização da moeda nacional prejudicou a evolução do comércio externo

do país e colaborou para que um intenso aumento do consumo, do investimento e da exportação não se manifestasse plenamente no crescimento do PIB devido à forte intensidade do aumento das importações.

Além disso, a moeda nacional valorizada ampliou os efeitos da crise de 2008 sobre a economia brasileira, agravando a desaceleração do crescimento do PIB. Desse modo, embora tenha ajudado no início da reativação da economia brasileira, a valorização da moeda nacional terminou prejudicando a tendência de crescimento do PIB, amortecendo seu crescimento em 2008 e 2010 e agravando a aceleração desde 2011.

1.2. O mercado de trabalho brasileiro e a participação das mulheres

Conforme apresentado, a partir de 2004, o desempenho positivo do mercado de trabalho se destaca dentro da dinâmica da atividade econômica do país. A retomada do crescimento do PIB nesse período foi um elemento fundamental para que ocorresse dinamismo no mercado de trabalho, visto que com o crescimento da economia verificou-se a diminuição da taxa de desemprego e aumento da geração de empregos, em especial do emprego formal (BALTAR; LEONE, 2012).

Além disso, também se verificou uma retomada do aumento das ocupações nas grandes empresas; redução do peso do trabalho sem carteira assinada e por conta própria na estrutura ocupacional; elevação significativa do salário mínimo; recuperação do poder de compra da renda média do trabalho; e uma recuperação do valor real dos salários negociados em convenções e acordos coletivos.

Para compreender a relevância da retomada econômica a partir de 2004, é importante ressaltar que, no período 1999-2003, o baixo ritmo de atividade econômica e maior inflação afetaram negativamente o nível de renda do trabalho. Segundo Baltar e Leone (2012), entre os anos 1998 e 2003, o poder de compra da mediana das rendas das pessoas ocupadas diminuiu 14% (deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC). Neste período, o PIB aumentou somente 16,2%, com fraco aumento da produtividade na economia brasileira, consequência do baixo nível de investimento observado ao longo desses anos. Apesar disto, a parcela do trabalho

no total da renda nacional diminuiu em 4,5 pontos percentuais (p.p.). A redução do poder de compra da média das rendas das pessoas ocupadas afetou diretamente a renda das famílias, explicando o reduzido crescimento do consumo.

Os processos de globalização e reestruturação produtiva na década de 1990 causaram profundas modificações no perfil setorial e por posição na ocupação, diminuindo a geração de postos de trabalho em produção de bens e aumentando no comércio e prestação de serviços (LEONE; BALTAR, 2006b). Cabe ressaltar que, como afirma Guedes (2010), nesta década continuou o aumento da inserção feminina em um momento de mudança na estrutura da economia e de flexibilização das regras do mercado de trabalho. Essa maior inserção das mulheres não poderia ser entendida simplesmente como um indicador de modernização e desenvolvimento, como nos anos 1970, quando a atividade produtiva era vista com esperança de transformação da condição feminina na sociedade.

Conforme aponta Guedes, na década de 1990,

o processo de intensificação do ingresso das mulheres no mercado de trabalho também se deve ao fato dessa ser uma mão de obra mais barata e que trabalha em condições mais precárias (GUEDES, 2010, p. 59).

Desde 2004, nota-se uma mudança na economia brasileira a partir da ampliação do consumo resultante de maior crescimento do emprego, relacionado à intensificação do crescimento das exportações verificada a partir de 2003. Em 2006, o crescimento do consumo acelerou devido ao aumento no poder de compra da renda do trabalho e ao endividamento das famílias. Dessa maneira, o crescimento da economia esteve atrelado, entre outros fatores, à ampliação do consumo das famílias de renda relativamente baixa, mas também da recuperação generalizada da renda do trabalho e da perspectiva de continuidade dos aumentos de emprego e renda que levaram as famílias a anteciparem o aumento do seu consumo através do crédito fornecido pelas instituições financeiras (BALTAR; LEONE, 2012).

Esse dinamismo no mercado de trabalho tem ocorrido com melhoria de seus diversos aspectos e com a ampliação da participação das mulheres na força de trabalho. No entanto, as desigualdades em participação e renda entre os sexos ainda persiste.

De acordo com os dados da PNAD-IBGE, o crescimento da população economicamente ativa (PEA), entre os anos 2004 e 2013, foi de 12,5%, passando de cerca de 90,6 milhões de pessoas, em 2004, para cerca de 101,9 milhões neste último ano. A maior responsável por este aumento foi a PEA feminina que apresentou uma elevação de 13,0%, durante o período, representando a entrada de 5,1 milhões de mulheres no mercado de trabalho, enquanto a PEA masculina subiu 12,1%, uma elevação de 6,1 milhões de homens. Esses dados demonstram que a composição da população economicamente ativa caminhou, mesmo que lentamente, em direção a uma maior aproximação entre os sexos.

A taxa de participação, que mede a população economicamente ativa em relação ao total da população em idade ativa (PIA), apresentou queda durante o período analisado, passando de 69,6%, em 2004, para 66,6%, em 2013. Isso significa que o crescimento da PEA ocorreu em um ritmo menor que o da PIA, o que pode ser explicado por uma postergação da entrada de jovens no mercado de trabalho que tem sido acompanhada do aumento de escolaridade dessa parcela da população. As taxas de participação feminina e masculina apresentaram ritmos diferentes ao longo do período. A participação das mulheres diminuiu de 57,9%, em 2004, para 55,6%, em 2013. Em contrapartida, a taxa de participação masculina teve uma queda maior, passando de 82,5%, em 2004, para 78,6%, em 2013.

Baltar e Leone (2015) apontam que, nesse período, as quedas nas taxas de participação ocorreram principalmente entre homens e mulheres com menos de 24 anos. Também houve queda na participação dos homens com idade entre 25 e 49 anos, mas que foi compensada pelo aumento na taxa de participação das mulheres com idade superior aos 25 anos. Para Teixeira (2017), a retomada do crescimento econômico contribuiu para retardar a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Segundo Santos e Gimenez (2015), a melhoria do emprego e da renda das famílias, a menor pressão demográfica e a ampliação das políticas públicas, principalmente na área social, contribuíram para a diminuição da taxa de participação dos jovens no período estudado.

A diminuição na taxa de participação dos jovens tem sido um fenômeno observado desde os anos 1990. No entanto, essa diminuição era compensada pelo expressivo aumento da participação da mulher adulta no mercado de trabalho, que

vinha ocorrendo desde os anos 1970, quando o país passou por um processo de crescimento da economia brasileira, expansão da industrialização e urbanização que continuou durante todo o período seguinte (HOFFMANN; LEONE, 2004; LEONE; TEIXEIRA, 2010).

O impacto desse fenômeno só passou a ser observado na taxa geral de participação a partir dos anos 2000, quando ocorreu também uma queda na participação dos homens adultos e uma diminuição na participação feminina (BALTAR; LEONE, 2015; VASQUEZ, 2016). É importante, também, considerar que as mudanças na taxa de participação são influenciadas pelas transformações demográficas que vêm ocorrendo no país com diminuição do ritmo de crescimento populacional e alterações na estrutura etária da população, resultando em alterações no tamanho da população em idade ativa e não ativa (VASQUEZ, 2016).

Para Baltar e Leone,

essas mudanças na participação das pessoas na atividade econômica são um aspecto importante do crescimento com inclusão social, verificado no Brasil desde 2004, e marcou o desempenho do mercado de trabalho que teve papel fundamental na inclusão social verificada (BALTAR e LEONE, 2015, p. 56).

Outro resultado positivo foi o incremento no número de pessoas ocupadas que cresceu mais do que a PEA, aumentando 1,7% ao ano entre 2004 e 2013. A ocupação feminina cresceu 1,9% e a masculina 1,6% ao ano, nesse período. Segundo os dados da PNAD, em 2004, 57,9% dos ocupados eram homens e 42,1% eram mulheres, aproximando essa relação, em 2013, para 57,3% e 42,7%, respectivamente. Esses dados não implicam necessariamente em uma transferência de postos de trabalho masculino para feminino, visto que houve forte geração de emprego e queda da taxa de desemprego para ambos os sexos.

O crescimento do PIB, nesse período, também impactou positivamente na queda da taxa de desemprego, na redução do peso do emprego sem carteira, do trabalho por conta própria e do trabalho não remunerado na estrutura ocupacional (BALTAR *et al.*, 2010). No que se refere ao desemprego, de maneira geral, houve redução de 8,7%, em 2004, para 6,4%, em 2013. No entanto, esse é outro dado que demonstra a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, pois,

em 2013, a taxa de desemprego feminina era de 8,4%, enquanto a masculina era de 4,8%.

Um fator positivo desse período foi que, apesar das taxas de desemprego feminina e masculina apresentarem a mesma tendência de queda, o ritmo de diminuição foi diferente entre homens e mulheres, visto que a taxa feminina caiu 3,1 p.p., enquanto a masculina teve queda de 1,8 p.p. no período. No entanto, em 2013, as mulheres representavam 57,1% do total de desempregados. Como aponta Leone (2010), as desigualdades de gênero aparecem nos indicadores de mercado de trabalho, principalmente nas maiores taxas de desemprego das mulheres.

Em consonância com esses dados, é importante destacar que a retomada do crescimento da economia impactou diretamente no ritmo da geração de empregos, sobretudo dos empregos com carteira de trabalho assinada, elevando, desta maneira, sua participação relativa na estrutura ocupacional e na ocupação dos indivíduos (LEONE; BALTAR, 2012; BALTAR; KREIN; MORETTO, 2006).

A Tabela 1 apresenta os dados dos ocupados por posição na ocupação. Verifica-se que foram incluídos 14,2 milhões de trabalhadores no emprego formal, significando um aumento de cerca de 10 pontos percentuais entre os anos 2004 e 2013. A formalização do trabalho das mulheres foi maior em relação ao dos homens, visto que as mulheres passaram de 35,2% para 46,8%, representando um contingente de quase 7 milhões de mulheres a mais em empregos com carteira de trabalho assinada. Ressalta-se que, do total de mulheres com emprego formal (19 milhões) em 2013, 21,7% estavam no setor público (4,1 milhões).

A maior formalização do trabalho no período também atingiu os homens, mas em um ritmo mais lento de aumento. Em 2004, 40% deles estavam em empregos formais, subindo esse percentual para 48,5%, em 2013, representando a entrada de cerca de 7,4 milhões de homens nessa categoria.

Tabela 1 - Participação da população ocupada por posição na ocupação, por sexo. Brasil – 2004 e 2013 (%)²

Posição na ocupação	Homem		Mulher		Total	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Trabalho formal	40,0	48,5	35,2	46,8	38,0	47,8
Trabalho informal	21,2	16,5	13,9	11,9	18,1	14,5
Trab. doméstico com carteira	0,4	0,4	4,3	4,7	2,0	2,2
Trab. doméstico sem carteira	0,5	0,5	12,7	9,8	5,6	4,5
Conta própria	26,8	24,8	16,6	15,4	22,5	20,8
Empregador	5,4	4,7	2,6	2,6	4,2	3,8
Trab. para auto consumo	2,1	3,4	6,5	5,5	4,0	4,3
Não remunerado	3,7	1,2	8,2	3,3	5,6	2,1
Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Essa evolução foi resultante tanto da tendência à formalização das empresas e dos contratos de trabalho quanto do aumento na quantidade de empregos formais gerados conforme o crescimento do PIB, retomada dos investimentos, ampliação das exportações e incremento do consumo das famílias em decorrência da melhora na distribuição de renda e ampliação do crédito (BALTAR *et al.*, 2010; CARNEIRO, 2011; DIEESE, 2009).

Contam como fatores de impulsão desses dados a maior aplicação e fiscalização das leis de regulação da atividade econômica e do trabalho por parte dos órgãos governamentais. Ressalta-se que houve avanços no papel desempenhado pelas instituições públicas de proteção ao trabalhador no combate ao trabalho forçado, trabalho infantil e outras ilegalidades na contratação de empregados. Procurou-se, também, coibir a flexibilização dos postos de trabalho, nesse caso, tornando as empresas tomadoras de serviços terceirizados responsáveis pelas irregularidades na contratação de trabalho pelas empresas subcontratadas. Além disso, ocorreu o aumento da fiscalização pela necessidade de aumento da arrecadação do Estado, formalização de micro e pequenas empresas para ter acesso ao crédito, aos

² Na categoria Trabalho Formal são considerados empregados com carteira de trabalho assinada, militares e funcionários públicos estatutários.

programas de incentivo fiscal, como o SIMPLES³ e o MEI⁴, e participação em licitações públicas. Todas essas mudanças representaram melhorias significativas nas condições do mercado de trabalho brasileiro (BALTAR *et al.*, 2010).

Os dados também demonstram uma diminuição do trabalho informal no período, passando de 18,1% para 14,5%, ou seja, houve uma redução de 1,1 milhões de trabalhadores nessa situação precária de trabalho. Essa diminuição do percentual foi mais intensa para os homens, que passaram de 21,2% para 16,5% entre os anos 2004 e 2013. Para as mulheres, a diminuição nessa categoria foi menos intensa, apenas 2 pontos percentuais.

Ademais, é importante ressaltar que houve uma diminuição de 5 pontos percentuais das mulheres que desempenhavam alguma atividade econômica sem remuneração, além da saída das mulheres do emprego doméstico sem carteira com uma redução de 3 pontos percentuais no período. Como não houve uma elevação equivalente no emprego doméstico com carteira, uma hipótese explicativa seria que, com a melhora do cenário econômico, criação de novas vagas de emprego com carteira e elevação do nível educacional das mulheres, conforme será demonstrado mais adiante, as mulheres migraram para outros tipos de trabalho mais qualificados e com carteira de trabalho assinada.

Analisando as ocupações por setores de atividade, entre os anos 2004 e 2013 a ocupação em atividades agrícolas diminuiu 19,3%, enquanto o total de pessoas em atividades não agrícolas cresceu 25%, representando um crescimento de 2,8% ao ano. Segundo Baltar e Leone (2015), essa ampliação das atividades econômicas foi impulsionada pela maior demanda por produtos, decorrente do aumento do consumo, do investimento e das exportações.

Entre os setores de atividade não agrícola, todos apresentaram aumento das ocupações no período. O maior crescimento de ocupações se deu em construção (65,4%), alojamento e alimentação (49%) e transporte e comunicação (39,5%). O setor de serviços comunitários, sociais e pessoais, apesar de registrar um aumento no total de ocupações (8,6%), teve uma diminuição na presença de homens (-4,2%)

³ SIMPLES Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de pequeno porte (Brasil, 2006).

⁴ Microempreendedor individual (MEI) foi criado pelo Governo Federal para formalizar trabalhadores que desempenhavam diversas atividades sem amparo legal ou segurança jurídica (Brasil, 2008).

compensado pelo aumento da presença das mulheres (17,6%). Baltar e Leone (2015) destacam que os setores com maior formalização de contratos de trabalho foram construção civil, serviços comunitários, sociais e pessoais, comércio e reparação e alojamento e alimentação.

A distribuição dos ocupados entre os setores de atividade deu-se de maneira muito distinta entre homens e mulheres, evidenciando a segregação por sexo nessas atividades. Conforme os dados da Tabela 2, em 2013, as mulheres estavam distribuídas preponderantemente (61,7%) nos setores de educação, saúde e serviços sociais, comércio e reparação, serviços domésticos e indústria de transformação. Já os homens estavam majoritariamente (64,6%) em comércio e reparação, atividades agrícolas, construção e indústria de transformação.

Tabela 2 - Distribuição e participação nos setores de atividade, por sexo. Brasil – 2004 e 2013 (%)

	Homem		Mulher		Mulher / Total	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Agrícola	23,4	17,2	15,6	9,9	32,5	30,1
Outras atividades industriais	1,3	1,2	0,2	0,2	11,1	12,5
Indústria de transformação	15,2	13,9	12,4	11,1	37,1	37,3
Construção	10,9	15,6	0,4	0,7	2,5	3,2
Comércio e reparação	18,3	18,0	15,8	17,4	38,6	41,9
Alojamento e alimentação	3,0	3,4	4,2	6,2	50,3	57,3
Transporte, armazenagem e comunicação	7,1	8,6	1,3	1,7	12,0	12,8
Administração pública	5,5	5,9	4,5	5,3	37,3	40,0
Educação, saúde e serviços sociais	3,5	4,3	16,5	18,6	77,4	76,5
Serviços domésticos	0,9	0,9	17,0	14,5	93,4	92,6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,0	2,5	5,8	5,9	58,7	63,6
Outras atividades	7,5	8,6	6,1	8,5	37,3	42,4
Ativ. mal definidas ou não declaradas	0,4	0,1	0,1	0,0	9,1	12,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	42,1	42,7

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Enquanto 33% das mulheres se concentravam nos setores de educação, saúde e serviços sociais e serviços domésticos, apenas 5,1% dos homens estavam nestes setores. Em contrapartida, 15,6% dos homens estavam no setor de construção, e apenas 0,7% das mulheres, em 2013.

Outra maneira de apresentar a segregação entre homens e mulheres nos setores de atividade diz respeito ao percentual relacionado à presença das mulheres em cada um deles. Em 2013, entre os ocupados do setor de serviços domésticos,

92,6% eram mulheres. Outro setor majoritariamente composto por mulheres é o de educação, saúde e serviços sociais, composto por 76,5% de mulheres. Além desses, no setor outros serviços coletivos, sociais e pessoais, 63,6% dos seus ocupados eram mulheres. Já o setor de construção contava apenas com 3,2% de mulheres entre os ocupados, no entanto, esse é um setor que apresenta grande vulnerabilidade nos empregos. Esses resultados evidenciam que pouco se alterou na composição por sexo dos setores de atividade. O setor que apresentou a maior variação foi alojamento e alimentação com um aumento de 7 pontos percentuais na presença feminina.

Os dados apresentados deixam claro o direcionamento das mulheres para setores de atividade relacionadas ao serviço e, principalmente, para atividades relacionadas ao cuidado, tidas como atividades tipicamente femininas por estarem mais próximas ao trabalho de reprodução, enquanto os homens se direcionaram para setores de atividades produtivas ligadas à indústria e construção.

Outra medida que demonstra a desigualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho são os rendimentos auferidos. Segundo Teixeira (2017), muitas vezes o argumento utilizado para explicar as disparidades salariais diz respeito a participação feminina no mercado de trabalho ocorrer com jornadas reduzidas em relação a dos homens. No entanto, mesmo que parte das mulheres estejam em trabalhos com jornadas menores, quando se compara os resultados do rendimento médio por horas trabalhadas, também se identifica disparidades significativas entre os rendimentos.

Entre os anos 2004 e 2013, verificou-se que, no total das ocupações, houve um movimento, ainda que pequeno, de aproximação dos rendimentos por horas trabalhadas das mulheres e dos homens. Em 2004, as mulheres recebiam cerca de 78% do salário dos homens, diminuindo essa diferença para 81,7%, em 2013. Analisando os dados de rendimento por posição na ocupação, a Tabela 3 apresenta a relação entre os salários das mulheres pelo dos homens. Verifica-se que a única categoria em que a mulher auferiu rendimentos maiores que os homens foi no trabalho informal. Em todas as demais, as mulheres receberam salários menores por hora trabalhada.

Tabela 3 – Razão de rendimento médio por hora trabalhada entre mulheres e homens, por posição na ocupação. Brasil - 2004 e 2013

	Rend.Mulher / Rend.Homem (%)		Jornada mulher / Jornada homem	
	2004	2013	2004	2013
Trabalho formal	94,6	91,2	0,89	0,93
Trabalho informal	108,1	103,4	0,85	0,87
Trab. doméstico com carteira	90,1	94,8	0,89	0,89
Trab. doméstico sem carteira	90,7	85,8	0,81	0,82
Conta própria	89,1	87,8	0,73	0,79
Empregador	78,6	78,2	0,92	0,93
Total	77,9	81,7	0,81	0,85

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

A única redução da diferença salarial entre mulheres e homens foi verificada no trabalho doméstico com carteira, em que os salários das mulheres se aproximaram mais ao dos homens. Em 2004, as mulheres recebiam 90% do salário dos homens; já em 2013, essa diferença diminuiu para cerca de 95%. Esse pode ser o resultado da política de valorização do salário mínimo implantada em 2007. Nas demais categorias, apesar das melhores condições econômicas e maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, as diferenças salariais por sexo aumentaram no período. Assim, a aproximação dos rendimentos médio horários das mulheres em relação aos dos homens, verificado para o conjunto dos ocupados, na verdade reflete o fato da melhora nas posições ocupacionais ter sido maior entre as mulheres do que entre os homens.

Analisando a evolução dos rendimentos médios por hora trabalhada conforme os setores de atividades em que as mulheres têm uma participação expressiva na ocupação total (Tabela 4), verificou-se também uma grande disparidade nos rendimentos horários em favor dos homens em quase todos os setores. A única exceção foi administração pública que, em 2004, não tinha diferença significativa de rendimentos médios horários entre homens e mulheres.

Os setores em que as mulheres são a grande maioria dos ocupados, são justamente aqueles em que as diferenças de rendimento estão entre as maiores com desvantagem para as mulheres. Em 2013, as mulheres que compõe 76,5% dos ocupados do setor de educação, saúde e serviços sociais receberam cerca de 63% do salário/hora dos homens, a menor razão de rendimento entre os setores. Já em

outros serviços coletivos, sociais e pessoais, com 63,6% de mulheres entre seus ocupados, a razão de rendimento foi de 69,8%. Outro setor com maioria mulher, alojamento e alimentação (57,3%), também se encontrava entre aqueles com maior disparidade de rendimento, com as mulheres recebendo 73,5% do rendimento dos homens, em 2013.

Tabela 4 – Razão de rendimento médio por horas trabalhadas entre mulheres e homens, por setor de atividade. Brasil – 2004 e 2013

	Rend.Mulher / Rend.Homem (%)		Jornada mulher / Jornada homem	
	2004	2013	2004	2013
Agrícola	26,9	37,3	0,57	0,58
Outras atividades industriais	103,1	124,8	0,87	0,93
Indústria de transformação	60,5	66,6	0,86	0,90
Construção	175,3	156,1	0,88	0,88
Comércio e reparação	73,5	74,1	0,86	0,91
Alojamento e alimentação	68,5	73,5	0,90	0,92
Transporte, armazenagem e comunicação	104,7	93,1	0,82	0,87
Administração pública	102,9	90,0	0,88	0,91
Educação, saúde e serviços sociais	57,4	63,1	0,92	0,95
Serviços domésticos	86,4	88,5	0,81	0,82
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	70,5	69,8	0,84	0,89
Outras atividades	78,9	71,8	0,91	0,94
Atividades mal definidas ou não declaradas	187,6	78,9	0,88	0,98
Total	77,9	81,7	0,81	0,85

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Ressalta-se que em 5 setores houve uma redução, ainda que pequena, das diferenças de rendimentos entre mulheres e homens, sendo eles: comércio e reparação; indústria de transformação; alojamento e alimentação; educação, saúde e serviço social; e serviços domésticos. Já nos setores outras atividades, em que se destacam serviços de apoio à empresa e instituições financeiras, e administração pública, ampliou-se as diferenças de rendimento.

Nos setores em que ocorreu redução na diferença de rendimento médio horário em favor dos homens, foram mais significativas as melhoras na posição ocupacional dos trabalhadores, confirmando que a redução de diferenças de rendimento por sexo traduz principalmente o maior avanço das posições nas ocupações das mulheres em relação aos homens.

1.3. Participação no mercado de trabalho por estratos de escolaridade

Nesta parte do trabalho apresenta-se a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho conforme anos de estudo. Para tanto, a análise é feita utilizando os dados da PNAD-IBGE separando os trabalhadores em grupos de anos de estudos⁵ e, conforme já mencionado, considerando a PIA com 16 anos e mais. O principal objetivo é comparar os dados referentes aos trabalhadores com 15 anos ou mais de estudos, ou seja, com ensino superior, em relação aos demais grupos, visto que as pessoas que possuem ensino superior apresentam uma participação no mercado de trabalho relativamente distinta da média da população total, principalmente no caso das mulheres.

Contextualizando o universo de análise, um primeiro ponto a ser destacado é que a população, de maneira geral, aumentou o seu nível de instrução no período analisado. No total da PIA, a faixa com menos de 8 anos de estudos diminuiu de 51,7%, em 2004, para 39,3%, em 2013. Já a população com 11 a 14 anos de estudos passou de 23,7% para 32% no período. A população com ensino superior (15 anos e mais de estudos) aumentou de 6,3%, para 10,2% no período.

Conforme os dados da Tabela 5, destaca-se que as mulheres apresentaram uma maior participação nos grupos com maior escolaridade. Mais especificamente, a fração tanto de mulheres quanto de homens com 15 anos ou mais de estudos aumentou entre os anos 2004 e 2013. Para os homens, o aumento foi de 5,8% para 9,0%, (3,2 pontos percentuais) no período. Já o percentual de mulheres apresentou uma elevação maior, passando de 6,7% para 11,4% (4,7 pontos percentuais). Esses dados indicam que se ampliou uma característica do mercado de trabalho brasileiro em que a maior parte dos trabalhadores das ocupações que exigem nível superior são mulheres.

⁵ A análise está sendo feita sobre os grupos de anos de estudos porque a PNAD de 2004 não apresenta os dados agrupados por nível de instrução.

Tabela 5 - População em idade ativa por grupos de anos de estudos e sexo. Brasil - 2004 e 2013 (%)

Grupos de anos de estudo	Homem		Mulher		Homem - Mulher	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Menos de 8 anos	53,2	41,2	50,4	37,6	2,9	3,7
De 8 a 10 anos	18,4	19,1	17,5	17,5	0,8	1,6
11 a 14 anos	22,3	30,6	25,1	33,4	-2,8	-2,8
15 anos e mais	5,8	9,0	6,7	11,4	-0,9	-2,4
S/decl.	0,3	0,1	0,3	0,2	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Adentrando as informações sobre o mercado de trabalho, esse período apresentou uma queda da taxa de participação da população na atividade econômica, conforme apresentado anteriormente, passando de 57,9%, para as mulheres em 2004, para 55,6%, em 2013. Já a taxa de participação masculina diminuiu de 82,5% para 78,6% no mesmo período. Verifica-se que as maiores quedas de participação se deram nos grupos com menor escolaridade, principalmente entre as pessoas com até 8 anos de estudos (cerca de 8 p.p.). A compreensão desse resultado pode residir no aumento da escolaridade da população e no fato de que a formalização dos contratos de trabalho observado no período foi acompanhada de elevação das exigências de escolaridade de primeiro ou segundo graus completos.

Tabela 6 - Taxas de participação por grupos de anos de estudo e sexo. Brasil - 2004 e 2013 (%)

Grupos de anos de estudo	Homem		Mulher		Homem - Mulher	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Menos de 8 anos	79,7	71,6	47,9	39,0	31,9	32,6
De 8 a 10 anos	81,2	76,3	57,5	51,4	23,7	24,9
11 a 14 anos	88,5	86,8	71,8	68,3	16,8	18,5
15 anos e mais	88,6	87,9	81,5	79,5	7,1	8,5
S/decl.	86,5	76,7	65,2	52,3	21,3	24,4
Total	82,5	78,6	57,9	55,6	24,6	23,1

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Analisando mais detidamente por grupos de anos de estudos, verificou-se que a taxa de participação é tanto maior quanto maior os níveis de instrução dos trabalhadores, principalmente no caso das mulheres. Para elas, o nível socioeconômico e educacional tem uma influência muito maior como determinante de

sua presença no mercado de trabalho. As mulheres com até 8 anos de estudo apresentaram uma taxa de participação de 39,0%, enquanto para as com 15 anos ou mais, a taxa foi de 79,5%, em 2013, representando uma diferença de 40 p.p. Para os homens, a taxa de participação foi mais alta e com menor diferença entre os grupos de anos de estudos. Em 2013, a taxa de participação masculina ficou entre 71,6% para homens com até 8 anos de estudos e 87,9% para homens com 15 anos e mais de estudos. Portanto, é no extrato mais alto de anos de estudo que se verifica uma taxa de participação feminina mais próxima da masculina.

A taxa de participação mais baixa das mulheres com menor escolaridade pode ser explicada pela dificuldade que mulheres, tanto jovens quanto adultas, com menor escolaridade e de famílias mais pobres⁶ encontram de se inserir no mercado de trabalho. Em seu estudo sobre a participação no mercado de trabalho e nível socioeconômico da população entre os anos 2004 e 2013, Vasques (2016), aponta que as taxas de participação de homens e mulheres diminuem conforme o nível socioeconômico em todas as faixas de idade, no entanto, são as mulheres que apresentam maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Segundo a autora, isso se intensifica em famílias que não dispõem de alternativas para as tarefas de cuidado de crianças, familiares idosos e/ou deficientes, seja por não ter condições financeiras de arcar com os custos de contratação desses serviços de terceiros, seja por insuficiência de estabelecimentos públicos que forneçam esses serviços para a população.

As mulheres mais jovens são as mais afetadas por essas condições, por muitas vezes não terem alternativas para o cuidado dos filhos pequenos e, conseqüentemente, terem maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, apresentando, portanto, menores taxas de participação no mercado de trabalho (CEPAL, 2008). Em contrapartida, as mulheres com renda mais elevada encontram maiores possibilidades de articulação entre os cuidados da família e trabalho, tendo mais facilidade de acesso e contratação de serviços que facilitem sua participação no mercado de trabalho (VASQUEZ, 2016).

⁶ Segundo os dados da PNAD, o rendimento médio dos ocupados com menos de 8 anos de idade é cerca de 55% do rendimento médio do total dos ocupados. As mulheres nessa faixa de escolaridade recebiam 34% e os homens cerca de 65% do rendimento médio do total dos ocupados. Portanto, a população menos escolarizada é a que recebe menores salários.

Para Welters (2019), tanto a queda na taxa de fecundidade quanto a maior participação da mulher no mercado de trabalho não refletiram em uma readequação das tarefas domésticas e de cuidado entre os membros das famílias. Para a autora,

(...) este desequilíbrio nas atividades de cuidado, sobrecarrega as mulheres na busca de conciliar trabalho e família e amplia as desigualdades de gênero, bem como, cria barreiras para sua inserção no mercado de trabalho (WELTERS, 2019. p. 4).

Em relação à população economicamente ativa, a Tabela 7 apresenta a distribuição da PEA por grupos de anos de estudo. Um primeiro ponto de análise é o reflexo do aumento de escolaridade da população na distribuição da PEA pelos grupos de anos de estudo tanto para homens quanto para mulheres. Em relação à PEA feminina, verifica-se uma queda da porcentagem de mulheres na menor faixa de escolaridade (até 8 anos de estudo) e aumento nos dois grupos superiores de escolaridade. Entre os anos 2004 e 2013, houve uma diminuição de 15,3 p.p. das mulheres economicamente ativas com até 8 anos de estudo (passando de 41,7% para 26,4%). Já no grupo que tem entre 11 e 14 anos de estudo, houve um aumento de 10 p.p. e no grupo de 15 anos e mais de estudos, o aumento foi de 7 p.p..

A PEA masculina seguiu o mesmo movimento, com redução de 13,8 p.p. no grupo com até 8 anos de estudos e aumentos de 9,9 p.p. no grupo entre 11 e 14 anos de estudo e de 3,7 p.p. para o grupo com 15 anos e mais de estudos. Esses dados demonstram que o movimento de maior escolarização da população no período, ao lado da formalização das ocupações e do aumento das exigências de escolaridade para acesso ao emprego formal tiveram impactos na distribuição da PEA por grau de escolaridade.

Um segundo ponto se refere às diferenças de distribuição das PEA feminina e masculina com uma distribuição inversa entre homens e mulheres em relação aos anos de estudos. Em 2013, a maioria das mulheres economicamente ativas (57,3%) possuía mais de 11 anos de estudos, enquanto na PEA masculina, a maioria (59,1%) possuía menos de 8 anos de estudos, conforme os dados da Tabela 7.

Tabela 7 - Distribuição da PEA por grupos de anos de estudo e sexo. Brasil - 2004 e 2013 (%)

Grupos de anos de estudo	Homem		Mulher		Homem - Mulher	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Menos de 8 anos	51,4	37,6	41,7	26,4	9,8	11,2
De 8 a 10 anos	18,1	18,5	17,4	16,2	0,6	2,3
11 a 14 anos	23,9	33,8	31,1	41,0	-7,2	-7,2
15 anos e mais	6,3	10,0	9,4	16,3	-3,2	-6,2
S/decl.	0,3	0,1	0,3	0,1	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Em relação às taxas de desemprego, foi no grupo de 15 anos ou mais de estudos que se encontrou a menor taxa de desemprego dos trabalhadores, evidenciando, mais uma vez, a melhor inserção dos trabalhadores com nível superior. Também foi nesse grupo que se verificou a menor diferença entre o desemprego feminino e masculino. Em 2004, as mulheres tinham uma taxa de desocupação de 4,0%, enquanto a dos homens era de 3,1%, diminuindo esses percentuais para 3,8% e 2,3%, respectivamente, em 2013. Cabe ressaltar que em todos os grupos de anos de estudos a taxa de desemprego feminina foi maior do que a masculina.

Tabela 8 - Taxas de desemprego por grupos de anos de estudo e sexo. Brasil - 2004 e 2013 (%)

Grupos de anos de estudo	Homem		Mulher		Homem - Mulher	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Menos de 8 anos	5,4	4,0	9,5	7,0	-4,1	-3,0
De 8 a 10 anos	10,1	6,8	17,7	12,3	-7,6	-5,5
11 a 14 anos	7,7	5,5	12,9	9,5	-5,2	-4,0
15 anos e mais	3,1	2,3	4,0	3,8	-1,0	-1,6
S/decl.	12,6	13,7	18,3	13,4	-5,7	0,3
Total	6,6	4,8	11,5	8,4	-	-

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Quanto à ocupação, tem-se que, conforme aumentam os anos de estudos, também aumenta a presença feminina. No grupo com menos de 8 anos de estudos, em 2013, as mulheres representavam 34,4% dos ocupados. Já entre os ocupados com 15 anos e mais de estudos, as mulheres eram a maioria dos ocupados (55,2%).

A Tabela 9 apresenta a distribuição dos ocupados, mulheres e homens, conforme a posição na ocupação pelos grupos de anos de estudos. Verifica-se que a formalização do trabalho era maior para os grupos com mais anos de estudos para ambos os sexos e que as mulheres estavam em um percentual menor no emprego formal em relação aos homens em todos os grupos de anos de estudos, com exceção do grupo com 15 anos ou mais de estudos, em que 71,5% das mulheres e 62,2% dos homens estavam em trabalhos formais, em 2013.

Tabela 9 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação e grupos de anos de estudos, por sexo. Brasil – 2004 e 2013⁷ (%)

Posição na Ocupação	Menos de 8 anos				De 8 a 10 anos			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Formal (inclui dom. rem.)	28,1	31,3	20,9	26,8	46,2	49,6	35,0	43,4
Informal (inclui dom. rem.)	25,3	21,6	30,5	28,6	22,7	19,8	34,6	28,7
Conta própria	34,9	35,4	19,9	20,3	20,6	23,1	18,6	18,8
Empregador	3,7	3,0	1,1	1,1	4,4	3,4	2,0	1,7
Autocons. + Não Rem.	8,1	8,6	27,6	23,3	6,0	4,1	9,9	7,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Posição na Ocupação	11 a 14 anos				15 anos e mais			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Formal (inclui dom. rem.)	58,7	64,4	58,4	62,6	55,5	62,2	67,7	71,5
Informal (inclui dom. rem.)	15,7	12,3	21,6	18,7	11,1	9,6	12,4	11,6
Conta própria	16,2	16,5	12,5	13,0	17,3	16,1	11,5	10,3
Empregador	7,2	5,2	3,5	2,6	15,5	11,6	6,9	5,4
Autocons. + Não Rem.	2,2	1,6	3,9	3,0	0,6	0,5	1,5	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE Elaboração própria.

Outra diferença que salta aos olhos é a distribuição das mulheres por posição na ocupação. Em 2013, 26,8% das mulheres menos escolarizadas (com menos de 8 anos de estudos) estavam em empregos formais, 28,6% em empregos informais e outros 20,3% trabalhavam por conta própria. Já as mulheres com maior escolaridade (com 15 anos e mais de estudos), estavam, majoritariamente, em empregos formais (71,5%), enquanto as demais se dividiam, principalmente, entre trabalho informal (11,6%) e por conta própria (10,3%). Em 2013, a diferença na

⁷ Na Tabela 9, a categoria Trabalho Formal inclui também o trabalho doméstico remunerado com carteira de trabalho e o Trabalho Informal inclui o trabalho doméstico remunerado sem carteira.

formalização do emprego entre as mulheres menos escolarizadas e as mais escolarizadas era de 44,8 p.p. Já para os homens, essa diferença era de 30,9 p.p..

O processo de maior formalização do emprego pelo qual o mercado de trabalho brasileiro passou no período foi mais intenso para as mulheres menos escolarizadas do que para as mais escolarizadas, enquanto para os homens aconteceu o contrário. Entre as mulheres, o maior aumento de participação no emprego formal, entre os anos 2004 e 2013, aconteceu para as que possuíam entre 8 e 10 anos de estudos (8,4 p.p.), enquanto para as mulheres com 15 anos e mais de estudos foi consideravelmente menor (3,9 p.p.). Uma hipótese para compreender esses dados é a de que o crescimento das vagas de trabalho formal acarretou a elevação dos graus de estudos exigidos para essas ocupações. Assim, as mulheres que estavam em trabalhos informais, mas que tinham o ensino fundamental completo, tiveram melhores condições para adentrar nessas ocupações. Já para os homens, a maior formalização do trabalho aconteceu para os mais escolarizados, visto que os que possuíam de 11 a 14 anos de estudos tiveram um aumento de 5,7 p.p., enquanto os com 15 anos ou mais tiveram um aumento de 6,7 p.p.. Os homens com menor escolaridade apresentaram um aumento de 3,2 pontos percentuais no trabalho formal, no período.

Quadros, em seus estudos sobre mobilidade social sinaliza que nesse período houve um dinamismo social mais expressivo nos estratos de renda mais baixos da população, porém limitada à baixa classe média (classe C). Isso se deu em decorrência de uma baixa performance do desenvolvimento social, com um baixo dinamismo das classes alta e média, e do elevado contingente de desempregados da baixa classe média e na massa trabalhadora que se manteve no período (QUADROS, 2010).

Esse comportamento das classes mais baixas é consequência do crescimento do PIB no período, no entanto, o desenvolvimento econômico não avançou suficientemente para desenvolver estruturas produtivas mais complexas, integradas e tecnologicamente avançadas. Entretanto, o autor ressalta que estas condições do desenvolvimento econômico favoreceram os trabalhadores da base da pirâmide, visto que os empregos gerados se concentraram nas faixas de menor remuneração, sendo mais acessíveis aos trabalhadores das classes sociais mais

baixas, sendo razoavelmente melhores do que a situação de desemprego e precariedade presenciada anteriormente (QUADROS, 2008).

Houve, portanto, uma confluência do crescimento das ocupações nos estratos acima da condição de miseráveis, com um comportamento mais favorável dos rendimentos dos estratos inferiores, o que possibilitou a ascensão significativa de seus integrantes (QUADROS, 2010).

Para o autor,

Em nossa avaliação (e metodologia), o principal determinante da significativa melhora na base dos ocupados foi a forte recuperação no valor real do salário mínimo, combinada com o expressivo crescimento do emprego formal, que torna mais efetiva a valorização do piso legal (QUADROS, 2010, p. 5).

Dessa maneira, o autor sinaliza que com esse dinamismo econômico e os canais de ascensão às posições referentes a um padrão de vida de “classe média” continuam obstruídos para as demais camadas da sociedade, afetando tanto os membros dessas camadas mais privilegiadas que tentam permanecer nela, quanto, de forma mais intensa, as pessoas das camadas mais baixas que aspiram atingir uma situação socioeconômica melhor (QUADROS, 2010). Esse estreitamento dos canais de ascensão social funciona como barreira à mobilidade ascendente, o que torna muito difícil a ascensão para além da classe média baixa (QUADROS, 2008).

Analisando os dados referentes ao rendimento médio do trabalho principal, na Tabela 10, verificou-se que o rendimento médio das mulheres foi muito menor que dos homens em todos os níveis de instrução, diminuindo um pouco ao longo do período. Em 2004, as mulheres com 15 anos ou mais de estudos recebiam cerca de 54,2% do rendimento masculino, enquanto, em 2013, elas passaram a receber 58,1%, apresentando, dessa forma, uma diminuição da diferença salarial entre mulheres e homens, mas, ainda assim, sendo uma diferença extremamente grande. O mesmo aconteceu nos demais grupos de anos de estudos.

Considerando as diferenças de jornada de trabalho entre homens e mulheres, se nota que a diferença diminuiu principalmente para pessoas com 15 anos ou mais de estudo. Assim, uma parte importante da aproximação dos rendimentos do trabalho de homens e mulheres deve-se a essa aproximação de jornadas. Em 2013,

a maior diferença de rendimentos horários em favor do homem é justamente para pessoas com 15 anos ou mais de estudos.

Tabela 10 - Razão entre os rendimentos médios nominais, rendimento hora e jornada de trabalho de homens e mulheres. Brasil - 2004 e 2013

Grupos de anos de estudos	Rend. médio mulher/Rend médio homem		Rend. Médio hora mulher/Rend médio hora homem		Jornada mulher/Jornada homem	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Menos de 8 anos	46,3	52,5	62,8	68,7	0,74	0,76
De 8 a 10 anos	54,7	60,2	65,4	70,6	0,84	0,85
11 a 14 anos	56,5	61,0	64,6	68,1	0,87	0,90
15 anos e mais	54,2	58,1	62,7	64,6	0,86	0,90
S/decl.	63,6	63,1	75,8	77,6	0,84	0,81
Total	62,9	69,9	77,9	81,7	0,81	0,85

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Diante do exposto, verificou-se que são realmente significativas as diferenças na participação e nas condições de emprego das pessoas com mais anos de estudos em relação as com menor escolaridade. Quanto maior o nível de escolaridade, maiores são as oportunidades de emprego e de recolocação no mercado de trabalho, menores são as taxas de desemprego e, conseqüentemente, o rendimento médio é consideravelmente maior que o da média dos trabalhadores.

No entanto, mesmo nos extratos com maior nível de instrução, as diferenças na participação e condições de trabalho entre homens e mulheres continuaram sendo relevantes. Foram as mulheres que apresentaram, em todos os níveis de instrução, as maiores taxas de desemprego, menor taxa de participação e menor rendimento médio em relação aos homens. Mesmo tendo maior participação, menor desemprego e jornada mais parecida com a dos homens, é justamente entre as pessoas com maior nível de instrução onde se observa a maior diferença de rendimento horário em favor dos homens, embora essa diferença tenha diminuído ligeiramente entre os anos 2004 e 2013.

1.4. Os diferenciais de participação conforme os grupamentos ocupacionais

Os grupos ocupacionais refletem uma combinação de considerações sobre funções exercidas, nível educacional exigido, atribuições e grau de complexidade do trabalho. Por meio da análise dos dados referentes a esses grupos é possível distinguir de maneira mais direta as formas de segregação ocupacional entre mulheres e homens.

A Tabela 11 apresenta os dados sobre a distribuição dos ocupados nos grupamentos e a participação feminina sobre o total para cada um deles. Ressalta-se que nos dados apresentados neste item estão sendo considerados os grupos ocupacionais não agrícolas.

De maneira geral, os grupos ocupacionais que tiveram maior expansão no número de ocupados foram os profissionais das ciências e das artes (PCA) e os trabalhadores dos serviços administrativos. Os PCA, grupo que compreende as ocupações que exigem nível superior de formação, era composto por cerca 5,1 milhões de trabalhadores em 2004, representado 7,7% do total do mercado de trabalho. Essa participação saltou para 8,8 milhões em 2013, atingindo 10,7% e resultando em um aumento de 72,8% no número de trabalhadores, o maior entre os grupos ocupacionais da PNAD no período.

O segundo grupo que mais cresceu nesse período foi o dos trabalhadores dos serviços administrativos, com aumento de 41,8%, passando de cerca de 6,8 milhões de trabalhadores, em 2004, para 9,6 milhões, em 2013. Ressalta-se que o grupo que teve maior diminuição dos ocupados foi o dos trabalhadores dos serviços, passando de 24,9% para 22,7% no período. Esses dados demonstram uma evolução na representatividade do grupo PCA frente aos demais e refletem uma melhoria no mercado de trabalho brasileiro com ampliação das ocupações mais qualificadas e diminuição dos trabalhos menos qualificados.

Em relação à participação feminina, nota-se que a distribuição das mulheres entre os grupos ocupacionais é distinta em comparação a dos homens, já sinalizando uma segregação ocupacional horizontal. Em 2013, os três grupos que mais absorveram força de trabalho feminina foram os trabalhadores dos serviços

(33,7%), seguido por trabalhadores dos serviços administrativos (16,7%) e profissionais das ciências e das artes (15%). Já os homens estavam, em sua maioria, distribuídos nos grupos trabalhadores da produção de bens e serviços de reparação (44,9%), seguido dos trabalhadores dos serviços (13,9%). O grupo de profissionais das ciências e das artes continha 7,3% dos homens, em 2013.

Tabela 11 - Distribuição dos ocupados e proporção de mulheres nos grupamentos ocupacionais. Brasil - 2004 e 2013 (%)

Grupos ocupacionais	Homem		Mulher		Mulher / Total	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Dirigentes em geral	7,3	6,8	4,7	5,0	33,9	37,5
Profissionais das ciências e das artes	5,6	7,3	10,3	15,0	59,3	62,6
Técnicos de nível médio	8,7	8,0	9,4	8,0	46,4	44,7
Trabalhadores de serviços administrativos	7,6	7,8	13,7	16,7	58,9	63,3
Trabalhadores dos serviços	15,2	13,9	37,1	33,7	66,2	66,1
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	10,8	9,5	13,7	12,8	50,4	52,1
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	43,0	44,9	10,9	8,5	16,8	13,3
Membros das forças armadas e auxiliares	1,7	1,8	0,1	0,2	4,9	7,5
Ocupações mal definidas ou não declaradas	0,1	0,0	0,1	0,0	43,4	41,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	44,4	44,7

Fonte: PNDA-IBGE. Elaboração própria.

É importante ressaltar que, entre os anos 2004 e 2013, houve um movimento das mulheres em direção aos grupamentos ocupacionais que exigem certa qualificação para as ocupações. Os principais movimentos foram uma elevação da participação das mulheres no grupo profissionais das ciências e das artes, que passou de 10,3%, em 2004, para 15%, em 2013, e no grupo trabalhadores dos serviços administrativos, passando de 13,7% para 16,7%. Em contrapartida, houve uma diminuição da participação das mulheres, principalmente trabalhadores dos serviços, passando de 37,1%, para 33,7% e trabalhadores da produção de bens e serviços de reparação, diminuindo de 10,9% para 8,5%, no período. Já os homens aumentaram sua presença, principalmente em profissionais das ciências e das artes e trabalhadores da produção de bens e serviços de reparação e manutenção. Também apresentaram diminuição em dirigentes, técnicos de nível médio, trabalhadores dos serviços e vendedores.

Em relação à presença feminina dentro de cada grupo ocupacional, as mulheres aumentaram sua participação em cinco grupos no período, sendo que os maiores aumentos foram em trabalhadores dos serviços administrativos (4,4 p.p.); dirigentes (3,6 p.p.); e profissionais das ciências e das artes (3,2 p.p.). Além disso, em 2004, as mulheres eram a maioria dos ocupados apenas no grupo trabalhadores dos serviços, composto em sua maioria por empregadas domésticas. Em 2013, esse cenário mudou e as mulheres passaram a ser a maioria dos ocupados em mais três grupos: trabalhadores dos serviços administrativos, profissionais das ciências e das artes e vendedores.

Analisando os dados dos grupamentos ocupacionais por posição na ocupação, na Tabela 12, verifica-se que o processo de formalização do trabalho foi mais intenso para os vendedores e trabalhadores de serviços do comércio, com aumentos de 14 p.p. e 15 p.p para homens e mulheres, respectivamente, no período, e para as mulheres trabalhadoras da produção de bens e serviços, com aumento de 12,7 p.p. (para os homens desse grupo a formalização aumentou 5,3 p.p.). Cabe ressaltar que esses eram os grupos com menor percentual de formalização entre todos. Todos os grupos, com exceção das forças armadas, apresentaram elevação dos ocupados com emprego formal e queda dos informais.

Tabela 12 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação e grupamento ocupacional, por sexo. Brasil - 2004 e 2013 (%)

Posição na Ocupação	Dirigentes				Ciências e das Artes				Técnicos				Serviços Administrativos			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Formal (inclui dom. rem.)	33,6	42,1	38,9	47,6	51,0	58,2	64,1	67,5	54,0	61,9	65,5	70,8	77,0	83,9	76,1	84,1
Informal (inclui dom. rem.)	10,6	7,4	9,7	8,5	18,2	14,4	16,1	15,4	20,1	13,8	22,6	16,6	20,0	13,9	20,6	14,1
Conta própria	0,6	2,9	0,9	3,8	23,1	20,1	15,1	13,8	23,3	22,0	9,8	11,0	1,9	1,4	0,6	0,5
Empregador	54,7	47,3	48,3	38,4	6,5	6,6	2,7	2,4	2,0	1,9	0,9	0,9	0,2	0,2	0,0	0,1
Autocons. + Não Rem.	0,4	0,3	2,2	1,6	1,2	0,6	1,9	0,8	0,6	0,3	1,3	0,7	0,9	0,6	2,7	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Posição na Ocupação	Trab. dos Serviços				Vendas				Trab. Pdção bens e serviços				Forças Armadas			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Formal (inclui dom. rem.)	57,6	65,2	34,8	42,4	31,2	45,5	27,8	42,7	45,0	50,3	39,4	52,1	94,8	79,5	93,9	78,4
Informal (inclui dom. rem.)	23,6	20,1	51,3	42,3	16,5	12,9	16,4	13,1	23,0	17,0	16,8	12,7	4,9	20,5	6,1	21,6
Conta própria	17,2	13,0	11,8	13,3	48,0	39,9	46,1	40,0	28,7	29,5	39,4	31,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Empregador	0,6	1,2	0,5	0,8	0,6	0,5	0,2	0,1	2,2	2,4	0,7	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Autocons. + Não Rem.	1,1	0,6	1,6	1,2	3,7	1,2	9,5	4,1	1,2	0,8	3,8	2,8	0,3	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Os grupos ocupacionais com maior percentual de formalização do trabalho foram os trabalhadores dos serviços administrativos, técnicos de nível médio e profissionais das ciências e das artes, ocupações que, de certa maneira, exigem algum grau de qualificação para a sua execução.

No caso dos profissionais das ciências e das artes, as mulheres ocupadas nesse grupo tiveram um aumento da formalização de apenas 3,4 p.p., e uma diminuição da informalidade de 0,7 p.p., os menores entre todos considerando homens, mulheres e grupos. Portanto, o processo de maior formalização pelo qual o mercado de trabalho brasileiro passou entre os anos 2004 e 2013 não atingiu de maneira significativa as mulheres do grupo PCA.

Analisando os dados dos ocupados dos grupamentos ocupacionais por grupos de anos de estudos, verifica-se mais claramente o processo de maior escolarização dos trabalhadores devido a uma considerável diminuição dos percentuais de trabalhadores com até 10 anos de estudos e maior ampliação dos percentuais dos trabalhadores com mais anos de estudos.

De maneira geral, nos grupos que exigem certa qualificação para o exercício das atividades, entre os anos 2004 e 2013, verificou-se uma maior elevação da participação dos ocupados com 15 anos e mais de estudos, como dirigentes (7,5 p.p. para homens e 7,7 p.p. para mulheres), profissionais das ciências e das artes (7,4 p.p. para os homens e 5,4 p.p. para as mulheres), trabalhadores de nível técnico (5,3 p.p. para ambos), trabalhadores dos serviços administrativos (6 p.p. para homens e 4,9 p.p. para mulheres) e forças armadas e auxiliares (10,4 p.p. para homens e 27,4 p.p. para mulheres). Nos demais grupos, o maior aumento ocorreu na faixa de 11 a 14 anos de estudos.

O grupo profissionais das ciências e das artes, por conta da natureza de suas atividades, é o que contém o maior percentual de trabalhadores com 15 anos e mais de estudos. Em 2013, 73,3% dos homens e 71,2% das mulheres ocupados nesse grupo tinham o nível mais alto de escolaridade.

Tabela 13 - Distribuição dos ocupados por anos de estudo e grupamento ocupacional, por sexo. Brasil - 2004 e 2013 (%)

Anos de estudo	Dirigentes				Ciências e das Artes				Técnicos				Serviços Administrativos			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Menos de 8	19,8	12,6	10,9	6,9	5,4	3,0	3,3	3,3	13,6	8,1	4,8	2,9	15,0	8,1	5,9	3,3
De 8 a 10	13,5	10,9	9,9	7,5	5,3	2,2	3,6	2,3	15,9	10,3	9,9	7,1	21,1	16,5	15,2	10,8
De 11 a 14	42,3	44,6	46,3	45,0	23,3	21,5	27,2	23,2	56,2	62,1	69,9	69,4	55,3	61,2	67,6	69,7
15 e mais	24,4	31,9	32,8	40,6	65,9	73,3	65,9	71,2	14,2	19,4	15,3	20,7	8,3	14,3	11,2	16,1
S/ decl.	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,3	0,0	0,2	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Anos de estudo	Trab. dos Serviços				Vendas				Trab. Pdção bens e serviços				Forças Armadas			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Menos de 8	55,8	38,7	59,7	42,4	43,3	30,9	34,2	20,8	57,4	43,4	49,5	33,7	4,2	1,8	4,2	0,0
De 8 a 10	22,0	23,5	21,9	23,7	22,8	20,9	23,3	20,9	22,3	23,8	23,1	23,6	18,5	9,1	18,5	1,3
De 11 a 14	20,6	34,6	17,3	31,3	31,0	43,0	39,5	53,4	19,1	31,0	25,6	39,7	68,4	69,8	68,4	62,4
15 e mais	1,1	3,1	0,5	2,4	2,8	5,1	2,7	4,7	0,7	1,6	1,3	2,9	8,9	19,3	8,9	36,2
S/ decl.	0,4	0,1	0,5	0,2	0,2	0,1	0,3	0,2	0,4	0,1	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Quanto aos rendimentos, verificou-se um movimento de redução da desigualdade de renda dos trabalhadores entre os anos 2004 e 2013. Os grupos ocupacionais com maiores rendimentos, entre eles, dirigentes, profissionais das ciências e das artes, técnicos de nível médio e trabalhadores dos serviços administrativos, apresentaram uma diminuição da diferença entre os rendimentos recebidos e a média de rendimento do total dos ocupados.

Nesse sentido, Barros *et al.* (2006), em estudo sobre desigualdade de renda no país, apontam que no começo do século XXI houve um acentuado declínio do grau de desigualdade de renda⁸ por meio da elevação da renda da população mais pobre. Esse declínio contribuiu, principalmente, para melhorar as condições de vida da população mais pobre e a maior parte da redução da desigualdade decorreu de mudanças na distribuição dos rendimentos do trabalho (BARROS; FRANCO; MENDONÇA, 2007; HOFFMANN, 2005, 2006; SOARES, 2006).

Os dados apresentados na Tabela 14 corroboram esse ponto ao demonstrar uma diminuição das diferenças de rendimento das ocupações com maiores remunerações em relação ao rendimento médio total. O grupo de dirigentes

⁸ Diversos autores (BARROS; Franco; MENDONÇA, 2006; FOGUEL; AZEVEDO, 2006; MENEZES-FILHO; FERNANDES; PICCHETTI, 2006a, b), ao analisarem essas reduções da desigualdade de rendimento do trabalho, apontam como principais determinantes as melhorias no capital humano da força de trabalho e das reduções dos diferenciais de remuneração por nível educacional. No entanto, esses estudos também apontam que apenas metade da queda é explicada por esses fatores.

tinha um rendimento 2,9 vezes maior que o rendimento médio total dos ocupados, no entanto, em 2013, essa diferença caiu para 2,6 vezes. O grupo profissionais das ciências e das artes tinha o segundo maior rendimento entre os grupos ocupacionais e auferia, em 2004, uma renda média 2,3 vezes maior que a média do total dos grupos ocupacionais, passando para 2,0 vezes em 2013. Por outro lado, os grupos com menores rendimentos médios presenciaram uma elevação das rendas recebidas, principalmente para os trabalhadores dos serviços.

Tabela 14 - Razão entre os rendimentos médios nominais, rendimento hora e jornada de trabalho de homens e mulheres. Brasil - 2004 e 2013

Grupos ocupacionais	Rend. total grupo / Rend. médio total		Rend. médio mulher / Rend médio homem		Rend. médio hora mulher / Rend médio hora homem		Jornada mulher / Jornada homem	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Dirigentes em geral	2,9	2,6	65,0	67,3	71,5	72,3	0,91	0,93
Profissionais das ciências e das artes	2,4	2,1	54,9	55,7	63,5	62,5	0,86	0,89
Técnicos de nível médio	1,3	1,3	61,3	65,8	72,3	71,3	0,85	0,92
Trabalhadores de serviços administrativos	0,9	0,8	79,9	78,0	83,4	79,7	0,96	0,98
Trabalhadores dos serviços	0,5	0,5	61,4	67,1	73,9	79,8	0,83	0,84
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	0,6	0,7	60,8	64,1	72,7	73,0	0,84	0,88
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	0,8	0,8	55,9	62,6	67,4	69,8	0,83	0,90
Membros das forças armadas e auxiliares	1,7	1,9	106,8	103,1	114,6	108,4	0,93	0,95
Ocupações mal definidas ou não declaradas	1,2	0,9	132,0	46,2	155,7	52,4	0,85	0,88
Total	1,0	1,0	62,6	68,7	74,3	78,4	0,84	0,88

Fonte: PNDA-IBGE. Elaboração própria.

No entanto, essa redução da desigualdade de renda verificada para o conjunto das ocupações não teve reflexo na redução das diferenças de rendimento entre homens e mulheres. Nos grupos ocupacionais com maiores rendimentos, verificou-se uma ampliação das diferenças de rendimento médio por horas trabalhadas entre homens e mulheres, mesmo havendo uma redução das diferenças da jornada de trabalho entre ambos no período. Para as ocupações com menores rendimentos, verificou-se uma leve redução das diferenças de rendimento para os trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção (2,3 p.p.) e uma maior redução das diferenças de renda média por hora trabalhada para os trabalhadores dos serviços (5,9 p.p.). No entanto, nesse último caso, há que se considerar que a grande maioria dos trabalhadores desse grupo são mulheres empregadas domésticas, que foram favorecidas pela política de aumento do salário mínimo.

Quanto aos profissionais das ciências e das artes, verifica-se que nem o aumento da presença feminina, tampouco o movimento de redução das desigualdades de renda média do trabalho foi suficiente para diminuir a desigualdade de rendimento entre homens e mulheres, que está entre as maiores neste tipo de ocupação. Em 2013, no total das ocupações, as mulheres recebiam 78,4% do rendimento médio hora dos homens, no entanto, quando são analisados os dados dos PCA, as mulheres recebiam 62,5% do rendimento médio hora masculino, sendo esse o grupo com maior diferenciação salarial entre homens e mulheres.

Apesar das mulheres nessas ocupações possuírem mais oportunidades de trabalho e maior renda em relação à média geral dos trabalhadores, são nessas ocupações que estão as maiores diferenças de renda auferida do trabalho entre homens e mulheres, ou seja, também nessas ocupações a mulher não é remunerada adequadamente quando comparada com os homens de mesmo nível educacional.

Essa desigualdade de gênero nas ocupações se verifica em todos os grupos ocupacionais, qualquer que seja o nível de escolaridade exigido, no entanto, chama a atenção a maior disparidade de rendas entre as funções com exigência de níveis mais altos de escolaridade, principalmente no grupo de profissionais das ciências e das artes. Segundo Leone e Baltar (2012), as mulheres estão em posições mais desfavoráveis com grandes diferenças de rendimento em qualquer tipo de ocupação, mas essa distorção é mais marcante nas ocupações melhor remuneradas.

1.5. Considerações finais

A análise apresentada neste capítulo revela que um crescimento mais intenso do PIB decorrente de uma situação internacional favorável e um esforço do poder público para elevar os salários mais baixos melhorou em diversos aspectos o mercado de trabalho. Destacam-se três movimentos positivos: a maior escolarização da população, a maior formalização das atividades econômicas e das ocupações e a redução da desigualdade de renda do trabalho.

É perceptível a existência de uma estreita correlação entre os níveis de escolaridade das pessoas e sua condição socioeconômica, mediada pelo

aproveitamento das oportunidades no mercado de trabalho. Assim, quanto maior a escolaridade das pessoas, maior a taxa de participação na atividade econômica, menor a taxa de desemprego e melhor a absorção das pessoas segundo a posição na ocupação. As diferenças a esse respeito são particularmente marcantes no caso das mulheres, sendo bem maiores que as verificadas entre os homens.

O aumento da escolaridade da população coincidiu com a formalização das atividades econômicas e das ocupações e também foram acompanhadas de um aumento nas exigências de escolaridade para o acesso aos empregos formais. As mulheres com um mínimo de condição socioeconômica já haviam revertido o hiato de escolaridade e puderam aproveitar, melhor do que os homens, as oportunidades proporcionadas pela melhora no mercado de trabalho.

A proporção de mulheres no total das pessoas ocupadas pouco aumentou no período examinado, devido à interrupção do aumento da participação feminina na atividade econômica. No entanto, verificou-se uma elevação da proporção de mulheres nas ocupações com maiores exigências de escolaridade e maior remuneração, como apoio administrativo, profissões das ciências e das artes e ocupações de direção, tendo-se mantido estável nas ocupações de menores exigências de escolaridade e menor remuneração, como as de prestação de serviços, ou mesmo diminuído nas ocupações da produção de bens e serviços de reparação,

As mudanças na proporção de mulheres nos vários tipos de ocupações refletem a continuidade da segregação ocupacional, com as mulheres se mantendo concentradas em nichos ocupacionais tidos como femininos e permanecendo significativas as diferenças de rendimento favoráveis aos homens. Não obstante, o avanço ocupacional das mulheres foi particularmente marcante nas ocupações com menores exigências de escolaridade e menor remuneração, visto que, nesses casos, a formalização das ocupações foi maior para as mulheres do que para os homens, além de a diferença de remuneração por sexo ter diminuído. Ressalta-se que foram nesses tipos de ocupações onde se verificou um maior aumento da renda média do trabalho. Já nas ocupações com maiores exigências de escolaridade e maior remuneração, onde a formalização das ocupações já era elevada, principalmente no caso das mulheres, a diferença de rendimento entre homens e mulheres não diminuiu e a renda média teve um aumento menor.

Deste modo, a evolução diferenciada da situação ocupacional de homens e de mulheres em um contexto de melhora no mercado de trabalho com pouco investimento e avanço da estrutura de produção, beneficiado por uma situação internacional favorável e um esforço público para elevar os baixos salários foi aspecto importante da redução observada na desigualdade das rendas do trabalho. O avanço ocupacional das mulheres nas ocupações pior remuneradas contribuiu para a elevação da renda média dessas ocupações e o aumento mais intenso da ocupação de mulheres, sem avanço ocupacional análogo nas ocupações melhores remuneradas, foi parte de um aumento menor da remuneração média dessas ocupações.

Assim, a preocupação em estudar mais detalhadamente o grupo dos profissionais das ciências e das artes se dá por se concentrar nele o maior número de profissionais com formação de nível superior e presença majoritariamente feminina. Entendendo as características estruturais desse grupo profissional, é possível compreender com mais precisão o contexto específico em que se opera a segregação horizontal e seus potenciais efeitos sobre as práticas profissionais e valores sociais.

No entanto, deve-se ter claro que, para o caso das ocupações que exigem nível superior de formação, a segregação ocupacional começa antes mesmo da entrada no mercado de trabalho. A escolha da área que se pretende atuar dentro do mercado de trabalho é, em geral, definida no momento da escolha do curso de graduação que se irá ingressar. Por conta disso, se dá a importância de investigar como essas escolhas foram e continuam sendo influenciadas por diversos fatores presentes em uma sociedade patriarcal como a brasileira.

2. O PROCESSO EDUCACIONAL FEMININO: ENTRE DESIGUALDADES E SUPERAÇÕES

A educação desempenha um papel de grande relevância no desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, além de influenciar no avanço econômico da sociedade. No entanto, de acordo com as condições históricas e estruturais de conformação de cada sociedade, podem existir diversas barreiras no acesso à escolarização, sendo as principais de classe social, gênero e raça. Nesta etapa do trabalho, não se pretende reconstituir a evolução do sistema educacional do país, mas sim, apresentar como a barreira relacionada ao gênero dificultou a entrada das mulheres no sistema educacional brasileiro, com ênfase no seu nível superior, influenciando, conseqüentemente, suas escolhas profissionais.

Para isso, serão abordados os principais aspectos da criação e desenvolvimento do ensino superior no Brasil, os processos mais recentes de expansão, e como se deu a inserção feminina nesse nível de educação. É destacado o caráter tardio do desenvolvimento do ensino superior no país em um sistema educacional de constituição eminentemente elitista e masculina que colocou enormes dificuldades para a inserção das mulheres. A ampliação do sistema educacional, no contexto de profundas mudanças sociais decorrentes da industrialização e urbanização do país, proporcionou às mulheres a oportunidade de reverter o hiato educacional de gênero.

Pretende-se que uma breve referência à maneira como se expandiu o sistema educacional e, particularmente, o ensino superior, proporcione elementos para compreender o que representava no passado e representa atualmente a diferença de gênero no acesso e participação no ensino superior e suas implicações em termos de segregação das mulheres a determinadas carreiras universitárias, com implicações para a inserção e participação no mercado de trabalho.

2.1. A criação tardia do ensino superior no Brasil

O desenvolvimento do ensino superior no Brasil aconteceu de maneira tardia, conforme apontam especialistas da área como Cunha (2000) e Durham (2005), visto que somente no século XIX houve a implementação das primeiras instituições de curso superior, com a vinda da família real portuguesa. No entanto, eram cursos isolados e não articulados como universidades. Já o desenvolvimento das primeiras universidades data do começo do século XX com as novas demandas por conta da industrialização e urbanização no país e uma busca por modernização na sociedade brasileira.

Inicialmente, Portugal proibia a criação de universidades no Brasil por acreditar que os estudos universitários poderiam estimular movimentos independentistas, principalmente a partir do século XVIII quando as ideias do Iluminismo passaram a estar mais presentes na América Latina. Enquanto isso, a Espanha adotava uma postura oposta em relação ao ensino superior e, desde o século XVI, começou a instalar universidades em suas colônias americanas como forma de dominação cultural sobre os povos nativos que, ressalta-se, já possuíam uma cultura e formas de organização social mais estruturada. O objetivo era que os intelectuais crioulos e mestiços formados nessas universidades se tornassem agentes difusores da cultura espanhola (CUNHA, 2000).

A diferente postura de Portugal perante a educação em sua colônia americana destinava apenas aos filhos da classe dominante o acesso ao ensino superior na Universidade de Coimbra. Como aponta Teixeira (1989), esta era a universidade do Império português e sua grande força unificadora.

Apenas após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, fugindo da invasão de Portugal por parte das tropas francesas, foi que começaram a ser criadas as primeiras instituições de ensino superior (IES) no Brasil. Ao princípio da chegada foi criado o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia. As primeiras IES tiveram como objetivo formar quadros profissionais para desempenhar funções ocupacionais na corte (NEVES; MARTINS, 2016). Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, foi criada ali, além da Escola de Cirurgia, as Academias Militares, a Escola de Belas Artes, o Museu e Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico (TEIXEIRA,

1989). A chegada da corte real em terras brasileiras gerou a necessidade de criar novas instituições econômico-financeiras, culturais e administrativas que até então eram proibidas.

O ensino superior brasileiro se consolidou sob os auspícios do Estado Nacional durante o Império. Tanto a criação de novos cursos quanto sua manutenção eram responsabilidade do Estado. Segundo Cunha (2000), apesar do Reino português ter se mudado para o Brasil por conta da invasão francesa, o ensino superior desenvolvido aqui estava fortemente fundamentado na política educacional napoleônica. Foram criadas cátedras isoladas de ensino superior para formação de profissionais nos moldes do que era o ensino superior na França. Neste formato, foram criados os cursos de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808, e de Engenharia na Academia Militar, em 1810.

A respeito do processo de admissão dos candidatos no ensino superior, em 1808, o ingresso passou a ser condicionado à aprovação nos exames de estudos preparatórios realizados nas próprias instituições de ensino que o candidato pretendia cursar. No entanto, Cunha aponta que havia uma pressão por parte das elites para uma maior facilitação da admissão dos candidatos. Assim, em 1837, os estudantes do Colégio Pedro II passaram a ter o privilégio de ter seu ingresso garantido em qualquer instituição de ensino do Império sem a necessidade do exame. Já os estudantes de outras instituições passaram a fazer os exames preparatórios perante juntas especiais tanto no Rio de Janeiro quanto nas demais províncias. Outra medida foi a extensão do prazo de validade dos resultados dos exames preparatórios como permanentes (CUNHA, 2000).

Nesse período, a maior demanda por parte da economia cafeeira por construções de estradas de ferro e, conseqüentemente por engenheiros, ajudou a impulsionar a expansão do curso de Engenharia. Assim, o curso de Engenharia foi expandido para outros estabelecimentos e deixou de ter um teor bélico a partir de 1874. No ano seguinte, por determinação do Imperador, foi criada a Escola de Minas em Ouro Preto. Já os cursos jurídicos foram criados a partir de 1827 pelo Imperador Pedro I, sendo os primeiros cursos em São Paulo e Olinda (posteriormente transferido para Recife) (CUNHA, 2000).

Esta tríade do ensino superior - Medicina, Engenharia e Direito - dominaria durante muitos anos o ensino superior brasileiro, se multiplicando em faculdades isoladas e sendo incorporadas tardiamente às universidades. Até os dias atuais, estes cursos conferem a seus estudantes e profissionais certas distinções sociais arraigadas em uma sociedade classista como a brasileira.

Com o tempo, foram sendo criadas outras escolas ou faculdades como Economia, Serviço Social, Arquitetura, Jornalismo e de Ciências Sociais e Letras durante o período do Império. Havia a intenção de reproduzir aqui o projeto da Faculdade de Filosofia da Universidade de Berlim com um “saber livre e desinteressado, conterrâneo de outro elemento transplantado, a livre docência” (CUNHA, 2000, p. 155). No entanto, as instituições de ensino superior continuariam tendo um caráter profissionalizante durante muitos anos.

Havia uma especialização unilateral voltada à formação de profissionais liberais que atendia aos interesses diretos da Coroa. Assegurava aos que tinham acesso a esse tipo de ensino a manutenção de seu status social, consolidando a ordem social existente. Via-se no país uma modernização controlada com o intuito de impedir um processo de autonomização cultural e progresso dos conteúdos do ensino superior, da modernização cultural independente (FERNANDES, 1975).

Segundo o autor,

Daí resultou algo paradoxal: um ensino superior profissionalizante, mas destituído de cunho prático e de qualquer pragmatismo; ou seja, um tipo de escola superior capaz de canalizar o desenvolvimento do ensino correspondente segundo um padrão próprio, inconciliável com as tendências de modernização dessa instituição no cenário europeu. O “novo” não só nascia completamente “arcaico” – pelo menos continha um grau de obsoletização inexistente nos paradigmas explorados. Ele projetava na cena histórica brasileira como uma perene influência educacional arcaizante, que nada iria ou poderia abalar (FERNANDES, 1975, p. 98).

Com esse movimento de criação de escolas e faculdades de ensino superior no país, nesse período, deu-se também o debate entre liberais e positivistas brasileiros sobre a criação de universidades e da liberdade de ensino. Para os liberais, apesar da precariedade do ensino primário e secundário, a criação das universidades tinha um papel importante no campo educacional. Já os positivistas brasileiros eram

contra a criação das universidades por acreditarem que estas não estavam comprometidas com o ensino científico.

Teixeira (1989) aponta que diversos pedidos de criação de universidades no Brasil eram sistematicamente negados ou ignorados. Entre alguns fatores, o autor aponta uma certa prudência e falta de confiança na capacidade de criar e manter uma universidade, visto que, até então, estávamos sempre submetidos às ordens e cultura da Metrópole, racionalizando um sentimento de inferioridade. Assim, segundo esse pensamento, cursos mais pragmáticos seriam mais apropriados para o Brasil.

Teixeira também considera a possibilidade de que os cursos com conteúdo mais amplo e desinteressado eram vistos como futilidade e obsoletos. Isto pode ter criado um sentimento antiuniversitário que seria respaldado pelos positivistas, identificando a universidade às formas obsoletas de cultura medieval (TEIXEIRA, 1989).

Para Fernandes (1975), o início da constituição do ensino superior brasileiro foi caracterizado por uma segmentação institucional, devido a interesses de manutenção da dominação portuguesa através da delimitação dos modelos institucionais desenvolvidos no país, com a criação de faculdades e escolas superiores isoladas.

Diante disso, Teixeira aponta uma ambiguidade nesse debate no período, pois, apesar do exposto anteriormente, o ensino superior, mesmo que não organizado na estrutura universitária, buscava “acima de tudo corporificar valores que só a universidade de amplos objetivos de cultura desinteressada poderia cumprir” (TEIXEIRA, 1989, p. 67). Para Durham (2003), este foi um período de implantação de um modelo de escolas autônomas voltadas para a formação de profissionais liberais conforme as iniciativas e desejos da Coroa.

2.1.1. O início da expansão e diversificação do ensino superior

O final do século XIX foi um período marcado por mudanças sociais proporcionadas pela abolição da escravidão, proclamação da República e promulgação da nova Constituição, a partir da qual foi adotado o federalismo pelo novo regime, transformando as províncias em estados e conferindo maior autonomia política e administrativa. Essas mudanças tiveram repercussão na descentralização do ensino superior nesse período, levando à ampliação e diversificação das áreas. Houve, assim, o aparecimento de novas instituições de ensino superior, tanto públicas (estaduais e municipais) quanto privadas, principalmente as de caráter confessional.

O ensino superior, nas primeiras décadas da República, ficou marcado por um processo de expansão do número de faculdades e facilitação do acesso por parte dos estudantes. Segundo Sampaio (1991), entre 1889 e 1918 foram criadas 56 novas escolas de ensino superior no país, sendo a grande maioria privada. Essa expansão foi estimulada pelo processo de ampliação das burocracias privadas e públicas que exigiam trabalhadores tanto com ensino secundário como com formação profissional no ensino superior. Segundo Cunha (2000), a maior escolarização era almejada pelos latifundiários, que viam na formação de seus filhos um aumento do prestígio social e manutenção de distinções e privilégios, e pelos trabalhadores urbanos e filhos de colonos, para os quais o ensino superior seria um meio de ascensão social da família.

No entanto, essas políticas de expansão do ensino superior não foram bem recebidas por parte da sociedade que via nele uma maneira de prestígio social. Diante disso, foram realizadas diversas reformas do ensino secundário e superior que visavam a contenção da expansão das IES e dificultar o acesso aos estudantes das escolas do ensino secundário. Nesse período, apenas os estudantes com certificados do Colégio Pedro II ou dos estabelecimentos estaduais equiparados a ele e fiscalizados pelo Conselho Superior de Ensino poderiam prestar os exames admissionais, que passaram a ser chamados de exames vestibulares (CUNHA, 2000).

Na década de 1920, o país começou a passar por um grande movimento de modernização influenciada pelas transformações econômicas decorrentes da industrialização e do avanço da urbanização. Essas mudanças econômicas e sociais se refletiram também na educação que passou a ser vista como um meio de

mobilidade social. Assim, novas reformas impactaram todos os níveis de ensino no país, sendo o ensino público, universal e gratuito a grande bandeira defendida pelos educadores da época (DURHAM, 2003).

Também nesse período surgiu um movimento de modernização do ensino superior defendendo a criação das universidades como “centros de saber desinteressado”, expressão utilizada naquele período para distinguir das instituições de ensino superior profissionalizantes. A proposta era de uma reformulação de todo o sistema de ensino superior com a substituição das escolas autônomas por universidades públicas voltadas tanto para o desenvolvimento das ciências básicas e pesquisa como para formação profissional (DURHAM, 2003).

Existe um debate sobre qual foi a primeira universidade criada no país⁹, no entanto, muitos especialistas apontam que a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, a partir de uma autorização do Presidente da República, tenha sido a primeira instituição de ensino que se manteria como universidade duradouramente. Ela resultou da união das faculdades federais de Medicina e Engenharia e de uma faculdade de Direito, modelo que seria seguido por quase todas as universidades que viriam em seguida, reunindo diversas faculdades profissionais já existentes. Depois, foram criadas a Universidade de Minas Gerais, em 1927, a Universidade do Rio Grande do Sul e a Universidade de São Paulo, ambas em 1934 (CUNHA, 2000).

Apesar da criação dessas universidades, o governo federal havia instituído normas que regulamentavam a criação dessas instituições pelos governos estaduais. Em 1928, foi promulgado um decreto que estabelecia que as universidades criadas nos estados teriam autonomia administrativa, econômica e didática, mas que o ingresso de estudantes deveria seguir o mesmo modelo das universidades federais e que cada faculdade de cada universidade teria um inspetor responsável pela sua fiscalização. A criação de universidades privadas também ficou bastante restrita, pois se exigia uma lei estadual que a autorizasse e o reitor deveria ser nomeado pelo governador (CUNHA, 2000).

⁹ Alguns estudiosos apontam as primeiras sendo a Universidade de Manaus, criada em 1909, seguida da Universidade de São Paulo, uma universidade privada criada em 1911, e da Universidade do Paraná, criada em 1912. A criação dessas universidades se deu por parte da iniciativa privada, no entanto, nenhuma durou mais do que alguns anos nesse formato. Algumas foram desmembradas em faculdades e, alguns anos mais tarde, retornaram ao formato de universidades. Em geral, elas ofereciam cursos de medicina, farmácia, odontologia e comércio (CUNHA, 2000).

No início do governo Vargas, uma nova reforma do ensino superior foi realizada, resultado de um processo de negociação entre as alas conservadoras e inovadoras que instituiu a universidade como modelo preferencial de ensino superior e definiu o formato legal que todas as demais instituições que fossem criadas deveriam seguir. O modelo de instituições autônomas não foi eliminado e também foi mantida a possibilidade da iniciativa privada em criar os seus próprios estabelecimentos, porém estes deveriam estar sob supervisão governamental (DURHAM, 2003).

Estabelecia-se que cada universidade deveria ser composta de ao menos três faculdades dentre as seguintes: Medicina, Engenharia, Direito, Educação, Ciências e Letras. O ingresso dos alunos estava restrito aos que fossem aprovados no exame vestibular, além da apresentação de certificado de conclusão de curso secundário e prova de idoneidade moral. Além disso, todos os cursos superiores de instituições privadas deveriam ser credenciados pelo Ministério da Educação para que os diplomas conferidos aos estudantes fossem registrados nos órgãos estatais competentes e propiciassem o exercício de profissões regulamentadas em lei (CUNHA, 2000).

No período entre os anos 1945 e 1960, verificou-se uma expansão do ensino superior no país com a criação de uma rede de universidades federais, expansão do sistema universitário estadual paulista e de instituições estaduais e municipais de menor porte em diversas regiões do país (SAMPAIO, 2000). Nesse período, foram criadas 18 universidades públicas e 10 particulares (a maioria confessional) e o número de estudantes subiu de 41 mil para 95 mil, dos quais mais da metade se encontrava no setor público (DURHAM, 2003; NEVES; MARTINS, 2016).

Esse crescimento foi impulsionado pela demanda crescente de setores médios da sociedade brasileira resultante do processo de desenvolvimento econômico e urbano. Se pretendia a ampliação das vagas nas universidades públicas e gratuitas que associassem ensino e pesquisa com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento do país (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

2.1.2. A institucionalização do ensino universitário

O avanço da industrialização no pós-guerra e seu aprofundamento desde os anos 1950 aumentou a necessidade de profissionais com formação universitária para acompanhar e impulsionar o processo de desenvolvimento econômico. O interesse dos setores médios urbanos em alcançar promoções nas burocracias públicas e privadas por meio de maior escolarização e um diploma de ensino superior elevou a demanda por estes cursos, no entanto, o modelo vigente já estava ficando saturado e dependente de recursos financeiros cada vez maiores (NEVES; MARTINS, 2016; DURHAM, 2003).

O golpe militar de 1964 instaurou um regime de ditadura no Brasil que só terminaria em 1985. Neste período, foi posto em prática um projeto desenvolvimentista autoritário e uma maior internacionalização da economia brasileira (NEVES; MARTINS, 2016). Neste contexto, os governos militares elaboraram reformas educacionais no ensino superior com o objetivo impulsionar o projeto econômico que tinham para o país. Para isso, precisavam garantir um aumento de alunos e ao mesmo tempo reduzir o custo médio por estudante. Para não implicar em restrição orçamentária em outras áreas de interesse do governo militar, foram realizadas reestruturações das universidades federais que, posteriormente, se estendeu às demais. Em 1965, o número de matrículas era de 352 mil, sendo que 56% estavam em instituições públicas (DURHAM, 2003).

A promulgação do Decreto-lei 53/66 que determinou os princípios e normas para a organização das universidades federais, entre outras coisas, impedia a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; estabelecia a união entre ensino e pesquisa de modo que formassem um sistema comum para toda a universidade; e determinava a criação de uma unidade direcionada para a formação de professores para o ensino secundário e pedagogia (CUNHA, 2000). Esta última medida, como será demonstrado adiante, impulsionaria a entrada das mulheres no ensino superior. Assim, o governo militar pretendia minimizar o custo dos cursos e ao mesmo tempo ampliar as vagas.

Merece destaque a Reforma de 1968, implantada por meio das Leis 5.540 e 5.539, que propiciou a criação efetiva da instituição universitária e ampliação da

educação superior no país. A partir dela, a universidade passaria a ser o modelo de organização preferencial do ensino superior, atribuindo as funções de ensino, pesquisa e extensão, tornando as faculdades isoladas uma exceção. No entanto, setores internos do governo tinham uma posição mais privatista e contribuíram para a aceleração do crescimento das instituições privadas que, em geral, eram faculdades isoladas.

Com a expansão do ensino médio e mudanças curriculares para criação de um núcleo base para todas as suas modalidades, aumentou o número de pessoas qualificadas para ingressarem no ensino superior e as pressões sociais para sua ampliação se elevaram. A Reforma de 1968 foi realizada no sentido de diminuir essas pressões e ampliar o número de vagas nas instituições públicas e privadas. Além disso, mudou as formas de acesso e transformou o vestibular em classificatório, até o limite da quantidade de vagas. No entanto, ainda assim a demanda por ensino superior superava a oferta pública e abriu-se um maior espaço para a ampliação do setor privado (NEVES, 2009).

Nos anos 70 e 80, o governo manteve no âmbito federal e estadual as universidades públicas gratuitas que associassem ensino, pesquisa e extensão e com um número limitado de vagas. No setor privado, prevaleciam os estabelecimentos privados voltados apenas para o ensino e com cursos de baixo custo como ciências humanas e ciências sociais aplicadas (NEVES; MARTINS, 2016). Entre os anos 1970 e 1980, a oferta de matrícula no setor privado cresceu de 50,5% para 64,3% do total de vagas do ensino superior (DURHAM, 2003).

Essa expansão dos estabelecimentos privados trouxe um novo modelo de instituição de ensino voltado para o lucro, se distanciando das escolas confessionais e sem fins lucrativos, modelos privados existentes até então. Segundo Neves e Martins (2016), esse processo foi viabilizado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que era composto majoritariamente por pessoas ligadas aos interesses do setor privado. A partir de 1969, o CFE passou a autorizar a abertura de instituições de ensino superior privado que cumprissem os requisitos mínimos quanto a recursos humanos e para financiamento. Muitos desses pedidos partiram de escolas de ensino secundário que, vendo uma demanda crescente não ser atendida, decidiram investir

no ensino superior e expandir seus modelos institucionais para outros níveis do ensino (NEVES; MARTINS, 2016).

Assim, o setor privado ampliou a oferta de cursos de baixo custo e com exigências acadêmicas menores, tanto para o ingresso quanto para o prosseguimento dos estudos até a conclusão da graduação. Essas instituições se aproveitaram da demanda crescente pela obtenção de diploma por parte dos setores médios da sociedade brasileira que via na educação superior uma forma de ascensão social.

É importante ter-se em conta que essas mudanças aconteceram em um momento de forte repressão político-ideológica no país, com atos institucionais que ameaçavam o emprego de professores e expulsão de alunos. Foi nesse ambiente que se deu o maior impulso para o tardio processo de formação da universidade brasileira.

Nesse período, durante a ditadura militar, professores e pesquisadores foram aposentados compulsoriamente, estudantes eram impedidos de ingressar ou expulsos das instituições de ensino, as entidades estudantis foram duramente reprimidas, os reitores foram afastados e em seus lugares foram nomeados interventores e o controle policial se estendeu para os currículos, programas e bibliografia das disciplinas. Por outro lado, a organização de docentes e pesquisadores fez com que as agências de fomento à pesquisa ampliassem os recursos destinados à pós-graduação, a profissão docente foi institucionalizada no regime integral e de dedicação exclusiva e as instituições públicas aumentaram o número de vagas nos cursos.

A década de 1980 foi um período de transição política e de crise econômica, com estagnação no ensino superior, principalmente para o privado. Verificou-se a criação dos cursos noturnos com o objetivo de atender uma parcela da sociedade que já estava inserida no mercado de trabalho e, portanto, impossibilitada de participar dos cursos diurnos. Segundo Santos e Cerqueira (2009), em 1986, cerca de 76% das matrículas no ensino superior se concentravam no setor privado.

No período pós-redemocratização, com o advento da Constituição Federal de 1988, a educação foi estabelecida como direito de todos e dever do Estado¹⁰. No

¹⁰ Os artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988 trazem a igualdade de condições para acesso e permanência na escola e aparecem como princípios norteadores da educação no país.

entanto, os princípios neoliberais que tomaram a economia e o Estado no período também implicaram em certa privatização dos serviços sociais, atingindo a educação e, dentro dela, o ensino superior (BEHRING, 2003).

Em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o governo empreendeu uma reforma que incorporou os variados tipos de instituições de ensino superior, definiu que a universidade deveria ter associado ensino e pesquisa e fixou a obrigatoriedade de credenciamento das instituições de ensino superior por meio de avaliações. Também houve a extinção do repasse financeiro para as universidades públicas destinado à assistência estudantil¹¹. Para Saviani (2010), as alterações atendiam às reformas estruturais orientadas pelas leis do mercado.

Nesse período, houve mudanças nos mecanismos de acesso ao ensino superior, retirando a obrigatoriedade do exame vestibular. Com isso, pretendia-se estabelecer um padrão de qualidade do ensino médio que estava em rápida expansão e que influenciaria na demanda pelo ensino superior, assim como reduzir os custos de seleção dos candidatos ao ensino superior, principalmente das instituições privadas (CUNHA, 2003).

Além disso, Cunha (2003) chama a atenção para um processo de “revisão administrativa” das universidades federais com redução dos recursos visando aumentar as vagas sem aumentar os custos e a ampliação da privatização do ensino superior nos anos 1990. O número de IES privadas e com fins lucrativos aumentou consideravelmente, principalmente na categoria universidade e de centros universitários. Segundo o autor, esse crescimento se fez mesmo com uma baixa qualidade do ensino ministrado nessas instituições e benefícios de créditos financeiros. Diante disso, iniciaram-se, nesse período, reformas educacionais que favoreceram uma maior privatização do ensino superior brasileiro e o surgimento de conglomerados educacionais com fins lucrativos e qualidade educacional restrita.

¹¹ LDB de 1996, no artigo 71, inciso IV (Brasil, 1996).

2.2. A entrada das mulheres no sistema educacional e a reversão do hiato educacional de gênero

2.2.1. A trajetória de inserção das mulheres no sistema educacional

Analisando a história do sistema educacional brasileiro, tem-se que a segmentação de gênero esteve presente na gênese da educação brasileira por meio da restrição do acesso das mulheres aos diversos graus de instrução, fazendo com que as mulheres apresentassem uma taxa de alfabetização mais baixa em relação aos homens durante um longo período. Mesmo quando transposta essa barreira, era posta uma segmentação no tipo de cursos e conteúdos passados para meninas e meninos, que, alguns anos mais tarde, impactaria nas escolhas e oportunidades de carreiras profissionais. Essas desigualdades no nível de instrução entre homens e mulheres persistiriam durante muitos anos na sociedade brasileira.

A primeira lei que dispôs sobre o direito da mulher à educação data de 1827. Antes disso, a instrução era oferecida apenas aos homens, filhos de indígenas ou colonos, sendo que as mulheres não tinham acesso sequer à alfabetização, independentemente de sua raça ou classe social (GUEDES, 2004). A lei estabeleceu as “escolas de primeiras letras” nos lugares mais populosos, sendo esse o único nível de instrução ao qual as mulheres teriam acesso. No entanto, foram estabelecidos saberes distintos para meninos e meninas. Em comum, todos tinham que aprender a ler, escrever, calcular as quatro operações e a doutrina cristã. A diferença estava em que, para os meninos, era ensinada geometria e, para as meninas, costura e bordado, ou seja, na educação primária, tinha-se mais conteúdo moral e social dirigido para a formação da mulher como esposa e mãe. Assim, o início da educação feminina foi claramente marcado por especializações de gênero nos conteúdos disciplinares.

Ainda nesse período, em meados do século XIX, foram criadas as escolas normais, que visavam a formação de docentes. Estas instituições eram destinadas tanto para homens quanto para mulheres, porém, as classes, turnos ou até mesmo as escolas eram separadas por sexo. Essa separação acabou adiando o ingresso das mulheres, pois as escolas femininas foram criadas apenas alguns anos mais tarde. A Escola Normal da cidade de São Paulo, por exemplo, foi criada em 1846, no entanto, apenas em 1875 passou a funcionar a seção feminina (CERDEIRA, 2001).

Após o advento da Independência do Brasil, a educação passou a ser vista como fundamental para a construção do cidadão brasileiro e ficou estabelecido que a responsabilidade por sua oferta seria do Estado, que ela seria gratuita e extensiva a todos, inclusive conferindo às meninas o direito à educação formal, pois até então, a educação das mulheres era voltada apenas para funções domésticas (CERDEIRA, 2001).

Com a constituição da República, veio também o princípio da laicidade do ensino, tirando a instrução oficial da Igreja católica e ratificando a descentralização da legislação sobre o ensino. Neste período, o ensino secundário passaria a ter um caráter mais aquisitivo do que formativo, voltado para o ensino superior e para as camadas mais ricas da sociedade, assim como era o ensino superior desde o Império, conforme apontado anteriormente. Permaneceria, durante toda a Primeira República, um modelo de ensino dual vigente tanto nos sistemas escolares estaduais quanto no da União, sem uma ligação vertical entre os níveis de ensino e ainda com uma sobreposição de cursos. O sistema primário, normal e o técnico-profissional constituíam o sistema de educação popular, enquanto o sistema secundário e superior, por outro lado, constituíam o sistema educacional da elite.

Nesse período, portanto, não houve uma democratização do ensino e da cultura, principalmente por falta de um plano central que estabelecesse as diretrizes de uma política nacional de educação. A falta desse plano central e orientação pedagógica para o novo ideal político e liberalização do ensino deixou espaço para que a Igreja católica, já com certa tradição no magistério, ampliasse ainda mais sua atuação na área da educação.

Apesar de, ainda, grande parte da população não ter acesso à instrução formal, mais escolas foram sendo criadas, ampliando o acesso e, conseqüentemente, a taxa de alfabetização começou a melhorar. Segundo Louro, no final do século XIX, a “educação da mulher passa a estar vinculada à modernização da sociedade, higienização da família e construção da cidadania dos jovens” (LOURO, 1995, p. 447). Às mulheres, caberia criar, educar e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país, criando uma nova concepção de trabalho que se afastasse da degradação do trabalho escravo e vinculando-o ao crescimento do país por meio da “ordem e do

progresso”. Assim, aumentava-se a demanda por educação, principalmente, com a maior inserção das mulheres.

Nesse contexto, as escolas normais, criadas para atender a formação de professores e professoras, começou a passar por um movimento de feminização, visto que os homens buscavam cada vez menos esse tipo de formação, enquanto a procura das mulheres aumentava. Esse fenômeno ocorreu em diversos países, e segundo Louro (1995), pode ser associado ao processo de urbanização e industrialização das sociedades. No Brasil, a chegada de imigrantes e o aumento das classes médias impulsionou uma expansão de atividades de comércio, criação de novos postos de trabalho para os homens e maior importância da educação diante das transformações sociais que aconteciam por conta do processo de urbanização da sociedade brasileira.

Além disso, apesar de algumas opiniões contra a presença da mulher na docência, a maioria dos argumentos eram a favor de sua entrada no magistério, principalmente os que defendiam que o destino principal da mulher era a maternidade e que, portanto, elas seriam naturalmente educadoras, pois já teriam experiência no cuidado e educação das crianças e que o magistério seria uma extensão da maternidade. Segundo Louro,

o argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. (...) A partir de então, passam a ser associadas ao magistério características tidas como tipicamente femininas: paciência, minuciosidade, afetividade, doação (LOURO, 1995, p. 450).

Dessa maneira, ia-se criando uma condição que “liberava” os homens para outras ocupações, muitas vezes de maior remuneração, e ampliava-se o escopo de lugares em que as mulheres eram, de certa forma, bem-vindas, para além da vida doméstica e religiosa.

Percebe-se que, desde o início da vida estudantil, meninas e meninos recebiam diferentes tipos de educação e formação, conformando diferentes papéis e locais de vivência na sociedade, com as mulheres se desenvolvendo para atividades voltadas ao lar no ambiente privado e os homens com instrução que favorecia uma futura formação profissional no espaço público. Para Louro (1995), essas diferentes práticas pedagógicas das escolas, conforme o sexo dos alunos, buscavam ensinar

modelos específicos do ser homem ou ser mulher, demonstrando uma estreita relação entre gênero e educação. Segundo a autora,

ao associar a educação dos gêneros às práticas cotidianas, acabava-se por gerar uma diferença brutal entre os dois sexos, uma vez que esses eram tratados como fundamentalmente desiguais (LOURO, 1995, p. 175).

Ainda na questão do acesso à instrução, as camadas mais amplas da sociedade continuaram sendo marginalizadas da educação, visto que o número de escolas públicas era insuficiente e as escolas católicas eram pagas. Às mulheres, eram destinadas as escolas normais ou, na falta de vagas, iam para as escolas católicas. Segundo Saffioti (2013), isso constituía um grande obstáculo para a contínua profissionalização das mulheres, pois estes cursos não eram equiparados aos oficiais e não preparavam as estudantes para o acesso ao ensino superior.

A falta de um sistema integrado de ensino que garantisse a laicidade da educação em maior escala deixou que persistisse a dominação da Igreja Católica e causou um hiato entre dois sistemas escolares, um com cursos profissionalizantes voltados para as camadas mais populares e outro destinado a formar as elites. Por conta disso, em conformação com as possibilidades que eram dadas às mulheres, a grande maioria se matriculava nos cursos normais ou nas escolas católicas, sendo muito poucas as que participaram do segundo sistema de ensino.

Beltrão e Alves (2009) e Saffioti (2013) apontam outra dificuldade de expansão da educação das mulheres. A lei vigente até então estabelecia que apenas professoras poderiam dar aulas para meninas, dificultando uma ampliação da oferta de vagas escolares para elas devido ao baixo contingente de professoras qualificadas naquele período. Nesse aspecto, vale ressaltar que a lei determinava que os salários fossem iguais para professores e professoras, no entanto, na prática isso não acontecia, visto que a diferença curricular, com geometria sendo ensinada apenas por homens, implicava em uma diferença salarial entre os sexos.

Cabe ressaltar que, nesse período, surgiram as escolas protestantes que, segundo Saffioti (2013), por ter uma aproximação maior com a cientificidade no ensino, contribuíram para o processo de ampliação do horizonte cultural brasileiro e de coexistência com as ideias republicanas. Essas escolas introduziram a coeducação

dos sexos com as salas mistas desde o primeiro ano da constituição da Escola Americana (em 1871), que depois viria a ser o Mackenzie College, amenizando assim a segregação sexual e seus efeitos para a educação feminina. Apesar de constituírem uma parcela muito pequena das instituições de ensino, ainda assim, trouxeram um pouco de renovação cultural em um meio social dominado pelas concepções católicas.

Segundo Beltrão e Alves (2009) e Romanelli (2001), a partir dos anos 1930, a qualificação da mão de obra passou a ser fundamental para o novo projeto de país que se dava através do desenvolvimento econômico voltado para o mercado interno e do crescimento de um setor urbano-industrial. Começaram a surgir as primeiras políticas públicas de educação de massa, sendo as populações urbanas e das regiões onde o capitalismo se desenvolvia mais rapidamente os maiores beneficiados. Dessa maneira, conforme apontado anteriormente, as novas exigências da expansão industrial e de serviços e o crescimento demográfico desse período tiveram uma importante influência na expansão do ensino em todos os níveis.

A partir desse período passou a ser verificado um avanço significativo na instrução feminina, com as mulheres mais jovens ultrapassando o nível de alfabetização dos homens (BELTRÃO; ALVES, 2009). Esse avanço foi seguindo gradualmente nos demais níveis educacionais, com a nova geração de mulheres desse período participando cada vez mais dos espaços recém-abertos (GUEDES, 2004). Ressalta-se que esse avanço foi resultado da busca das mulheres por um maior nível de instrução, visto que as políticas públicas educacionais do período previam uma expansão geral sem uma perspectiva de gênero.

Guedes (2004) ressalta que entre os anos 1930 até os anos 1960, a expansão da cobertura escolar, apesar de intensa, não foi suficiente para atender a população de crianças em idade escolar. Além disso, a autora faz referência ao elitismo pelo qual era marcado o sistema educacional brasileiro que, entre outras coisas, não permitia aos estudantes de cursos profissionalizantes ingressarem no ensino superior (só estudantes de cursos propedêuticos eram aceitos no vestibular das universidades).

Saffioti (2013) apresenta alguns dados para o Estado de São Paulo que ajudam a ilustrar a participação feminina nos cursos de segundo grau, levando em

conta que este estado era um dos que tinham maior oferta de vagas. Segundo os dados apresentados pela autora, em 1930, apenas 22% dos estudantes do curso secundário no Estado de São Paulo eram mulheres. No entanto, há que se levar em conta que nesses dados estão inclusas as estudantes do primeiro ciclo dos cursos comerciais (correspondente ao primeiro ciclo fundamental atualmente) mais orientados para uma atividade ocupacional.

Em contraposição, as mulheres representavam 91% dos estudantes do curso normal que formava o corpo docente das escolas primárias, majoritariamente feminino. No curso técnico profissional, que incluía datilografia e taquigrafia, as mulheres eram 37% do total de estudantes, sendo essa uma qualificação para o desempenho de atividades terciárias valorizadas pelas camadas sociais mais baixas e que era vista como uma possibilidade de ascensão social através de um emprego um pouco mais qualificado.

As escolas normais surgiram como escolas de formação profissional de grau médio e destinavam-se a formação de força de trabalho para a profissão de docente para a escola primária, mas também proporcionava aos seus estudantes uma formação cultural geral. Assim, além de ser procurada por pessoas que tinham o intuito de trabalhar no ensino primário, a escola normal também era procurada por mulheres que buscavam aprender uma cultura geral próxima da oferecida no ensino secundário.

Em relação ao ensino ginasial, o contingente feminino nesses cursos era muito baixo, visto que, além de serem poucas as escolas desse tipo, tinham um regime de coeducação, um sistema que ainda não era muito aceito por grande parte da sociedade e que, por conta disso, as adolescentes acabavam não frequentando essas escolas. Já nas escolas normais, como havia uma predominância de mulheres, a coeducação era praticamente inexistente, servindo, portanto, como um meio mais aceito para a elevação educacional e formação profissional das mulheres no período (SAFFIOTI, 2013).

Ressalta-se que, as escolas normais, por não terem todas as disciplinas exigidas no ensino secundário, não davam acesso direto aos cursos do ensino superior, sendo, portanto, o limite da formação para muitas mulheres. Apenas após a metade do século XX foi permitido aos estudantes dessas escolas fazer um curso de

adaptação e exames nas demais disciplinas do curso secundário para receberem o diploma conferido pelas escolas secundárias a fim de ingressarem nos cursos superiores. Em contrapartida, os estudantes secundaristas poderiam fazer o mesmo procedimento, caso quisessem se habilitar para o magistério. No entanto, isso não chegou a ter um impacto na distribuição inicial dos estudantes pelos ramos do ensino.

A partir de 1931, foi realizada uma remodelação do ensino secundário, por meio do Decreto n. 19.890, aumentando a duração para sete anos e fracionando-o em duas partes (5 anos a educação fundamental e 2 anos o ensino médio), ampliando, dessa forma, as possibilidades de educação das mulheres. Com a reforma, o curso normal passava a fornecer uma formação profissional para o exercício do magistério primário durante dois anos, exigindo como pré-requisito o ensino ginásial de 5 anos. Com isso, o período de escolarização das mulheres foi estendido, favorecendo a inserção em, ao menos, parte do ensino secundário. Em vez de ingressarem na escola normal aos 12 anos, passaram então a ingressar aos 17 anos.

Apesar das mudanças, permaneceu a dualidade dos sistemas educacionais, com a União sendo responsável pelo ensino secundário e superior e os estados pelo ensino primário, normal e profissional. Apesar desses avanços, alguns retrocessos também aconteceram. Em 1942, por meio de uma Lei Orgânica, foi concebido o “ensino secundário feminino” que discriminava as mulheres e atrasava ainda mais o processo de aceitação social da coeducação nas escolas. O decreto não obrigava, mas sugeria que a educação das mulheres fosse realizada em estabelecimentos de ensino com presença exclusivamente feminina ou, em escolas frequentadas por homens e mulheres, a preferência deveria ser por classes exclusivamente femininas. Além disso, para as mulheres, incluía-se o curso de economia doméstica e que a orientação metodológica dos cursos deveria levar em conta a “natureza da personalidade feminina”, assim como a “missão da mulher no lar”. Essas “sugestões” entravam em conflito com o fato de o ensino secundário ser o único que permitia acesso direto aos cursos superiores e que tinha outro viés educacional.

Já para os estudantes das escolas normais, um decreto de 1939 assegurava o direito de ingresso em alguns cursos ministrados na Faculdade Nacional de Filosofia, sendo eles: Pedagogia, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas,

Letras Clássicas, Geografia e História, sendo o curso de Pedagogia o mais procurado. Dessa forma, foi propiciando às mulheres, presença majoritária nas escolas normais, o ingresso em cursos superiores que as encaminhariam para o magistério no ensino médio (SAFFIOTI, 2013).

Essas restrições das escolas normalistas ao ingresso em outros cursos superiores ou pela permissão mediante a prestação de exames acabaram por constituir um fator de grande peso na decisão profissional das mulheres.

Independente da vocação profissional das mulheres, a sociedade decidiu em que setor das atividades econômicas seria empregada a força de trabalho feminina. A eficácia deste fator é de tal ordem que, mesmo aquelas habilitadas a ingressar em outros cursos superiores, diretamente e sem exames de adaptação, são impelidas em massa para os cursos de Pedagogia e afins (SAFFIOTI, 2013, p. 323).

Como apontam Barroso e Melo (1975), Saffioti (2013) e Beltrão e Alves (2009), nos anos 60 é possível constatar um significativo avanço na participação feminina no segundo grau, sendo que, a partir de 1965, as mulheres reverteram o hiato educacional de gênero e se tornaram a maioria do total dos formados (54%) no Brasil. No entanto, no ensino superior elas ainda tinham uma presença muito inferior a dos homens, visto que, nesse período, a educação superior não era valorizada pela sociedade brasileira a ponto de estimular que mais mulheres ambicionassem essa formação. Além disso, a destinação da mulher para o casamento e cuidado do lar também era um fator de desestímulo à continuação de seus estudos e participação no mercado de trabalho (SAFFIOTI, 2013).

Segundo Beltrão e Alves (2009), a reversão do hiato de gênero na educação se deu, principalmente, por conta de políticas públicas universalistas, assim como mudanças culturais e comportamentais. A expansão do sistema educacional, desde o nível básico até o superior, favoreceu a educação feminina, alcançando a reversão do hiato de sexo na educação. Cabe ressaltar que essa reversão, além das políticas públicas que as favoreceram, foi, principalmente, um movimento das mulheres em busca de uma melhor educação, entrada no mercado de trabalho e busca pela igualdade de direitos entre os sexos, ou seja, mudanças sociais que ocorreram a partir da metade do século XX em diversos países.

O desenvolvimento econômico pelo qual o país passava no período e a escassez de mão de obra qualificada impulsionou um aumento na busca por cursos profissionalizantes, inclusive por parte das mulheres, aspecto não verificado para os cursos superiores. Pouquíssimas eram as mulheres que se dirigiam a postos mais altos da estrutura ocupacional (SAFFIOTI, 2013).

O processo de urbanização pelo qual passava o país, mais intensamente no Sul, ampliou a estrutura ocupacional no setor de atividades terciárias, que exigia uma formação de nível médio para seus postos de trabalho. A ampliação dos estratos sociais médios possibilitava uma certa elevação do nível de aspiração das camadas mais populares da sociedade. Esses fatores proporcionados pela urbanização, aliados às facilidades de conciliação de estudos e trabalho que as grandes cidades ofereciam, impeliram as mulheres a frequentarem as escolas de nível médio e procurarem uma profissionalização ainda que prematura.

A ampliação do acesso às escolas de nível médio não implicou em uma distribuição mais equitativa dos sexos entre os tipos de cursos, permanecendo o mesmo padrão de distribuição dos sexos nos cursos secundários. Segundo Barroso e Melo (1975), em 1970, 24% das estudantes estavam no curso científico ou clássico, 63% no curso normal e apenas 13% em cursos como comercial, industrial ou agrícola, diferenciando bastante da distribuição masculina, que era de 53% no curso científico, 7% no curso normal e 40% nos cursos comercial, industrial e agrícola.

As diferenças entre os cursos profissionalizantes e acadêmicos (científicos e clássicos), assim como os diferentes níveis de qualidade, acabavam por proporcionar uma formação distinta entre moças e rapazes que se refletiam em diferentes condições de inserção nos cursos superiores, visto que uma grande quantidade de moças estudava no curso normal para se tornarem professoras primárias. Beltrão e Teixeira (2005) e Rosemberg (2001) apontam que, apesar do avanço alcançado pelas mulheres na educação revertendo o hiato de gênero, ainda persistia uma bipolarização dos sexos em relação aos cursos (humanas e exatas), sendo que as mulheres estariam nos cursos menos valorizados e tidos como “mais fáceis”.

Esses diferentes tipos de cursos secundários impactavam no momento de prestar vestibular em busca de uma profissão, visto que os estudantes de cursos mais

acadêmicos tinham maiores chances de ascenderem às carreiras mais concorridas. Desse modo, as estudantes do curso normal, portadoras de diploma de professora primária tinham, de certa maneira, limitadas suas opções de cursos superiores por não terem tido acesso a todo o conteúdo exigido nas provas de ingresso no ensino superior.

Mecanismos de seleção econômica atuavam tanto nos primeiros anos de escolarização quanto na escola média, diferenciando o acesso em termos de currículo escolar e qualidade de ensino. Além disso, mecanismos de seleção cuja gênese e natureza eram diferentes, atuavam com relação ao sexo dos alunos, coexistindo, dessa maneira, com os obstáculos econômicos e reforçando a questão da distribuição desigual de moças e rapazes pelos diversos ramos do ensino de 2º grau (BARROSO; MELO, 1975).

Segundo Barroso e Melo (1975), apesar de todos os alunos que concluíam o ensino secundário terem direito a ingressar no ensino superior, a formação proporcionada pelos diferentes ramos e habilitações nos quais o ensino médio se dividia, tornava esse direito limitado.

A escolarização de nível superior, responsável, em grande medida, pela ascensão social da classe média, era priorizada para os homens em detrimento das mulheres. A perspectiva de uma carreira profissional feminina não era valorizada e estimulada. As perspectivas socialmente construídas para as mulheres daquele período eram de constituição de casamento e família e, por esse pensamento, o casamento e vida profissional seriam incompatíveis para elas. Além disso, ressalta-se que o trabalho feminino era visto como complementar ao do chefe da família.

Sobre o ingresso das mulheres, Barroso e Melo afirmam,

(...) vencidas as barreiras de natureza econômica que dificultam o acesso de homens ou mulheres ao ensino superior – ou pelo menos a algumas escolas ou cursos desse nível – as mulheres devem também superar obstáculos de natureza psicossocial que, quando não impedem que curse uma faculdade, delimitam carreiras como sendo mais adequadas a ela (BARROSO; MELO, 1975, p. 50).

Portanto, o sistema escolar seguia reforçando os estereótipos construídos historicamente relativos ao papel das mulheres e dos homens na família e na

sociedade, relacionando as posições das mulheres no mercado de trabalho às atividades desenvolvidas no âmbito privado do lar.

2.2.2. A trajetória de inserção das mulheres no ensino superior

A democratização do ensino superior pode ser considerada um dos principais instrumentos de ascensão social por proporcionar o acesso a postos de trabalho mais qualificados e mais bem remunerados. Ela deve garantir igual grau de preparo e de oportunidades educacionais para ambos os sexos. Analisar, portanto, a trajetória das mulheres brasileiras com nível universitário é fundamental, pois ela leva a uma maior possibilidade de ocupação de melhores e mais qualificados postos de trabalho, inclusive, postos mais altos na hierarquia ocupacional, ocupados tradicionalmente por homens. Cabe então analisar como ocorreu, historicamente, o acesso ao ensino superior no país em termos de equidade de oportunidades para ambos os sexos, levando em consideração este ter sido um ambiente social masculino desde a sua concepção.

Conforme apontado anteriormente, o ensino superior no Brasil passou por uma importante fase de expansão entre os anos 1960 e 1970, passando de menos de 100.000 estudantes para mais de 500.000, no período. Para Barroso e Melo (1975) e Cunha (1975), como fatores explicativos, podemos considerar um aumento da população urbana, além de fatores econômicos e políticos. No entanto, cabe ressaltar que a expansão se deu em diferentes ritmos entre os diferentes cursos.

Cunha explica essa expansão por meio do aumento percentual da classe média urbana, que substituiu a ascensão por meio da poupança e investimento pela ascensão via sistema educacional. Além disso, o aumento da procura por parte das mulheres também influenciou na ampliação dos cursos universitários, já que, foi nesse período, que elas reverteram um quadro de desigualdade educacional no ensino de 2º grau. Também passaram a expandir sua participação no ensino superior, superando o hiato educacional que existia entre mulheres e homens, chegando a consolidar, então, uma nova realidade no cenário da educação brasileira com as mulheres tendo mais anos de instrução do que os homens.

Barroso e Melo (1975) apontam que, de maneira geral, a participação feminina nos cursos superiores aumentou de 26%, em 1956, para 40% em 1971. No entanto, essa participação se concentrou em determinados cursos definidos cultural e tradicionalmente como os mais apropriados para mulheres. Em relação à distribuição total das mulheres universitárias nos cursos, elas passaram a estar ainda mais concentradas nos cursos de Letras, Pedagogia, História, Geografia, Ciências Sociais, Psicologia e Filosofia, passando de 34%, em 1956, para 50%, em 1971. Além disso, também se verificou um aumento da presença de mulheres, passando de 67%, em 1956, para 77%, em 1971, em relação ao total de alunos desses cursos, diminuindo, portanto, o percentual de homens.

Nos cursos de Física, Química, Matemática e Biologia, apesar de uma baixa participação feminina, verificou-se uma tendência de ampliação, passando de 5% para 10% no período. Já em relação à participação feminina, o aumento foi de 38% para 49%. O curso de engenharia, tido como tipicamente masculino, contava com apenas 3% de mulheres durante todo o período.

Estes cursos, apesar de ter objetivos profissionais mais amplos, em geral eram buscados por proporcionar o trabalho no magistério do ensino de 2º grau. A tendência de maior parcela das mulheres se destinarem a esses cursos era uma consequência de sua prévia formação na escola normal. Assim, apesar das dificuldades já expressas de acesso dos estudantes das escolas normais e profissionalizantes ao ensino superior, o ingresso nestes cursos proporcionava uma continuidade na mesma área de conhecimento que já haviam estudado e progressão na carreira que já haviam iniciado.

A feminização do magistério ocorreu em um período de modernização do país com maior desenvolvimento industrial e urbanização, que ocasionou a ampliação e diversificação da oferta de postos de trabalho nos quais, principalmente os homens, passaram a ingressar. Além disso, políticas de ampliação do sistema de ensino brasileiro possibilitou o maior ingresso das mulheres no magistério.

Segundo Barroso e Melo, a feminização do magistério ocorreu em um momento que,

(...) em virtude de sua popularização, a escola média parece estar progressivamente perdendo prestígio. Numa cultura que valoriza o

elitismo e o privilégio, a simples expansão numérica traz consigo a diminuição do status dos alunos e dos professores desse nível de ensino (BARROSO; MELO, 1975, p. 54).

Essa rápida expansão dos cursos superiores de formação para o magistério ocorreu devido a fatores como baixo custo, que permitiu a ampliação de vagas sem que fosse necessário um aporte significativo de capital, ampliação das vagas do ensino médio, que passou a demandar maior quantidade e qualificação formal de seus docentes, e por uma elevação das aspirações da classe média em busca de uma formação de nível superior, buscando opções que não exigissem um aporte financeiro grande e tampouco uma preparação acadêmica que lhes possibilitassem frequentar uma instituição de maior prestígio (BARROSO; MELO, 1975).

O curso de Direito também estava entre os mais buscados pelas mulheres. Apesar de elas representarem uma minoria nesse curso, 25% em 1971, em relação aos homens, na distribuição das universitárias entre os diversos cursos, 11% delas cursavam Direito. Apesar de o mercado de trabalho não ter se expandido tanto quanto as vagas, nesse período, muitos estudantes procuravam esse curso por fornecer uma formação em ensino superior que os qualificasse para outras ocupações e que lhes permitissem aspirar posições médias e altas da hierarquia social (BARROSO; MELO, 1975).

De maneira geral, nos anos 1970, as estudantes do ensino superior se concentravam, principalmente, nos cursos de preparação para o magistério secundário. Apesar das mulheres aumentarem sua participação em quase todas as carreiras universitárias, esse número não foi tão representativo quanto nos cursos ligados a essa área. Barroso e Melo apontam que, “para a grande maioria das universitárias, o curso superior continua não representando uma inovação dos papéis profissionais femininos tradicionais” (BARROSO; MELO, 1975, p. 57). Ainda, segundo as autoras, esse padrão de distribuição entre os cursos se reproduz por meio de mecanismos muito sutis que levam as adolescentes a escolherem “livremente” certos tipos de profissões.

A diversificação do mercado de trabalho baseada no maior desenvolvimento econômico, que ocorria no período, não alcançava igualmente

homens e mulheres, mantendo mais restritas, para as mulheres, as alternativas de trabalho que as oferecidas aos homens. Assim, “os mecanismos de mudanças dos canais de ascensão assumem características peculiares para a população feminina” (BARROSO; MELO, 1975, p. 54). Para os homens, a procura por profissões se dava em torno das que lhes traria maior poder aquisitivo e possibilidade de ascensão. Já para as mulheres, a possibilidade de ir para outras áreas do mercado de trabalho era um pouco mais complexa e restrita.

As autoras apontam que, nesse período, a perspectiva profissional para as mulheres ainda era bastante limitada. Para a estudante da escola normal, a ascensão se dava no acesso ao ensino superior que proporcionaria passar do magistério primário para o magistério secundário sendo, portanto, esperado que a maioria tendesse a seguir essa mesma carreira no ensino superior.

Ademais, cabe considerar que, neste período, a posição social da mulher era determinada pela profissão do seu marido. Por sua profissão ser algo secundário dentro da organização familiar, o prestígio que uma profissão poderia ter e lhe proporcionar não era determinante para sua escolha. Nesse sentido, o investimento familiar na educação de homens e mulheres era visto com retornos diferentes para as famílias. A formação masculina era vista como fundamental para uma melhor qualidade de vida e ascensão social, enquanto para a mulher, essa formação era vista como um complemento e, de certa forma, um respaldo caso algum dia precisasse trabalhar (BARROSO; MELO, 1975).

Segundo Mello e Novais (2009), a família era tida como um empreendimento cooperativo para ascensão social através da subida da renda e elevação na hierarquia capitalista do trabalho. As famílias de classe média buscavam oportunidades de trabalho tanto na expansão da grande empresa privada ou estatal quanto na ampliação da burocracia pública. Assim, a exigência de formação no ensino superior aumentava. A escolha da carreira profissional levava em conta os rendimentos futuros proporcionados, a maior ou menor dificuldade de passar no vestibular mais concorrido para carreiras mais “nobres” e, também, se era possível o estudante trabalhar ou não durante o curso.

As mulheres de classe média começaram a buscar os cursos superiores, apesar dos preconceitos existentes nas escolas mais importantes de Direito, Medicina

e Engenharias. Não obstante, elas se dirigiam, predominantemente, às faculdades de Filosofia com o objetivo de tornarem-se professoras ginasiais, no curso clássico ou científico no ensino médio, profissões já predominantemente femininas. No entanto, a maioria das mulheres ainda permanecia no ensino primário, “uma segunda mãe do ‘segundo lar’, a escola” (MELLO; NOVAIS, 2009).

A partir dos anos 1970, amplia-se a entrada das mulheres das classes mais altas no mercado de trabalho como consequência de mudanças sociais e do ressurgimento do movimento feminista que questionava o espaço privado como sendo o único destinado às mulheres. Além disso, as políticas de expansão das universidades federais e estaduais nos anos 1970 e do ensino privado a partir dos anos 1980 foram responsáveis por introduzir no mercado de trabalho uma mão de obra mais educada.

A partir da abertura política e da Constituição de 1988, a educação ganha mais destaque no âmbito das políticas governamentais e passa a ser um dos pilares de uma estratégia para redução das desigualdades sociais e econômicas. Guedes analisa o processo de escolarização de homens e mulheres, demonstrando suas principais diferenças e como a melhora nos níveis educacionais foi muito maior para as mulheres, principalmente verificando os dados para as coortes mais jovens, em idade escolar em cada nível educacional (GUEDES, 2004).

A autora analisa a participação feminina por coorte de idade e verifica que, nos anos 1970, a distribuição de homens e mulheres na faixa etária entre 25-29 anos por estratos de escolaridade era muito semelhante, com exceção do nível universitário. Nesse período, a maior parte das mulheres não avançava seu nível de escolaridade para além do 2º grau completo. A autora aponta esse diferencial como sendo um dos fatores que levaram ao aumento da demanda por vagas no ensino superior.

Um dos fatores que dificultavam a entrada das mulheres no ensino superior era o fato das mulheres não terem recebido os conteúdos exigidos nos vestibulares enquanto estavam no ensino médio, principalmente nas escolas normais. Conforme mencionado anteriormente, Barroso e Melo (1975) apontam que, entre os anos 1955-1970, o percentual de mulheres que concluíam o curso normal era de 63% do total de formandas no 2º grau.

Apesar destas restrições, as mulheres começaram a ingressar em maior quantidade no ensino superior já nos anos 1970. Sua participação aumentou, principalmente, nos cursos das áreas de Ciências Humanas e Letras, que preparavam para a profissão de professoras no ensino secundário. A entrada nesses cursos lhes proporcionava a ampliação da possibilidade de acesso a uma carreira profissional mais qualificada. No entanto, a baixa participação das mulheres em outros cursos continuava sendo um reflexo da reprodução dos papéis tradicionalmente femininos nas ocupações socialmente destinadas às mulheres.

O processo de crescimento da inserção das mulheres nesses cursos impulsionou a expansão dos cursos universitários no país, gerando, inclusive, uma expansão desigual das vagas ofertadas por cada curso tanto nas universidades públicas quanto nas privadas. Segundo Guedes (2004), houve nesse período um salto quantitativo em relação às mulheres jovens (25-29 anos) que concluíram o curso superior nos anos 1970, triplicando a quantidade de mulheres formadas.

A autora aponta também que, após esse período, as mulheres continuaram expandindo sua participação nos cursos superiores, mas em um ritmo menor. A autora enfatiza que a intensiva entrada das mulheres nos cursos universitários fez com que houvesse uma quebra na tradição da universidade como um espaço exclusivamente masculino, visto que, entre os jovens de 25 a 29 anos com nível universitário, a quantidade de mulheres já era 5% superior à de homens. Em relação ao total de estudantes dos cursos universitários, em 1970, as mulheres representavam 25% do total, passando para 53% no ano 2000 (GUEDES, 2004). Esse crescimento seguiu em um ritmo maior que o dos homens, fazendo com que as mulheres ultrapassassem o ponto de equidade e já fossem a maioria das pessoas com nível universitário no país.

Apesar da maior inserção feminina no ensino universitário, a segregação de gênero quanto à participação por áreas ainda era significativa, visto que as mulheres continuaram concentradas em carreiras nas áreas do magistério ou da atenção e cuidado, ocupações que, por terem passado por um processo de massificação, tinham menor prestígio social e menor remuneração. No entanto, apesar da forte tendência feminina de continuar majoritariamente nessas ocupações, também foi verificada uma expansão da participação feminina nas demais áreas.

Segundo Guedes (2004), os dados do Censo de 2000 mostram que, com exceção dos cursos de Agronomia e Engenharias, em todos os demais as mulheres representavam mais de 30% dos formandos no ensino superior.

Portanto, a autora aponta que houve um aumento da participação das mulheres em todas as carreiras, refletindo o início de um processo de diminuição da segmentação sexual no ensino superior. Cada vez mais, as mulheres estão diversificando as áreas em que se inserem, significando uma ruptura com o padrão de inserção universitária das gerações anteriores. Portanto, além do avanço quantitativo, verifica-se também o qualitativo com as novas gerações de mulheres avançando em carreiras que antes não faziam parte do “escopo feminino”.

Para a autora, um ponto a ser observado sobre as mulheres terem mais anos de estudo em relação aos homens pode estar relacionado à falta de oportunidades no mercado de trabalho. Já os homens, muitas vezes tem que sair dos cursos universitários para dedicar-se exclusivamente ao trabalho, visto que ainda predomina na sociedade brasileira a ideia de que é o papel do homem ser o provedor da família.

Guedes (2004) aponta algumas mudanças na procura das mulheres pelos cursos superiores. Verificou-se uma redução da procura por cursos de licenciatura no grupo entre 20 e 29 anos, em relação a população total, e um aumento que levou a reversão da maioria masculina, nesse mesmo grupo etário, nos cursos de Administração, Economia e Direito. Estes cursos possuem um importante prestígio social e refletem um maior empoderamento feminino na busca por diversificação de suas carreiras, revelando um novo perfil feminino em campos ligados à economia (empresas e mercado financeiro) e ao direito (comando e poder decisório) na sociedade contemporânea. No entanto, de modo análogo aos efeitos da massificação do ensino no sentido de desvalorizar o trabalho das professoras, a diversificação das carreiras das mulheres ocorrendo em meio à massificação desses campos profissionais pode ser acompanhada de desvalorização dessas profissões.

Em todo caso, essa maior diversificação seria reflexo de mudanças culturais no processo de escolarização feminina e da atuação das mulheres na sociedade brasileira. Bruschini (2000) e Guedes (2004) apontam que, para as novas gerações de mulheres, a participação mais ativa no mercado de trabalho e o sucesso

profissional são atributos desejáveis e legitimados socialmente. Para Guedes, o papel social da mulher ainda continua atrelado à maternidade, mas menos ao casamento. Com isso, as mulheres têm buscado cada vez mais construir sua identidade com seu lado profissional e o prestígio advindo disso está diretamente ligado ao desempenho na vida acadêmica.

2.3. O ensino superior nos anos 2000 e a participação das mulheres

Os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) deram continuidade às políticas de ampliação do ensino superior de forma privatista, mesmo que tenham, paradoxalmente, realizado uma ampliação e democratização do acesso.

A partir de 2003, houve investimentos massivos de recursos públicos na iniciativa privada para expansão de vagas e, conseqüentemente, do acesso dos estudantes. Nesse sentido, se destacam o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) concedido a estudantes do ensino superior privado. Ambos os programas preveem repasses de grandes volumes de recurso público para as instituições privadas (NEVES, 2015).

Além disso, as universidades públicas passaram por reestruturações, principalmente por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto n. 6096 em 2007, que criou condições de expansão do acesso e permanência no ensino superior, levando as universidades federais a uma significativa expansão tanto física, com a criação de novas universidades e diversificação de localização geográfica com campi no interior do país, quanto em número de vagas na graduação e pós-graduação. Também aumentou a contratação de professores e dos cursos noturnos, especialmente nos cursos de licenciatura. Apesar de esta política ter recebido muitas críticas, a interiorização dos campi e os cursos noturnos aumentaram as possibilidades de acesso de uma parte da população brasileira que está localizada longe dos grandes centros urbanos e de quem já estava inserido no mercado de trabalho.

Segundo Neves, este período pode ser considerado a segunda onda de expansão do ensino superior no Brasil, ocorrida na virada do século XX, quando o número de estudantes passou de 1,7 milhões, em 1995, para 7,3 milhões, em 2013. Conforme apontado anteriormente, a primeira teria sido relacionada com a Reforma de 1968 promovida pelos governos militares, quando as matrículas passaram de 425 mil, em 1970, para um milhão, em 1975, com ampliação da participação do setor privado (62% dos estudantes). Essas duas ondas de expansão foram marcadas pelo crescimento do setor privado, que definiu o padrão geral dessa expansão. Diferentemente da primeira onda que se deu por uma demanda da classe média, a segunda onda foi marcada por uma maior demanda de classes de menor poder aquisitivo pelo acesso ao ensino superior (NEVES, 2012).

Em 2013, o Brasil contava com 2.391 instituições de ensino superior com grandes distinções entre si. Destas, apenas 12,6% eram públicas e 87,4% eram privadas. Conforme a Tabela 15, essas IES estavam divididas em 195 universidades, sendo 56,9% públicas; 140 centros universitários; 2.016 faculdades, majoritariamente privadas; e 40 centros tecnológicos, todos públicos. Entre as universidades públicas, 56% eram federais e 34,2% estaduais. O alto número de faculdades privadas corrobora o histórico apresentado anteriormente sobre o favorecimento, por parte das políticas públicas, para a criação e expansão desse tipo de estabelecimento.

Tabela 15 - Número de Instituições de Educação Superior por organização acadêmica e categoria administrativa. Brasil – 2013

Categoria Administrativa	Total Geral	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF e CEFET
Pública	301	111	10	140	40
Federal	106	62	.	4	40
Estadual	119	38	1	80	.
Municipal	76	11	9	56	.
Privada	2.090	84	130	1.876	.
Total	2.391	195	140	2.016	40

Fonte: MEC/INEP/DEED.

Nota: IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica.

Com essas políticas, o país chegou a 7,3 milhões de matrículas de estudantes em graduação presencial e a distância em 2013, sendo que 73,5%

estavam em instituições privadas e 26,5% em públicas. Os estudantes das instituições públicas se dividiam em 15,6% em instituições federais, 8,3% em estaduais e 2,6% em municipais. Como assinala Barbosa (2019), a proporção de estudantes matriculados nas instituições públicas e privadas ao longo dos anos é uma importante característica do ensino superior brasileiro, cuja expansão se deu com base no crescimento do setor privado.

Entre os estudantes, as mulheres foram a maioria também no ensino superior. Em 2013, as matrículas femininas correspondiam a 4,1 milhões (57,2%), enquanto as masculinas a 3,1 milhões (42,8%). As mulheres também estavam em maior percentual nas instituições privadas, conforme os dados da Tabela 16, visto que a distribuição das mulheres era 75,1% nas instituições privadas, enquanto 71,4% dos homens se encontravam nessas instituições. Além disso, quando se observa a participação por sexo em cada categoria administrativa, verifica-se que as mulheres eram 58,5% dos estudantes das instituições privadas.

Tabela 16 - Matrículas em cursos de graduação presencial e a distância, por categoria administrativa e sexo. Brasil – 2013

Categoria Administrativa	Mulheres		Homens		Total		M/T
	Valor absol.	%	Valor absol.	%	Valor absol.	%	
Pública	1.039.433	24,9	893.094	28,6	1.932.527	26,5	53,8
Federal	598.377	14,3	539.474	17,3	1.137.851	15,6	52,6
Estadual	338.027	8,1	266.490	8,5	604.517	8,3	55,9
Municipal	103.029	2,5	87.130	2,8	190.159	2,6	54,2
Privada	3.141.316	75,1	2.232.134	71,4	5.373.450	73,5	58,5
Total	4.180.749	100,0	3.125.228	100,0	7.305.977	100,0	57,2

Fonte: Censo de Ensino Superior - INEP. Elaboração própria.

Quanto ao total de matrículas no ensino superior por modalidade de ensino, os cursos de graduação presencial concentraram 6,1 milhões de estudantes (84,2%), em 2013. Já os cursos de graduação a distância contavam com 1,1 milhões de estudantes (15,8%). As mulheres eram a grande maioria, 765 mil (66,3%), dos estudantes matriculados nos cursos de ensino superior a distância. Do total de matrículas femininas, 18,3% eram no ensino a distância, enquanto dos homens, esse percentual era de 12,4%.

Analisando os dados da Tabela 17, verifica-se uma baixa diversificação na preferência dos estudantes pelo tipo de curso de graduação. Uma significativa maioria de estudantes optou por cursos de bacharelado em detrimento dos cursos de licenciatura e tecnológicos. Ressalta-se que foi a LDB de 1996 que institucionalizou os cursos tecnológicos e regularizou as licenciaturas (BARBOSA, 2019).

Uma expressiva quantidade de matrículas se concentrava nos cursos de bacharelado, com 4,9 milhões de matrículas (67,2%), seguido por licenciatura (18,8%) e cursos tecnológicos (15,9%), em 2013. Nota-se uma diferença em relação à distribuição por esfera administrativa dos diferentes tipos de cursos. Os cursos de bacharelado e tecnólogo eram, em sua grande maioria, oferecidos por instituições privadas, 76,3% e 85,6%, respectivamente. Já as matrículas nos cursos de licenciatura apresentaram uma distribuição mais proporcional, sendo que 56,4% eram ofertados por instituições privadas e 43,6%, por instituições públicas.

Tabela 17 - Matrículas em cursos de graduação presencial e a distância por grau acadêmico e categoria administrativa. Brasil – 2013

Categoria Administrativa	Bacharelado		Licenciatura		Tecnólogo		Não Aplicável		Total	
	Val. Absol.	%	Val. Absol.	%	Val. Absol.	%	Val. Absol.	%	Val. Absol.	%
Pública	1.166.489	23,7	599.718	43,6	143.169	14,4	23.151	97,5	1.932.527	26,5
Federal	735.407	15,0	328.694	23,9	61.975	6,2	11.775	49,6	1.137.851	15,6
Estadual	287.712	5,9	238.106	17,3	67.323	6,8	11.376	47,9	604.517	8,3
Municipal	143.370	2,9	32.918	2,4	13.871	1,4	-	-	190.159	2,6
Privada	3.745.821	76,3	774.456	56,4	852.577	85,6	596	2,5	5.373.450	73,5
Total	4.912.310	100,0	1.374.174	100,0	995.746	100,0	23.747	100,0	7.305.977	100,0

Fonte: MEC/INEP/DEED.

A distribuição de mulheres e homens por grau acadêmico confirma que o curso de bacharelado foi o mais procurado por ambos os sexos. No entanto, os dados da Tabela 18 demonstram que as mulheres estavam também mais inseridas nos cursos de licenciatura, visto que, 23,9% delas estavam matriculadas nesses cursos, enquanto 12% dos homens o estavam. Outro dado que evidencia essa maior participação é que 72,6% do total de estudantes matriculados em cursos de licenciatura eram mulheres. Estes cursos proporcionam uma formação para exercer a ocupação de professor, que como será visto mais adiante, é majoritariamente ocupada por mulheres no mercado de trabalho. Já os cursos tecnológicos contavam com uma maior presença masculina, visto que 51,3% dos estudantes eram homens em 2013.

Tabela 18 - Matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância, por grau acadêmico e por sexo. Brasil – 2013

Grau acadêmico	Mulheres		Homens		Total		M/T
	Valor absol.	%	Valor absol.	%	Valor absol.	%	
Bacharelado	2.687.241	64,3	2.225.069	71,2	4.912.310	67,2	54,7
Licenciatura	998.122	23,9	376.052	12,0	1.374.174	18,8	72,6
Tecnólogo	484.480	11,6	511.266	16,4	995.746	13,6	48,7
Não aplicável	10.906	0,3	12.841	0,4	23.747	0,3	45,9
Total	4.180.749	100,0	3.125.228	100,0	7.305.977	100,0	57,2

Fonte: Censo de Ensino Superior - INEP. Elaboração própria.

Outra característica importante é o crescimento de determinadas áreas no ensino superior. Schwartzman (2015) indica que o crescimento das matrículas nas ciências sociais, humanidades, profissões sociais e educação são as que mais se expandiram nos últimos anos. Conforme os dados da Tabela 19, em 2013, 2,9 milhões de alunos estavam matriculados nos cursos das ciências sociais, negócios e direito, 1,3 milhões na área da educação, e 1 milhão em engenharia, produção e construção.

Tabela 19 - Matriculados em graduação presencial e a distância, por área geral do curso¹². Brasil – 2013

Área geral dos cursos*	Valor absoluto	%
Ciências sociais, negócios e direito	2.959.074	40,5
Educação	1.382.544	18,9
Engenharia, produção e construção	1.023.002	14,0
Saúde e bem estar social	985.527	13,5
Ciências, matemática e computação	443.775	6,1
Agricultura e veterinária	178.413	2,4
Serviços	166.767	2,3
Humanidades e artes	164.688	2,3
Programas ou cursos gerais	2.187	0,0
Total	7.305.977	100,0

Fonte: INEP - Censo do ensino superior. Elaboração própria.

* Área geral dos cursos conforme classificação da OCDE.

¹² A Classificação Internacional EUROSTAT/UNESCP/OCDE é uma classificação internacional por áreas de conhecimento que atribui um determinado código, denominado Código OCDE, para cada área e curso, a fim de permitir a extração de informações de cursos por áreas de conhecimento e possibilitar

Analisando mais detidamente a participação dos estudantes nos cursos de graduação por área específica, a partir dos dados da Tabela 20, verifica-se que a área de cursos relacionados à comércio e administração foi a com maior percentual de matrículas, tanto para mulheres (24,7%) quanto para homens (25,6%). No total dessa área, se destacam os cursos de administração, com cerca de 72% dos estudantes, sendo que 71% das mulheres estavam matriculadas nesse curso e representavam 55,8% dos estudantes na área de administração.

Tabela 20 - Matrículas nos cursos de graduação presencial e a distância, por área específica e por sexo. Brasil – 2013

Área específica*	Mulheres		Homens		Total		M/T
	Valor absol.	Distrib %	Valor absol.	Distrib %	Valor absol.	Distrib %	
Comércio e administração	1.031.729	24,7	800.909	25,6	1.832.638	25,1	56,3
Form. de prof. e ciências da educação	1.003.663	24,0	378.881	12,1	1.382.544	18,9	72,6
Saúde	596.063	14,3	215.706	6,9	811.769	11,1	73,4
Direito	414.869	9,9	355.020	11,4	769.889	10,5	53,9
Ciências sociais e comportamentais	188.626	4,5	80.844	2,6	269.470	3,7	70,0
Serviço social	157.919	3,8	15.839	0,5	173.758	2,4	90,9
Arquitetura e construção	156.956	3,8	232.744	7,4	389.700	5,3	40,3
Engenharia e profissões correlatas	141.144	3,4	447.425	14,3	588.569	8,1	24,0
Serviços pessoais	70.417	1,7	21.283	0,7	91.700	1,3	76,8
Artes	66.515	1,6	43.273	1,4	109.788	1,5	60,6
Ciências da vida	62.782	1,5	23.835	0,8	86.617	1,2	72,5
Jornalismo e informação	52.616	1,3	34.461	1,1	87.077	1,2	60,4
Agricultura, florestas e recursos pesqueiros	44.429	1,1	73.867	2,4	118.296	1,6	37,6
Computação	40.679	1,0	234.180	7,5	274.859	3,8	14,8
Veterinária	36.835	0,9	23.282	0,7	60.117	0,8	61,3
Ciências físicas	29.450	0,7	40.257	1,3	69.707	1,0	42,2
Humanidades e Letras	25.511	0,6	29.389	0,9	54.900	0,8	46,5
Produção e processamento	23.567	0,6	21.166	0,7	44.733	0,6	52,7
Proteção ambiental	21.806	0,5	25.211	0,8	47.017	0,6	46,4
Serviços de segurança	7.525	0,2	12.437	0,4	19.962	0,3	37,7
Matemática e estatística	4.958	0,1	7.634	0,2	12.592	0,2	39,4
Serviços de transporte	1.562	0,0	6.526	0,2	8.088	0,1	19,3
Programas ou cursos gerais	1.128	0,0	1.059	0,0	2.187	0,0	0,0
Total	4.180.749	100,0	3.125.228	100,0	7.305.977	100,0	57,2

Fonte: Censo do ensino superior - INEP. Elaboração própria.

* Área específica dos cursos conforme classificação da OCDE.

A área da educação é a segunda com maior quantidade de alunos matriculados (cerca de 1,4 milhão) e majoritariamente ocupada por estudantes mulheres, visto que elas representavam 72,6% dos estudantes dessa área. Quando

comparações internacionais. Esta classificação é adotada pelo Inep e está dividida em Áreas (grandes áreas dos cursos); Áreas Específicas (áreas dos cursos); e Áreas Detalhadas (sub-áreas).

se analisa os dados por área detalhada, verifica-se que, do total de 1 milhão de mulheres matriculadas, 56,6% das mulheres estavam em cursos voltados para ciências da educação, composto principalmente pelo curso de Pedagogia. Ressalta-se que, nesta sub-área, as mulheres representavam 92% dos estudantes. Outros 34,4% das mulheres estavam na área de formação de professores com especialização em matérias específicas, que inclui diversas disciplinas como Letras, Filosofia, Ciências, Biologia, Física, Matemática etc. Nesta sub-área, as mulheres correspondiam a 60% dos estudantes.

A área da saúde é outra composta majoritariamente por mulheres, com 73,4% do total de estudantes, além de 14,3% das estudantes mulheres estarem nos cursos que compõem essa área, conforme os dados da Tabela 20. Analisando os dados internos a esse grupo de cursos, as mulheres estavam matriculadas, principalmente, nos cursos de Enfermagem (32,5%) e Terapia e Reabilitação (28,8%). Já os homens se distribuía, principalmente, entre Medicina (23%) e cursos gerais em saúde, composto por educação física e saúde pública, entre outros. Com exceção desta última área (cursos gerais em saúde), todas as demais eram compostas, em sua grande maioria, por mulheres, com destaque para as áreas de Terapia e Reabilitação e Enfermagem (85% cada); Farmácia (73%); e Odontologia (70%). O curso de Medicina era composto por 55,4% de mulheres.

Estas três áreas apresentadas com mais detalhamento, foram as que apresentaram maior quantidade de matrículas tanto no total de estudante quanto de estudantes mulheres. Com os dados apresentados, foi possível verificar que, mesmo que internamente às áreas sejam compostas majoritariamente por estudantes mulheres, ainda assim é possível verificar algumas divisões entre os estudantes matriculados. Um exemplo evidente é a área da saúde, em que as subáreas de Enfermagem e Terapias são compostas principalmente por mulheres, enquanto Medicina tem uma equidade maior em relação aos estudantes homens e mulheres.

Com os dados das Tabelas 19 e 20 é possível verificar uma diferença considerável no número de estudantes matriculados por áreas de conhecimento. As áreas constituídas por cursos relacionados ao comércio, direito, ciências sociais e educação são as que mais ofereceram vagas em 2013. Conforme demonstram Barbosa (2019), Arum e Roksa (2011 e 2014) e Triventi (2013), esse modelo de

expansão baseado fortemente em áreas específicas tem consequências no tipo de papel que o sistema de ensino superior pode ter em uma sociedade. No caso do Brasil, a expansão das ciências sociais, negócios e direito é bem mais expressiva do que as demais, significando uma menor diversificação de possibilidades.

Cabe ressaltar que, no Brasil, algumas profissões são regulamentadas pelos seus Conselhos Profissionais, como no caso da Medicina e do Direito, que exigem a aprovação em um exame da ordem profissional para o exercício da profissão e, principalmente no caso da medicina, tem grande influência na restrição da oferta de vagas nas faculdades do país.

Em seu estudo, Schwartzman (2015) ressalva que, com três quartos de estudantes no ensino privado, mesmo que existam bolsas e financiamentos públicos, ainda assim é necessário um investimento significativo das famílias para que seus filhos se insiram e permaneçam no ensino superior. Em relação aos financiamentos, um estudo realizado por Corbucci, Kubota e Meira (2016) apontam que mais da metade dos estudantes das instituições privadas brasileiras dependem de algum tipo de financiamento público.

Há um intenso debate¹³ sobre a democratização do ensino superior a partir das políticas públicas de expansão realizadas nos anos 2000, e as que favoreceram o acesso. No Brasil, houve um considerável avanço nesse sentido nos últimos anos, por meio de uma abertura acentuada que permitiu a entrada de estudantes cujas famílias haviam sido historicamente marginalizadas desse nível de escolarização. Outras políticas que contribuíram para a ampliação do acesso foram as políticas de ação afirmativa (como cotas sociais e raciais) e mecanismos de financiamento, como bolsas (Prouni), e de empréstimos subsidiados (Fies), além dos financiamentos oferecidos pelas próprias universidades privadas (BARBOSA, 2019).

Nos anos mais recentes, Barbosa (2019) avalia que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) se tornou o mais importante mecanismo de seleção para o acesso ao ensino superior no país, principalmente para as instituições públicas. Além disso, também é a maneira pela qual os estudantes podem obter bolsas de estudo ou financiamento. No entanto, apesar dos avanços verificados com aumento das vagas

¹³ Ver: Catani e Gilioli (2006), Corbucci (2004), Lima, Azevedo e Catani (2008), Cunha (2007), Moehlecke e Catani (2006).

e certa diversificação dos cursos, permanece como uma barreira importante a seletividade social do sistema educacional (BARBOSA, 2019; TRIVENTI, 2013).

Em seu estudo sobre a democratização ou massificação do ensino superior no Brasil, Barbosa (2019) aponta para dois eixos de diferenciação no sistema escolar nos estudos sobre desigualdade associada à escolarização, sendo eles: a diferenciação vertical (níveis distintos de cursos), que implica em quanto mais educada é uma pessoa, maior tende a ser o seu nível de rendimento econômico, conforme demonstrado no Capítulo 1. Já na diferenciação horizontal¹⁴ (tipos de instituições ou de setores educacionais e campos de estudo), a origem social, raça e gênero teriam uma maior força em como as desigualdades sociais são reproduzidas no ensino superior, mesmo para aqueles que já ultrapassaram diversas barreiras e conseguiram se inserir nele.

Como resultados de sua investigação, foram identificadas variações importantes na distribuição dos estudantes por área de conhecimento e por categorias administrativas conforme determinadas características. A comparação realizada entre os profissionais de algumas carreiras evidenciou, pelo menos em parte, “o impacto fundamental da divisão técnica do trabalho sobre as formas de organização e hierarquização social”¹⁵ (BARBOSA, 2019, p. 250).

Barbosa aponta que, mesmo com a expansão do ensino superior e das políticas de acesso e permanência, a democratização do acesso dependeria de mudanças na estrutura geral do sistema educacional. Esses sistemas não garantem que todos os grupos sociais sejam igualmente beneficiados e tendem, dessa maneira, a fortalecer ou desenvolver hierarquias de competências que resultariam em hierarquias sociais (DUBET, 2015 *apud* BARBOSA, 2019). Nesse sentido, uma preferência pelo bacharelado em detrimento do curso tecnológico ou da licenciatura já seriam indícios dessa hierarquia, ou as diferenças de retorno econômico e social entre as carreiras profissionais.

Esses resultados se evidenciam também para o caso das mulheres, que apesar de serem maioria no ensino superior, estão presentes, majoritariamente, em cursos com menos prestígio social e menores remunerações futuras, como as áreas

¹⁴ Sobre esse debate, ver: Mare (1980), Bourdieu (1989), Davies e Zarifa (2012).

¹⁵ Ver Durkheim (1977), Grusky e Sorensen (1998), Grusky e Weeden (2001).

da educação e saúde. Para a autora, “estudantes menos favorecidos socialmente (pobres, negros e mulheres) são ‘encaminhados’ para os setores e instituições menos prestigiados do sistema de ensino” (BARBOSA, 2019, p. 252).

2.4. Apontamentos sobre fatores potencialmente influenciadores da segregação educacional

Na presente seção, são apresentados alguns aspectos que vêm sendo apontados por muitos estudos da área sobre como as escolhas de carreiras podem ser influenciadas por diversos fatores, entre eles, o gênero do indivíduo. Não se pretende aqui aprofundar no debate sobre os determinantes da segregação de gênero nas escolas e nem nas escolhas profissionais dos estudantes, visto que é um amplo debate em constante evolução e que, apesar de ter relação com o tema dessa tese, demandaria um estudo complexo e extenso sobre um tema que não é o exato objetivo do presente estudo.

Para tanto, partimos do pressuposto de que o gênero é social e culturalmente construído e que, portanto, não existem habilidades naturais femininas e masculinas. A categoria gênero pode ser entendida como uma forma de comunicação e ordenação social que orienta a conduta das pessoas em suas relações específicas e que, muitas vezes, serve de base para preconceitos, discriminações e exclusão social (SIMIÃO, 2005).

A construção de diferenciações entre os gêneros inicia-se antes mesmo do nascimento e vai ganhando força conforme o indivíduo vai se inserindo socialmente, principalmente no ambiente coletivo da educação. Assim, a escola constitui-se em um dos primeiros ambientes de formação de meninos e meninas, instituindo as regras sociais, regimentos, determinação de espaços e tempos. Para Louro (2011), por meio de símbolos e códigos, a escola separa e institui, informa o lugar dos pequenos e dos grandes, das meninas e dos meninos. Dessa forma, a educação recebida é um importante fator para a compreensão de como são produzidas, reproduzidas ou alteradas as desigualdades sociais.

Rosemberg (2001), Barroso e Melo (1975) e Guedes (2004) apontam a relevância que a educação possui na construção e naturalização dos papéis femininos e masculinos na sociedade brasileira. Entre os indícios apresentados estão a diferença nos tratamentos e expectativas em relação aos rendimentos escolares de meninos e meninas e a concentração histórica das mulheres nos cursos propedêuticos e dos homens nos cursos profissionais, entre outras. Assim, no Brasil, a segmentação interna escolar foi construída historicamente associando tipos de currículos a grupos sociais por meio das diferenças entre as escolas dirigidas para as classes populares e as escolas para as elites, além das escolas para meninos e para meninas.

Guedes afirma que a ideia de que meninas tem mais propensão às artes e literatura e meninos para ciências, atribuindo características de sensibilidade e emoção a uns e racionalidade a outros, está presente no imaginário coletivo e acaba sendo “uma profecia auto-realizável, em que todos os casos ‘desviantes’ não são devidamente estimulados” (GUEDES, 2004, p. 41). Nesse sentido, conforme aponta Bourdieu (1997), a escola atuaria mais como um *lócus* de reprodução das estruturas sociais do que um espaço de transformação. Essa construção dos supostos atributos masculinos e femininos que ocorrem desde o início do processo de escolarização e vão sendo reforçados ao longo da vida escolar teria como resultado a segmentação sexual nos ramos de ensino superior.

Desde os anos 1990, quando as mulheres superaram o hiato de gênero no ensino superior em muitos países, mais pesquisas passaram a ser desenvolvidas com o intuito de compreender por que, apesar desse avanço, as mulheres ainda continuavam recebendo um salário muito inferior ao dos homens com esse mesmo grau de instrução.

Uma explicação para as diferenças de gênero tanto no ensino superior quanto nas ocupações tem base nos padrões culturais de diferenciação de gênero que começam desde a infância. Segundo Haveman e Beresford (2012), mesmo com avanços relacionados à segregação entre os sexos que ocorreram nas últimas décadas em diversos países, as desigualdades ainda persistem de maneira expressiva, e em grande parte, isso se dá por conta de criações sociais que

naturalizam a divisão de papéis sociais entre homens e mulheres, gerando preferências introjetadas e influenciando nas escolhas profissionais.

Casagrande e Souza (2016) argumentam que a socialização diferenciada de meninos e meninas tem papel fundamental para o desenvolvimento das habilidades e que, ao longo desse processo “as mulheres são ensinadas a procurar ajuda e a ajudar e não a serem autoconfiantes ou a funcionar autonomamente e competitivamente como os garotos” (CASAGRANDE; SOUZA, 2016, p. 828). A socialização dos meninos, mais voltada para manuseios de artefatos tecnológicos, por exemplo, facilitariam quando esses assuntos são inseridos nas disciplinas escolares, enquanto a falta desse conhecimento prévio das meninas acaba por as afastarem desses cursos.

Ademais dessas colocações, existem também vários outros fatores que podem influenciar nas escolhas dos indivíduos em cursar determinada área da educação superior. Segundo Robst (2007 *apud* GALVÃO, 2015), alguns desses fatores são a renda esperada após a conclusão do curso, os padrões que regulam a participação no mercado de trabalho, além de preferências que não possuem relação com os preços e a probabilidade de conclusão do curso de graduação.

Montmarquette *et al.* (2002 *apud* Galvão 2015) elaboraram um estudo procurando compreender até que ponto os rendimentos esperados para os cursos de graduação influenciam as escolhas realizadas dos indivíduos. Os resultados apontaram que a escolha do curso de graduação para uma determinada área depende da variável salário esperado, mas ressaltam que os impactos são diferentes por sexo e raça. Para as mulheres, essa variável exerce uma menor influência do que para os homens.

Galvão (2015) aponta que o fato de não se poder atribuir exclusivamente as escolhas dos indivíduos em relação aos cursos de graduação a padrões culturais de determinação de gênero faz com que as desigualdades advindas da segregação horizontal sejam mais resistentes do que as da segregação vertical. Isso porque a segregação vertical é mais facilmente enfrentada com princípios igualitários, enquanto “a segregação horizontal pode se esconder por trás de um argumento de ‘iguais enquanto diferentes’, baseado em princípios de escolhas e preferências individuais” (GALVÃO, 2015, p. 19).

Em um estudo sobre os retornos salariais por cursos de graduação, Wolniak *et al.* (2008) analisaram a relação desses cursos na determinação da posição e do movimento dos indivíduos na estrutura de rendimentos nos Estados Unidos (EUA). Como principal conclusão, os autores apontaram que o curso de graduação concluído exerce um efeito significativo tanto no posicionamento quanto na mobilidade entre os estratos sociais. Os resultados também apontaram que, em relação ao diferencial salarial por gênero, foram encontradas grandes variações salariais tanto entre os diferentes cursos quanto para o mesmo curso de graduação, sendo que os homens apresentaram rendimentos significativamente maiores que as mulheres em ambos os aspectos. Variáveis como raça, estado civil, número de filhos e educação dos pais apresentaram efeitos significativamente menores do que a variável gênero.

Em suma, diversos estudos apontam para a influência que a construção social e cultural dos gêneros tem sobre as escolhas profissionais dos indivíduos. Estas construções reforçam o processo de segmentação de mulheres e homens em diversos aspectos da vida social, como na educação e no mercado de trabalho.

2.5. Considerações finais

As características da inserção e participação das mulheres no ensino superior são um condicionante fundamental para sua inserção e participação no mercado de trabalho das profissões das ciências e das artes. O caráter tardio do desenvolvimento do ensino superior, em um sistema educacional de constituição elitista e masculina, colocou uma barreira para o ingresso e a participação das mulheres.

A institucionalização das universidades como centros de ciência básica e pesquisa, além da formação profissional, ocorreu somente na época da consolidação da industrialização do país, após os anos 1960, e em um regime militar que perseguiu estudantes e professores e reprimiu o avanço das mudanças sociais decorrentes da industrialização e urbanização.

A debilidade do ensino fundamental diante do baixo nível socioeconômico de grande parte da população restringiu, por muito tempo, o acesso ao ensino médio

que ficou, praticamente, restrito às camadas mais favorecidas da população. Grande parte da população ou não tinha acesso à escola primária ou não conseguia aprovação nas primeiras séries do curso primário e logo abandonava a escola. Já as camadas mais favorecidas frequentavam escolas primárias de qualidade com professores prestigiados por contribuir para a educação das classes média e alta. Nesse contexto, o ensino médio, ao invés de ser um complemento da educação da maioria da população, tornou-se um simples instrumento para a passagem das classes médias e altas em direção ao ensino superior.

A partir do ingresso das mulheres no ensino primário, elas assumiram uma posição de destaque e passaram também a se inserir majoritariamente nas escolas normais. No entanto, a diferenciação do conteúdo das escolas normais não dava acesso direto ao ensino superior, sendo assim exigido dos estudantes desses cursos um estudo complementar para tentar ingressar na universidade por meio do vestibular. O conteúdo diferente do ensino para homens e mulheres representou um empecilho ao avanço educacional feminino, favorecendo a formação de um hiato educacional de gênero no ensino superior.

A consolidação da industrialização e da urbanização resultou em uma ampliação das camadas média e alta da população, e as alterações na estruturação do sistema educacional favoreceram a passagem das mulheres, dessas camadas mais favorecidas, pelo ensino médio e em direção à universidade. Isto ocorreu em meio a profundas mudanças sociais acompanhadas de um questionamento do papel atribuído às mulheres na sociedade brasileira. Essas mudanças levaram a uma reversão do hiato educacional de gênero, com as mulheres passando a ser maioria, sucessivamente, nos distintos níveis de ensino.

Não obstante, a ampliação do acesso e da participação de crescente parcela da população, inicialmente no ensino primário e posteriormente no ensino secundário, aumentou o emprego de professores que, no entanto, foi acompanhado de desvalorização do trabalho docente. O aumento do acesso e da participação das mulheres no ensino médio e superior não modificou substancialmente a separação de homens e mulheres entre as carreiras acadêmicas. A ampliação do emprego de profissionais com educação superior das áreas em que se localizavam preferentemente as mulheres e as dificuldades para elas ingressarem nas áreas em

que se localizavam preferentemente os homens, ajudaram a consolidar a segregação das mulheres, mesmo elas tendo se tornado a maioria dos estudantes do ensino superior.

A ampliação do ensino superior contribuiu para uma melhora da situação das mulheres na universidade, indicando certo avanço das mulheres em carreiras acadêmicas predominantemente masculinas. Não obstante, a interrupção do desenvolvimento da economia desde a década de 1980 e sua reestruturação a partir da abertura comercial e liberalização financeira desde os anos 1990 prejudicaram a ampliação dos empregos mais valorizados e ameaçaram fazer com que o avanço das mulheres em áreas acadêmicas preferentemente masculinas fosse acompanhado da desvalorização dessas carreiras universitárias, com redução da média salarial das ocupações que exigem esse tipo de educação e o possível aumento da dispersão desses salários a favor dos homens e contra as mulheres.

3. SEGREGAÇÃO DE GÊNERO NAS OCUPAÇÕES MAIS QUALIFICADAS: O CASO DAS OCUPAÇÕES QUE EXIGEM NÍVEL SUPERIOR

Este capítulo analisa a segregação ocupacional horizontal presente nas ocupações que exigem formação de nível superior no mercado de trabalho brasileiro. O objetivo é demonstrar como se dá a relação entre composição por sexo das ocupações e dos rendimentos médios auferidos, tendo em consideração que essas ocupações são constituídas majoritariamente por mulheres e onde se encontram as maiores diferenças de remunerações do trabalho em favor dos homens.

Para isso, primeiramente é apresentada uma discussão a respeito do conceito de segregação ocupacional de gênero e a metodologia de análise dos dados adotada. Em seguida, são analisados os dados gerais do grupo ocupacional profissionais das ciências e das artes, com o intuito de contextualizar esse grupo em seus dados agregados. A seção seguinte apresenta uma análise da segregação ocupacional por sexo, com os dados das ocupações agrupados em subgrupos ocupacionais. Por fim, são analisados os dados abertos por ocupações dos subgrupos para, com isso, compreender suas especificidades internas¹⁶.

3.1. Segregação como conceito de análise das diferenças de gênero no mercado de trabalho

A segregação de gênero no mercado de trabalho é verificada não apenas no Brasil, mas também em diversos países, se não todos (ANKER, 1997, 1998), podendo ser encontrada em seus diversos aspectos como ocupacional, por setor de atividade, local de trabalho e formas de contrato de trabalho. Segundo Teixeira (2017), apesar da segregação enquanto conceito de normas que dividem social e espacialmente os indivíduos conforme sexo, raça e etnia, ter passado a ser mais estudada a partir dos anos 1960, desde os escritos de Stuart Mill (1849 *apud*

¹⁶ Os subgrupos de profissionais policientíficos e de comunicadores, artistas e religiosos não serão analisados com abertura das ocupações, pois a amostra não permite fazer uma análise das ocupações agregadas devido ao número de observações em cada ocupação ser muito pequeno.

TEIXEIRA, 2017) ela já constava como fator de desigualdade e baixos salários no mercado de trabalho.

O seu grau varia de acordo com a situação, podendo ser preponderante por um dos sexos, ou quando um dos sexos é sub-representado em relação à sua participação no total do emprego. Segundo Bettio e Veraschchagina (2009), a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho foi associada a uma redução da segregação e aumento das ocupações integradas nas quais as proporções de homens e mulheres são semelhantes. No entanto, surgiram novas formas de segregação como a re-segregação de algumas ocupações ou grandes diferenciações entre ocupações predominantemente masculinas e femininas (RESKIN; ROOS, 1990; GRIMSHAW; RUBERY, 2007).

Alguns estudos apontam que a segregação pode estar associada de maneira positiva às maiores taxas de emprego feminino (MANDEL; SEMYONOV, 2006; MANDEL; SHALEV, 2009), apesar de apontarem uma tendência de que, com a maior entrada das mulheres no mercado de trabalho, essa segregação diminua no longo prazo. Outros autores apontam que a segregação pode, em um primeiro momento, aumentar caso as novas oportunidades de emprego estejam concentradas em ocupações que já tenham certa tendência de preponderância feminina, como nas áreas da educação e saúde (BETTIO; VERASCHCHAGINA, 2009), ou que, dependendo do setor em que são criados os novos empregos, como no setor público, por exemplo, a segregação pode ser um instrumento de proteção do emprego feminino (BETTIO, 1988; MILKMAN, 1976; RUBERY, 1988).

O avanço histórico das mulheres e a reversão do hiato de gênero em todos os níveis educacionais, inclusive no ensino superior, proporcionou a inserção de um maior contingente de mulheres em outros tipos de emprego que até algum tempo atrás contavam com presença majoritariamente masculina. Conforme demonstrado no Capítulo 2, atualmente, as mulheres são a maioria em cursos antes dominados por homens, como Medicina, Direito, Economia e Administração, e continuam sendo a grande maioria dos cursos na área da educação.

Apesar disso, quando se volta o olhar para o mercado de trabalho, ainda se verificam diferenças de gênero tanto na participação quanto nos rendimentos auferidos em relação às ocupações que exigem esse nível de formação. Por conta

disso, nessa etapa do estudo a análise dessas diferenças será baseada no conceito de segregação ocupacional, buscando compreender como se dá a manutenção das desigualdades de gênero no mercado de trabalho e para além dele.

Segundo Burchell *et al.* (2014), a segregação pode gerar desigualdades em quatro principais aspectos: 1) ao restringir as opções de emprego das mulheres, reforçando estereótipos de gênero, mesmo quando elas ingressam em novas áreas; 2) limitar empregos de nível superior, tanto na dimensão hierárquica, ou seja, segregação vertical, com os homens ocupando cargos seniores ou de direção, quanto na dimensão horizontal, com mulheres e homens ocupando tipos diferentes, mas equivalentes, de ocupações; 3) como resultado de uma escassez de empregos que possibilitem combinar trabalho e cuidados da família ou facilitar o retorno de quem esteve afastado por um tempo do mercado de trabalho; 4) facilitar a subvalorização do trabalho das mulheres por ser, de certa maneira, aceitável variações nos salários em ocupações diferentes, e não na mesma.

Alguns estudos tendem a enfatizar o lado da oferta ou o da demanda na busca por explicações sobre a permanência da segregação ocupacional. Pelo lado da oferta, alegam que o papel das mulheres enquanto mães influenciam suas escolhas de carreiras ou usam noções de diferenciação de talento e competência das mulheres em comparação aos homens (BURCHELL *et al.*, 2014).

Estudiosos da teoria do capital humano alegam que a segregação e desigualdade de rendimento por gênero se dão por conta de decisões racionais das mulheres em não investir tanto em capital humano quanto os homens ou de preferirem ocupações que permitam períodos de interrupção da carreira ou que ofereçam maiores possibilidades de conciliação entre trabalho e família (BECKER, 1964 *apud* BURCHELL *et al.*, 2014). No entanto, esses argumentos são refutáveis, visto que as mulheres foram capazes de reverter o hiato educacional de gênero e, há alguns anos, possuem maior escolaridade em relação aos homens. A maior dedicação aos estudos também coloca problemas de conciliação com as responsabilidades familiares. Além disso, o argumento de conciliação entre trabalho e família não parece ser efetivo, visto que, nas ocupações que exigem educação superior, a jornada de trabalho feminina se aproxima cada vez mais da masculina, sem, no entanto, ter um reflexo direto na diminuição da segregação e desigualdade de rendimento. Este argumento reforça

ainda mais a divisão sexual do trabalho ao colocar apenas para a mulher a responsabilidade de conciliação entre trabalho e família, refletindo, portanto, a cultura predominante.

Outro debate que se põe a respeito das escolhas das mulheres se dá com alguns estudiosos afirmando que as escolhas das carreiras são moldadas pelas preferências à maternidade e papéis domésticos das mulheres formados desde o início da adolescência, antes mesmo da entrada no mercado de trabalho. Para outros, as escolhas das mulheres são condicionadas à limitações no mercado de trabalho, falta de assistência ao cuidado de crianças e discriminação contra mães (HAKIM, 1991; RUBERY; FAGAN, 1995). Nesse sentido, muitas pesquisas apontam que políticas públicas de assistência e de apoio à paternidade aumentariam a presença das mulheres no mercado de trabalho, no entanto, não apontam evidências de que diminuam a segregação (MANDEL; SHALEV, 2009).

Cabe pontuar que existem diferenças entre os impactos das segregações em ocupações que exigem maior nível educacional e que são mais bem remuneradas em relação à segregação em ocupações com baixa remuneração. Como já apontado anteriormente, o impacto sobre as mulheres de baixa renda da falta de apoio de políticas públicas que garantam o cuidado de crianças, idosos e/ou pessoas com deficiência é muito maior do que sobre as mulheres com maiores remunerações. Mesmo as que já superaram as barreiras impostas e conseguiram se inserir no mercado de trabalho, muitas vezes podem acabar aceitando trabalhar em condições mais precárias ou com menores salários. Segundo Connoly e Gregory (2008 *apud* BURCHELL *et al.*, 2014), mesmo que isso não tenha um grande impacto na diminuição da segregação, essas políticas podem evitar uma desclassificação ocupacional nos empregos preponderantemente femininos.

Alguns estudos apontam também que a segregação pode ser mais intensa em ocupações que exigem certa formação e qualificação, principalmente em empregos masculinos e que exigem educação de nível superior, e se intensificaria para as mulheres que são mães. Isto porque os empregadores prefeririam investir em treinamento e capacitação para trabalhadores que eles acreditem que possam se dedicar mais às carreiras de forma contínua e em tempo integral, discriminando

mulheres mães que, supostamente, poderiam desistir de suas carreiras mais facilmente (BURCHELL *et al.*, 2014).

Um estudo desenvolvido por Barros, Machado e Mendonça (1997) analisou os dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) da região metropolitana de São Paulo com o intuito de verificar as diferenças de rendimento do salário entre homens e mulheres. A pesquisa constatou que existia uma significativa diferença salarial em favor dos homens e 80% das mulheres encontravam-se em ocupações com salários abaixo da média, enquanto 40% dos homens estavam nessa situação. Mesmo que fossem desconsideradas as mulheres que estavam no emprego doméstico, continuava expressiva a super-representação de mulheres nas ocupações com baixo salário, visto que 70% das mulheres que não eram empregadas domésticas encontravam-se em ocupações com salário abaixo da média. Os autores calcularam que um terço do diferencial salarial por sexo se dava por conta de diferenças salariais intra-ocupacionais.

Segundo Hermeto (1998), nas sociedades contemporâneas a ocupação do indivíduo determina sua renda e, conseqüentemente, seu *status* social. Assim, a segregação por sexo no mercado de trabalho contribui para a manutenção das desigualdades entre homens e mulheres não só no mercado de trabalho, mas também na sociedade, visto que atribui às mulheres menor poder social.

Fresneda (2007), em um estudo sobre diferenças salariais entre sexos, com dados da PNAD de 2004, demonstrou que as pessoas em ocupações segregadas femininas ganhavam em média 63% do salário/hora das pessoas em ocupações segregadas masculinas. Este estudo evidenciou que as mulheres estavam segregadas em ocupações com menores remunerações. Além disso, quando analisados os salários dentro das ocupações segregadas, constatou-se que as mulheres ganhavam, em média, 84% do salário/hora recebido pelos homens. Assim, a autora conclui que o hiato entre ocupações segregadas foi maior que o hiato dentro dessas ocupações, ou seja, “a segregação ocupacional seria mais importante para explicar o hiato salarial por gênero do que a discriminação” em tipos de ocupação semelhante (FRESNEDA, 2007, p. 7).

3.2. Metodologia de análise dos dados

A segregação pode ser considerada um dos fatores que explicam as desigualdades de gênero no mercado de trabalho devido a seus impactos sobre as oportunidades de trabalho e rendimentos recebidos pelas mulheres. Segundo Burchell *et al.* (2014), as medições de segregação variam porque os padrões podem ser considerados em termos absolutos, ou seja, a preponderância real de um sexo em uma ocupação, ou em termos relativos, ou seja, o percentual de um sexo em relação ao percentual esperado, isto porque as mulheres tendem a estar sub-representadas no mercado de trabalho quando analisados os dados agregados. No entanto, as autoras advertem que essa última medição pode ser questionada, visto que a menor participação das mulheres no mercado de trabalho é consequência da divisão sexual do trabalho, que incumbe à mulher o trabalho de reprodução social, ficando muitas delas destinadas aos trabalhos domésticos e de cuidado que não são remunerados dentro da família.

Assim, uma expectativa razoável da participação das mulheres no mercado de trabalho seria de 50% em todos os empregos, ou seja, uma divisão próxima à da divisão da população em idade ativa entre os sexos e que, nesse caso, seria, na prática, a medida em termos absolutos já apontada.

Conforme apresentado, existem outras formas de análise das diferenças entre os gêneros na estrutura do mercado de trabalho, mas, em geral, estão associadas à sub ou super-representação dos sexos. Outras medidas de segregação podem estar associadas ao setor de atividade da ocupação desempenhada, segregação entre público e privado, por posição na ocupação, tipos de contrato de trabalho como em tempo parcial ou integral, trabalho intermitente, entre outras (BURCHELL *et al.*, 2014). Neste estudo, através do conceito de segregação ocupacional horizontal serão analisadas as diferenças de participação e renda por tipo e área das ocupações.

Para isso, serão utilizados dados por diferentes níveis de agregação. Primeiramente, serão apresentados os dados gerais do grupo ocupacional profissionais das ciências e das artes da PNAD-IBGE. Em seguida, serão analisados os dados por subgrupos ocupacionais, para, na sequência, ser realizada uma abertura

das ocupações dos subgrupos mais representativos, para assim, analisar os dados de participação e renda por gênero internos a cada subgrupo. Para essa análise mais detalhada, é importante ressaltar que a pesquisa PNAD-IBGE fornece as informações das famílias ocupacionais até quatro dígitos.

As pesquisas de segregação se concentraram em criar índices únicos com o intuito de verificar mudanças em sua intensidade. Segundo Dolado *et al.* (2002 *apud* BURCHELL *et al.*, 2014), um único indicador de segregação não fornece informações quanto aos padrões de emprego das mulheres como níveis de escolaridade, faixa etária, condição do emprego etc. Assim, nessa parte do capítulo, é analisada a segregação ocupacional nos profissionais das ciências e das artes com base nos dados de distribuição, participação, posição na ocupação, rendimento médio por hora trabalhada por subgrupos e, quando relevante, pelas ocupações desagregadas, conforme o sexo.

Com base no relatório sobre segregação ocupacional no mercado de trabalho da União Europeia, foi realizada uma classificação dos subgrupos e das ocupações como sendo preponderantemente femininas, mistas ou preponderantemente masculinas. Para essa classificação utilizou-se como ponto de corte 40% e 60% da presença de um dos sexos. Isto porque esta é a divisão mais comumente vista na literatura do tema, e também porque, se for realizado um corte maior, como, por exemplo, entre 30% e 70%, uma ocupação ou subgrupo poderia ter mais que o dobro de mulheres ou homens e ainda ser considerado misto (BURCHELL *et al.*, 2014).

Conforme já apresentado na Introdução, as ocupações foram agregadas por subgrupos ocupacionais, sendo eles: profissionais policientíficos; profissionais das ciências exatas, físicas e das engenharias; profissionais das ciências biológicas, saúde e afins; profissionais do ensino; profissionais das ciências jurídicas; profissionais das ciências sociais e humanas e; comunicadores, artistas e religiosos. A agregação das ocupações por subgrupos pode ser verificada no Anexo 1 e seguiu a classificação da CBO2¹⁷. Os dados apresentados neste capítulo têm como base de dados a PNAD-IBGE referente aos anos 2004 e 2013 e foram consideradas as

¹⁷ Para mais detalhes, ver: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/2-profissionais-das-ciencias-e-das-artes>

pessoas ocupadas com 21 anos ou mais, com 14 anos ou mais de estudos e com remuneração do trabalho.

3.3. Contextualização do grupo ocupacional profissionais das ciências e das artes

Entre os anos 2004 e 2013 foram verificadas melhoras significativas no mercado de trabalho, conforme apresentado no Capítulo 1, que também refletiram em melhoras para o grupo ocupacional profissionais das ciências e das artes (PCA). Considerando os ocupados nessas profissões com 21 anos ou mais de idade e mais de 14 anos de estudos, verificou-se, no período, um aumento de cerca de 90% no total de trabalhadores desse grupo, passando de 3,8 milhões de trabalhadores para 7,3 milhões, em 2013. Como visto no primeiro capítulo, este foi o grupo da CBO que teve a maior ampliação do número de pessoas ocupadas durante o período e foi o grupo que, junto com o de dirigentes, teve o maior nível de remuneração média. No entanto, o grupo PCA foi também o que apresentou menor aumento de remuneração média entre os anos 2004 e 2013.

Neste grupo ocupacional, a presença feminina, já maior que a masculina em 2004, cresceu cerca de 97%, enquanto a masculina cresceu cerca de 78%. Assim, o total de mulheres ocupadas nesse grupo passou de 2,3 milhões, em 2004, para 4,6 milhões, em 2013, enquanto a proporção de mulheres no conjunto dessas ocupações ampliou-se, passando de 60,4% para 62,8%.

Analisando mais detalhadamente os dados dos PCA por posição na ocupação, abertos pelas categorias que tinham representação, verificou-se que são distintas, por sexo, as distribuições dos profissionais entre as categorias de posição na ocupação (Tabela 21). Os dados que mais se destacam se referem ao maior percentual de mulheres como funcionárias públicas estatutárias, 39,4% em 2013, enquanto apenas 21,7% dos homens estavam nessa posição, neste ano. Como as mulheres são maioria no total dos PCA, elas constituíam 75,4% dos profissionais das ciências e das artes que estavam como funcionários públicos estatutários nesse mesmo ano.

O maior aumento de PCA no período examinado, entretanto, foi de empregados com carteira de trabalho, cuja participação aumentou dentro da ocupação total desse grupo, ampliando a diferença em relação aos funcionários públicos estatutários. No entanto, foi somente entre os homens que a proporção de PCA empregado com carteira superou a de funcionários públicos estatutários. Ressalta-se que esta última proporção aumentou para os homens e teve uma ligeira diminuição para as mulheres entre os anos 2004 e 2013.

Somando as proporções de PCA empregado com carteira e funcionário público estatutário, verifica-se, no período, um aumento de 56,2% para 62,2%, no caso dos homens, e de 70,4% para 74%, no caso das mulheres, mostrando que o intenso aumento de PCA ocorreu com formalização dos contratos de trabalho. Não obstante, a proporção de empregados sem carteira continuou expressiva, mesmo que tenha registrado uma diminuição entre os homens e um aumento entre as mulheres. Já a proporção de trabalhadores por conta própria apresentou uma pequena diminuição para ambos os sexos.

Nos PCA, a proporção de mulheres aumentou entre empregados com e sem carteira de trabalho, aproximando-se da proporção verificada para os funcionários públicos estatutários. Já a proporção de mulheres que são empregadoras ou trabalhadoras por conta própria se manteve muito inferior à dos homens. O número de PCA que trabalharam sem remuneração continuou desprezível tanto para homens como para mulheres.

Tabela 21 - Profissionais das ciências e das artes, por posição na ocupação e por sexo. Brasil - 2004 e 2013 (%)

	Homem		Mulher		Total		Mulher / Total	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Empregado com carteira	36,8	40,5	30,1	34,6	32,8	36,8	55,6	59,0
Funcionário público estatutário	19,4	21,7	40,3	39,4	32,0	32,8	75,9	75,4
Outros empregados sem carteira	14,9	11,8	13,9	13,8	14,3	13,1	58,8	66,4
Conta própria	20,3	18,1	11,5	9,2	15,0	12,5	46,3	46,0
Empregador	8,0	7,6	3,3	2,7	5,2	4,5	38,5	37,2
Não remunerado	0,5	0,4	0,9	0,4	0,8	0,4	73,0	61,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	60,4	62,8

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Em síntese, a forte expansão dos PCA, considerando que foi mais intenso entre as mulheres do que entre os homens, ocorreu com formalização dos contratos de trabalho, seguindo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e os Estatutos dos Servidores Públicos, apesar de não ter deixado de ser expressiva a ampliação dos empregados sem carteira de trabalho, principalmente entre as mulheres.

Essas mudanças de composição dos PCA por posição na ocupação, entretanto, não eliminaram as diferenças de participação entre homens e mulheres, destacando-se os PCA funcionários públicos estatutários entre as mulheres e os empregados com carteira, trabalhadores por conta própria e empregadores, entre os homens.

Direcionando a análise dos dados para os grupamentos de atividade setoriais relacionados às ocupações que exigem nível superior de educação (Tabela 22), o setor de atividade econômica que mais absorveu os ocupados do grupo PCA, em 2013, foi o de Educação, saúde e serviços sociais, com 58,1% (4,2 milhões de ocupados). O segundo setor foi Outras atividades, em que se destacaram serviços de apoio à atividade econômica, finanças e atividades imobiliárias, com 19,7%, seguido por Administração pública, com 7,7%. Esses três setores de atividade absorveram 85,5% dos PCA em 2013, sendo 90,4% no caso das mulheres e 77,2% no caso dos homens. Para os homens, também foram importantes, na ocupação dos PCA, os setores de Indústria de transformação (7,1%), Construção civil (4,7%) e Outros serviços coletivos, sociais e pessoais (4,7%). Os três setores principais na ocupação do total dos PCA praticamente dobraram a quantidade de ocupados entre os anos 2004 e 2013. Na Educação, saúde e serviços sociais, o aumento foi de 94,4%, passando de 2,1 milhões de ocupados, em 2004, para 4,2 milhões, em 2013. Já em Outras atividades, o número de PCA ocupados passou de 702 mil para 1,4 milhões no período, representando uma elevação de 106%.

Conforme os dados da Tabela 22, a distribuição de homens e de mulheres do grupo PCA entre os setores de atividade eram consideravelmente distintas. As mulheres estavam, majoritariamente, no setor Educação, saúde e serviços sociais (70,5%, em 2013), sendo este um setor de atividade com preponderância feminina, visto que as mulheres representavam mais de três quartos (76,2%) do total de ocupados neste setor em 2013. Já o segundo setor com maior concentração de

ocupados dos PCA respondeu por uma parcela menor da ocupação feminina nessas profissões em relação à masculina, visto que 40,2% dos PCA ocupados no setor Outras atividades, em 2013, eram mulheres. O terceiro setor em importância para a ocupação dos PCA, a Administração pública, contava com parcelas semelhantes de homens e mulheres, sendo a proporção de mulheres no total dos PCA deste setor ligeiramente menor do que no total do grupo PCA (59% e 62,8% em 2013, respectivamente).

Tabela 22 - Profissionais das ciências e das artes, setor de atividade e por sexo. Brasil - 2004 e 2013

	Homem		Mulher		Total		Mulher / Total	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Agrícola	0,3	0,6	0,0	0,0	0,1	0,2	9,8	3,5
Outras atividades industriais	1,7	1,7	0,5	0,4	0,9	0,9	29,6	27,5
Indústria de transformação	9,4	7,1	3,4	3,6	5,8	4,9	35,5	46,4
Construção	2,9	4,7	0,6	0,7	1,5	2,2	23,0	20,8
Comércio e reparação	2,1	2,2	1,4	1,6	1,7	1,8	50,7	55,1
Alojamento e alimentação	0,1	0,1	0,4	0,3	0,3	0,2	87,8	88,6
Transporte, armazenagem e comunicação	2,3	1,8	0,9	0,7	1,5	1,1	37,1	38,9
Administração pública	9,9	8,4	9,1	7,2	9,4	7,7	58,4	59,0
Educação, saúde e serviços sociais	37,4	37,2	69,2	70,5	56,6	58,1	73,8	76,2
Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	5,8	4,7	2,9	2,4	4,0	3,2	42,8	45,9
Outras atividades	28,0	31,6	11,6	12,7	18,1	19,7	38,7	40,2
Atividades mal definidas ou não declaradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	60,4	62,8

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

A participação feminina aumentou na maioria dos setores, com destaque para o setor da Indústria de transformação, que apresentou a maior elevação do percentual de mulheres (9 p.p.) no período.

A ocupação masculina foi preponderante nos setores da Indústria de transformação, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais e, principalmente, na Construção civil. Os demais setores de atividade tiveram participação irrisória na ocupação dos homens do PCA, no entanto, a presença feminina foi maior nas ocupações relacionadas aos setores de Comércio e reparação (55,1%) e Alojamento e alimentação (88,6%), enquanto a predominância foi masculina na Agricultura

(96,5%) e em Outras atividades industriais (72,5%), em que se destacaram mineração e serviços de utilidade pública (Tabela 22).

Os dados demonstram que o setor Educação, saúde e serviço social foi o grande responsável pela preponderância feminina no grupo PCA. Esse setor de atividade respondeu por 58% da ocupação total desse grupo. Também nesse setor, mais de $\frac{3}{4}$ dos ocupados eram mulheres e, entre essas mulheres, 60,4% eram professoras do ensino básico até o ensino médio.

Quanto aos dados de rendimento médio por hora trabalhada (Tabela 23), quando os profissionais das ciências e das artes são filtrados por aqueles com 21 anos ou mais de idade e 14 anos ou mais de estudos, verifica-se uma grande variação entre os setores de atividade. O rendimento médio dos PCA situados em Outras atividades industriais foi 3 vezes maior do que o rendimento médio dos PCA do setor de Alojamento e alimentação. Mesmo comparando os dois setores principais na ocupação dos PCA, o rendimento médio de Outras atividades foi 66% maior do que o de Educação, saúde, serviço social. Como mencionado, os PCA de Educação, saúde e serviço social eram predominantemente mulheres e os de Outras atividades eram predominantemente homens.

Nesse sentido, comparando o rendimento médio de homens e mulheres no mesmo grupo ocupacional e setor de atividade, em 2013, as mulheres de Educação, saúde e serviço social receberam 60% da remuneração dos homens e em Outras atividades elas receberam 71,4%. Verificou-se um avanço na remuneração das mulheres em relação aos homens nos PCA do setor de Educação, saúde, serviço social, mas não em Outras atividades. Assim, a diferença de remuneração por sexo continuou sendo muito mais expressiva no setor com ampla predominância das mulheres para os profissionais das ciências e das artes.

Em outros setores em que a presença feminina foi predominante entre os PCA, como em Alojamento e alimentação, a remuneração média das mulheres foi ainda menor comparativamente à dos homens (45,4%), mesmo que tenha apresentado uma diminuição dessa diferença entre os anos 2004 e 2013. Conforme os dados da Tabela 23, em Comércio e reparação, cujo setor apresentou um aumento da proporção de mulheres no período, ainda que não seja tão maior que a dos homens, a remuneração média feminina foi de 80,2% em relação a dos homens em

2013. Ressalta-se que essa diferença aumentou com a ampliação da presença feminina no período examinado. Diante disso, há evidências de associação entre a predominância feminina nos PCA dos setores de atividade e a magnitude da diferença de remuneração entre homens e mulheres nesse tipo de profissão.

Tabela 23 – Razão entre os rendimentos médios dos setores, rendimentos nominais, rendimento hora e jornada de trabalho dos profissionais das ciências e das artes, por sexo. Brasil - 2004 e 2013

Setores de atividades	Rend. Total Setor / Rend. Médio Total		Rend. Mulher / Rend. Homem		Rend. médio hora mulher / Rend. médio hora homem		Jornada Mulher / Jornada Homem	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Agrícola	1,04	0,80	113,0	95,2	100,3	88,6	1,1	1,1
Outras atividades industriais	1,76	1,82	51,0	96,6	59,4	95,0	0,9	1,0
Indústria de transformação	1,31	1,11	61,9	61,7	65,8	66,3	0,9	0,9
Construção	1,50	1,57	72,5	69,2	78,8	76,5	0,9	0,9
Comércio e reparação	0,88	0,79	90,0	72,8	86,6	80,2	1,0	0,9
Alojamento e alimentação	0,83	0,60	25,2	39,0	24,9	45,4	1,0	0,9
Transporte, armazenagem e comunicação	1,42	1,11	65,9	52,2	68,6	53,6	1,0	1,0
Administração pública	1,53	1,57	63,6	62,7	68,5	66,0	0,9	0,9
Educação, saúde e serviços sociais	0,81	0,80	48,8	55,8	53,8	59,7	0,9	0,9
Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,75	0,70	79,2	88,6	99,9	96,9	0,8	0,9
Outras atividades	1,20	1,33	66,0	68,2	71,6	71,4	0,9	1,0
Atividades mal definidas ou não declaradas	-	-	59,7	22,9	-	-	-	-
Total	1,00	1,00	53,0	55,5	61,2	61,8	0,9	0,9

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Para o total dos PCA, a intensa expansão no período de crescimento com distribuição de renda ampliou ainda mais a predominância feminina nessas ocupações, não resultando, porém, em uma modificação da expressiva diferença de rendimento médio entre homens e mulheres nesse tipo de ocupação. Foi identificado, nesse grupo, um menor ritmo de aumento do rendimento médio em comparação aos outros grupos que exigem menor nível educacional e proporcionam rendimentos inferiores aos dos PCA. Essa diferença de ritmo de elevação de renda foi um dos fatores que contribuíram para a diminuição da desigualdade da renda do trabalho, observada no período, ao ter reduzido a vantagem de rendimento das ocupações que exigem educação superior, muito expressiva no Brasil, e que contribuiu para a compreensão da enorme desigualdade de renda do trabalho existente no país.

3.4. A segregação ocupacional de gênero por subgrupos ocupacionais

A desagregação do grupo ocupacional Profissionais das ciências e das artes por subgrupos permite analisar mais detidamente as diferenças de participação e de renda entre mulheres e homens e compreender melhor como ocorre a segregação em subgrupos específicos desta parte do mercado de trabalho que exige formação em nível superior.

No período analisado, nota-se grandes diferenças de renda média entre os subgrupos, não havendo modificações em seu ordenamento, muito menos nas relações de renda média de cada subgrupo em relação à média do total do grupo PCA (Tabela 24). Nesse sentido, verificou-se que a renda média dos profissionais das ciências jurídicas e das ciências exatas, físicas e da engenharia foram semelhantes e muito maiores do que a renda média dos profissionais do ensino (2,5 vezes maior).

Constata-se também que as distribuições de homens e de mulheres por subgrupos foram muito distintas entre si. Apesar do grupo ocupacional PCA ter maior presença de mulheres, quando analisada a distribuição feminina entre os subgrupos, verifica-se que mais da metade estavam alocadas no subgrupo dos profissionais do ensino, sendo este o com menor renda média. Em 2013, o contingente de mulheres nesse subgrupo era de cerca de 2,4 milhões, representando 53,4% do total das mulheres profissionais das ciências e das artes. Para efeitos de comparação, em 2004, o contingente feminino nesse subgrupo foi de 1,2 milhão de mulheres, ou seja, 52,7% do total de mulheres profissionais das ciências e das artes.

O segundo subgrupo com maior alocação de mulheres foi o de profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins, com 17,5% (cerca de 808 mil mulheres), seguido por profissionais das ciências sociais e humanas, com 14,8% (cerca de 681 mil mulheres), em 2013. Esses três subgrupos responderam por 83,1% da ocupação de mulheres em profissões das ciências e das artes, em 2004, passando para 85,7%, em 2013.

A distribuição masculina se deu de maneira mais uniforme e menos concentrada em subgrupos específicos. Em 2013, 24,9% dos homens ocupados do grupo PCA estavam no subgrupo dos profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia; 24,2% em profissionais do ensino; 16,5% em profissionais das ciências

sociais e humanas; e 15,8% em profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins, sendo estes os com maior participação. Essas distintas formas de distribuição dos ocupados, conforme o sexo, reforçam o argumento da existência de segregação ocupacional com a maior presença das mulheres em nichos ocupacionais tradicionalmente femininos e grande dificuldade para a inserção de mulheres nos subgrupos tradicionalmente masculinos.

Tabela 24 - Distribuição de homens e mulheres por subgrupos dos profissionais das ciências e das artes ordenados pelo rendimento médio. Brasil – 2004 e 2013

Subgrupos	Renda média		Homem		Mulher	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Profissionais policientíficos	1,46	1,70	0,2	0,2	0,0	0,1
Profissionais das ciências jurídicas	1,50	1,58	15,2	13,7	7,9	6,5
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	1,48	1,57	21,6	24,9	4,7	4,6
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	1,34	1,27	18,3	15,8	16,9	17,5
Profissionais das ciências sociais e humanas	1,10	1,11	15,5	16,5	13,5	14,8
Comunicadores, artistas e religiosos	0,74	0,72	6,5	4,8	4,2	3,2
Profissionais do ensino	0,60	0,61	22,7	24,2	52,7	53,4
Total	1,00	1,00	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

O subgrupo dos profissionais policientíficos se consolidou, no período examinado, com uma proporção de mulheres próxima à metade (46,6%) e uma remuneração por hora trabalhada mais elevada do que a dos homens desse subgrupo (Tabela 25). Os subgrupos que apresentaram os maiores aumentos de pessoas ocupadas foram: profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia; profissionais das ciências sociais e humanas; e profissionais do ensino, cujas respectivas participações no total dos profissionais das ciências e das artes se ampliaram entre os anos 2004 e 2013.

Nesses três subgrupos, em que se verificou uma ampliação mais intensa dos PCA, as mulheres mantiveram sua preponderância nos profissionais do ensino (78,8%, em 2013) e consolidaram sua preponderância entre os profissionais das ciências sociais e humanas (60,2%, em 2013). Já nos profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia se manteve a preponderância masculina (76,3%, em

2013). O subgrupo dos profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins foi onde se verificou o maior aumento da proporção de mulheres, que passou de 58,6%, em 2004, para 65,2%, em 2013.

Tabela 25 - Distribuição das pessoas ocupadas, proporção de mulheres e diferenças de renda média horária entre homens e mulheres por subgrupos dos profissionais das ciências e das artes ordenados pelo rendimento médio. Brasil – 2004 e 2013

Subgrupos	Pessoas Ocupadas		% Mulheres		Renda média mulher/ renda média do homem	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Profissionais policientíficos	0,0	0,1	16,5	46,6	73,8	47,0
Profissionais das ciências jurídicas	10,8	9,2	44,0	44,4	76,5	77,0
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	11,4	12,2	25,0	23,7	81,4	80,2
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	17,4	16,9	58,6	65,2	60,0	63,1
Profissionais das ciências sociais e humanas	14,3	15,4	57,0	60,2	71,7	71,4
Comunicadores, artistas e religiosos	5,1	3,8	50,0	52,3	99,8	85,8
Profissionais do ensino	40,9	42,6	77,9	78,8	63,1	72,2
Total	100,0	100,0	60,4	62,8	61,2	61,8

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

O intenso crescimento da ocupação de homens e de mulheres em profissões de ensino, entre os anos 2004 e 2013, foi acompanhado de aumento da renda média por hora trabalhada das mulheres em relação à dos homens, apesar da diferença ainda ter continuado muito significativa em 2013. Já o intenso aumento da ocupação de mulheres nas profissões das ciências biológicas, da saúde e afins, sem proporcional aumento da ocupação de homens nessas mesmas profissões, não acarretou uma modificação da enorme diferença de renda entre homens e mulheres. Entre comunicadores, artistas e religiosos, onde praticamente não havia diferença de remuneração horária entre homens e mulheres, em 2004, a maior expansão da ocupação feminina em relação à masculina provocou uma diferença de renda a favor dos homens. Nos outros subgrupos, a diferença de renda entre homens e mulheres não se modificou, sendo tanto maior quanto maior a proporção de mulheres nas ocupações dos subgrupos.

Em síntese, ao nível de desagregação de subgrupo não houve uma modificação substancial no quadro de segregação das mulheres profissionais das

ciências e das artes, que continuaram em maior concentração no subgrupo dos profissionais do ensino. Além disso, excluindo esse subgrupo e comparando as distribuições de homens e de mulheres pelos outros seis subgrupos, é possível observar que a diferença de participação nos profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia e nos profissionais das ciências jurídicas aumentou, entre 2004 e 2013, em favor dos homens. Ao mesmo tempo, aumentou também a diferença, em favor das mulheres, de sua participação nos profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins e nos profissionais das ciências sociais e humanas (Tabela 26).

Tabela 26 - Distribuição de homens e mulheres por subgrupos dos profissionais das ciências e das artes, exclusive os profissionais de ensino. Brasil – 2004 e 2013

Subgrupos	Homem		Mulher	
	2004	2013	2004	2013
Profissionais policientíficos	0,3	0,3	0,0	0,2
Profissionais das ciências jurídicas	15,7	18,1	16,7	13,9
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	27,9	32,8	10,0	9,8
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	23,7	20,8	35,8	37,5
Profissionais das ciências sociais e humanas	20,1	21,8	28,6	31,7
Comunicadores, artistas e religiosos	8,4	6,3	8,9	6,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNDA-IBGE. Elaboração própria.

Ressalta-se que os profissionais das ciências jurídicas e das ciências exatas, físicas e das engenharias apresentaram uma remuneração média mais elevada, enquanto a dos profissionais do ensino foram as mais baixas dos subgrupos dos PCA. A aproximação das rendas médias de homens e mulheres nas profissões de ensino e a menor diferença de renda média das ciências jurídicas não impediram que permanecesse praticamente constante a diferença de renda a favor dos homens no conjunto dos profissionais das ciências e das artes. Nessas profissões, a renda média das mulheres foi consideravelmente menor em relação à dos homens. Além disso, o aumento semelhante em ambas rendas médias implicou que o aumento mais intenso da ocupação feminina nesse grupo ocupacional tenha sido acompanhado de um relativamente pequeno aumento da renda média total do grupo.

3.4.1. Composição dos subgrupos dos profissionais das ciências e das artes segundo posição na ocupação

As diferenças de composição por posição na ocupação estavam muito presentes entre os subgrupos de PCA no período analisado. Nesse sentido, em 2004, praticamente todos os ocupados nas profissões de ensino eram empregados assalariados, tanto para homens quanto para mulheres. No caso dos profissionais das ciências jurídicas, os empregados assalariados, tanto formais quanto informais, não eram mais do que 37,9% de homens e 52,8% de mulheres. A posição na ocupação com maior percentual de profissionais nesse subgrupo foi a de trabalhadores por conta própria, conforme Tabela 27. Já o emprego formal, para este subgrupo, abrangia apenas 25,1% dos homens e 35,4% das mulheres. Ressalta-se que, entre os profissionais do ensino, 80,4% dos homens e 81,1% das mulheres tinham emprego formal, nesse ano (Tabela 27).

Entre esses dois extremos, para os profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins, a soma de trabalhadores por conta própria e empregadores abrangia 45,8% dos homens e 32,7% das mulheres, enquanto o emprego formal representava somente 37,8% dos homens e 49% das mulheres. Algo análogo, embora com menor presença de empregadores, verificou-se para os comunicadores, artistas e religiosos em que 24,9% dos homens e 36,1% das mulheres eram trabalhadores por conta própria, em 2004. Em oposição, para os profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia, o emprego assalariado abarcava 78,3% dos homens e 79,5% das mulheres, enquanto nas profissões das ciências sociais e humanas, essas proporções foram de 75,2% e 80,1%, respectivamente. Nesses dois últimos tipos de profissões, o emprego formal abrangia cerca de dois terços dos ocupados, fossem homens ou mulheres.

Tabela 27 - Composição dos subgrupos por posição na ocupação. Brasil - 2004

Posição na ocupação	Profissionais polivalentes		Profissionais das ciências Jurídicas		Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia		Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Empregado formal	92,7	0,0	25,1	35,4	68,9	65,3	37,8	49,0
Empregado sem/ cart.	7,3	100,0	12,8	17,4	9,4	14,2	16,1	16,3
Conta própria	-	-	47,3	40,0	18,7	18,7	24,1	20,9
Empregador	-	-	13,1	6,1	3,0	1,8	21,7	11,8
Não remunerado	-	-	1,6	1,1	0,0	0,0	0,5	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Continuação

Posição na ocupação	Profissionais das ciências sociais e humanas		Comunicadores, artistas e religiosos		Profissionais do ensino		PCA	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Empregado formal	64,3	66,8	35,3	46,2	80,4	81,1	56,2	70,4
Empregado sem/ cart.	10,9	13,3	36,1	12,7	17,1	16,7	14,9	13,9
Conta própria	15,9	13,9	24,9	36,1	2,4	1,6	20,3	11,5
Empregador	8,8	4,4	1,1	1,3	0,0	0,4	8,0	3,3
Não remunerado	0,1	1,6	2,2	3,7	0,1	0,2	0,5	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Essa variação de ocupações por posição na ocupação se manteve em 2013, no entanto, de modo geral, aumentou a importância relativa do emprego formal em todos os tipos de profissões das ciências e das artes, conforme comparação dos dados das Tabelas 27 e 28. Para os profissionais das ciências jurídicas, o aumento da importância relativa do emprego formal foi acompanhado, principalmente, da redução do emprego sem carteira, visto que continuou muito marcante o trabalho por conta própria e como empregador nesse conjunto de ocupações.

No caso dos profissionais do ensino, a composição por posição na ocupação não apresentou alteração em relação a 2004. Entre os homens profissionais das ciências sociais e humanas, houve uma diminuição da importância relativa do emprego sem carteira, porém verificou-se um aumento dos trabalhadores por conta própria e empregadores. Entre os profissionais das ciências exatas, físicas e de engenharia, o aumento da importância relativa do emprego formal teve como contrapartida as diminuições do emprego sem carteira e do trabalho por conta própria, porém, ressalta-se que a dos empregadores aumentou.

Tabela 28 - Composição dos subgrupos por posição na ocupação. Brasil - 2013

Posição na ocupação	Profissionais policientíficos		Profissionais das ciências Jurídicas		Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia		Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Empregado formal	79,4	82,2	30,9	42,3	74,7	68,8	49,7	63,3
Empregado sem/ cart.	21,6	17,8	9,9	13,3	6,0	8,7	14,9	14,2
Conta própria	-	-	44,3	37,7	13,4	16,0	20,9	15,3
Empregador	-	-	14,7	6,0	5,9	6,5	14,0	6,9
Não remunerado	-	-	0,2	0,7	0,0	0,0	6,3	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Continuação

Posição na ocupação	Profissionais das ciências sociais e humanas		Comunicadores, artistas e religiosos		Profissionais do ensino		PCA	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Empregado formal	59,8	72,6	38,5	40,2	81,1	84,1	62,6	74,0
Empregado sem/ cart.	8,5	11,0	21,4	16,6	16,7	15,1	11,8	13,8
Conta própria	20,4	12,1	34,3	38,1	1,6	0,4	18,1	9,2
Empregador	10,3	3,8	3,2	2,0	0,4	0,4	7,6	2,7
Não remunerado	0,6	0,6	2,6	3,2	0,2	0,1	0,4	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Essas alterações verificadas na composição das posições na ocupação, em geral, seguiram a mesma direção tanto no caso dos homens quanto no das mulheres, nos vários tipos de ocupações dos PCA. No entanto, entre os comunicadores, artistas e religiosos, as mudanças na composição por posição na ocupação foram significativamente diferentes, sendo que, para os homens, verificou-se uma diminuição da importância relativa do emprego sem carteira e um aumento, principalmente, da importância do trabalho por conta própria, enquanto para as mulheres, diminuiu a importância relativa do emprego formal e aumentou, principalmente, a importância do emprego sem carteira.

Embora sejam muito distintas as composições por posição na ocupação dos diversos tipos de profissões que contemplam os profissionais das ciências e das artes, de modo geral, verificou-se um aumento da importância do emprego assalariado e do grau de formalidade dos contratos de trabalho. Essa maior formalização, em meio ao intenso crescimento da ocupação dos PCA, entretanto, ocorreu preservando a segregação das mulheres e mantendo as grandes diferenças de remuneração por sexo.

3.4.2. Distribuição dos ocupados segundo subgrupos das profissões das ciências e das artes por faixa etária

Uma análise da distribuição das mulheres segundo subgrupos dos profissionais das ciências e das artes por faixas etárias demonstra como vem se modificando o acesso das mulheres a essas ocupações, além de possibilitar a compreensão das diferentes dinâmicas em relação ao percurso do trabalho ao longo da vida, conforme o sexo.

Comparando as distribuições das mulheres segundo subgrupos para a faixa etária entre 18 e 27 anos, nos anos 2004 e 2013, é possível verificar uma mudança em sua inserção por área profissional durante o período. As principais mudanças foram a elevação da entrada das mulheres como profissionais das ciências sociais e humanas (de 15,5%, em 2004 para 20,1%, em 2013) e em menor medida como profissionais das ciências biológicas, de saúde e afins (de 23% para 24,1%), além de pequenas reduções da inserção como profissionais de ensino (de 38,1% para 36,7%), profissionais das ciências jurídicas (de 10,4% para 8,8%) e comunicadores, artistas e religiosos (de 6,4% para 3,6%). A entrada das mulheres na área das ciências exatas, física e da engenharia manteve sua pequena participação (6,6%).

Em cada um dos anos analisados, percebe-se que, considerando as faixas de maior idade, verifica-se uma maior concentração das mulheres na área de profissionais do ensino. Nas três faixas que vão de 38 a 57 anos de idade, mais da metade das mulheres profissionais das ciências e das artes estavam trabalhando nessa área. A comparação entre os anos 2004 e 2013, entretanto, demonstra que essa concentração diminuiu não só para mulheres de 18 a 27 anos, mas também para as mulheres de 28 a 37 anos, além de ter aumentado para as mulheres de 38 a 47 anos e se mantido no mesmo nível para as mulheres de 48 a 57 anos

Tabela 29 - Distribuição das mulheres segundo subgrupos ocupacionais das profissões das ciências e das artes por faixa etária. Brasil - 2004 e 2013

Subgrupos	2004				2013			
	18 a 27	28 a 37	38 a 47	48 a 57	18 a 27	28 a 37	38 a 47	48 a 57
Profissionais do ensino	38,1	52,6	57,0	59,8	36,7	47,6	65,4	60,8
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	23,0	17,8	14,7	14,1	24,1	20,8	12,7	13,9
Profissionais das ciências sociais e humanas	15,5	13,0	13,4	13,2	20,1	15,7	11,5	12,5
Profissionais das ciências jurídicas	10,4	8,0	6,9	6,4	8,8	7,3	4,7	5,1
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	6,6	5,4	4,4	2,7	6,6	6,1	2,7	3,6
Comunicadores, artistas e religiosos	6,4	3,2	3,7	4,2	3,6	2,5	2,5	4,0
Profissionais policientíficos	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Para entender o significado dessas alterações na concentração de mulheres na área de ensino por faixa etária, no período analisado, é preciso levar em consideração que as mulheres que tinham entre 28 e 37 anos, em 2013, pertenciam à faixa etária entre 18 e 27 anos, no ano de 2004, e estavam se inserindo nas profissões das ciências e das artes em um momento em que se expandiam oportunidades alternativas à área de ensino, principalmente nas profissões das ciências biológicas, da saúde e afins e das ciências sociais e humanas.

As mulheres que tinham entre 38 e 47 anos, em 2013, estavam na faixa etária entre 18 e 27 anos, em 1993, um momento em que estavam se expandindo fortemente as oportunidades de emprego na área de ensino e, portanto, abrindo novos espaços para a inserção das mulheres nesse grupo dos profissionais das ciências e das artes. Já as distribuições das mulheres entre 48 e 57 anos pelos subgrupos dos PCA não apresentaram grandes variações nos anos 2004 e 2013. Deve-se considerar que as mulheres que estavam nessa faixa etária, em 2004, pertenciam à faixa etária de 18 a 27 anos em 1974, enquanto as de 2013 estavam nessa mesma faixa etária no ano de 1983. Neste período, houve uma intensa expansão da ocupação em profissões das ciências e das artes, mas que foi generalizada, não tendo refletido em mudanças substanciais na maneira das mulheres se inserirem nas profissões desse grupo ocupacional.

Uma análise da proporção de mulheres em cada subgrupo dos PCA por faixa etária, no período analisado, permite complementar as observações anteriores (Tabela 30). Por exemplo, comparando os dados da Tabela 30 com os da Tabela 25,

é possível verificar que, em 2013, ao contrário de 2004, a proporção de mulheres como PCA entre as pessoas com 18 a 27 anos é menor do que para o total de pessoas. De fato, as proporções de mulheres foram de 60,4% e 62,8% no total dos PCA, em 2004 e 2013, e de 63,1% e 61,7% para pessoas com 18 a 27 anos nesse grupo ocupacional. Isto sugere que a proporção de mulheres nos PCA estava aumentando no entorno de 2004 e parando de aumentar no entorno de 2013.

Tabela 30 - Proporções de mulheres segundo subgrupos ocupacionais das profissões das ciências e das artes por faixa etária. Brasil – 2004 e 2013

Subgrupos	2004				2013			
	18 a 27	28 a 37	38 a 47	48 a 57	18 a 27	28 a 37	38 a 47	48 a 57
Profissionais do ensino	74,8	77,6	80,5	77,4	70,6	76,3	83,9	81,2
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	73,0	65,2	60,3	44,4	75,0	67,1	66,9	65,2
Profissionais das ciências sociais e humanas	66,0	59,5	58,1	47,4	67,6	64,8	58,5	51,9
Profissionais das ciências jurídicas	49,5	53,3	47,9	34,2	55,3	50,8	60,9	37,3
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	32,5	28,0	27,0	12,5	26,1	28,6	20,9	20,0
Comunicadores, artistas e religiosos	58,2	43,6	54,3	48,7	53,9	50,1	52,5	55,2
Profissionais policientíficos	0,0	21,5	0,0	0,0	0,0	36,6	100,0	54,7
Total	63,1	63,0	64,3	53,3	61,7	63,1	68,3	62,5

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Comparando essas proporções em cada subgrupo dos PCA, verifica-se que, no entorno de 2004, a proporção de mulheres estava aumentando, principalmente, em profissões das ciências biológicas, da saúde e afins (proporção de mulheres de 58,6% para o total e de 73% para pessoas com 18 a 27 anos), profissões das ciências sociais e humanas (57% no total e 67,6% para pessoas de 18 a 27 anos) e profissões das ciências jurídicas (44% no total e 49,5% para pessoas com 18 a 27 anos), e tendendo a diminuir em profissões de ensino (77,9% no total e 74,8% para pessoas com 18 a 27 anos).

Já no entorno de 2013, a proporção de mulheres continuou aumentando nas profissões das ciências biológicas, da saúde e afins (65,2% no total e 75% para pessoas de 18 a 27 anos), nas profissões de ciências sociais e humanas (60,2% no total e 67,6% para pessoas de 18 a 27 anos) e nas profissões das ciências jurídicas (44,4% no total e 55,3% para pessoas com 18 a 27 anos). No entanto, a diferença de proporções de mulheres nas profissões de ensino desfavoravelmente às pessoas de 18 a 27 anos aumentou (78,8% no total e 70,6% para pessoas com 18 a 27 anos),

sugerindo o início de uma queda na proporção de mulheres nesse subgrupo dos PCA, cujo peso na ocupação feminina é consideravelmente alto.

Para o total dos PCA, a proporção de mulheres, em 2004, foi semelhante em todas as faixas etárias, salvo na de 48 a 57 anos em que foi consideravelmente menor (53,3%). As mulheres que tinham entre 48 e 57 anos, em 2004, ingressaram por volta dos anos 1974 nos PCA, ou seja, em um momento em que a taxa de participação feminina estava começando a aumentar, assim como sua proporção nesse tipo de ocupação. A proporção de mulheres nos PCA com idade entre 48 e 59 anos, em 2013, era semelhante à proporção feminina nas demais faixas de idade, sendo que estas mulheres com idade entre 48 e 57 anos, em 2013, entraram no mercado de trabalho ao redor do ano de 1984. Já a proporção de mulheres nos PCA de pessoas com 48 a 57 anos foi muito maior em 2013. Essas pessoas entraram no mercado de trabalho dos PCA por volta de 1993, quando se ampliaram as oportunidades de ocupação de mulheres em profissões de ensino e de ciências biológicas, da saúde e afins, conforme indica o aumento das proporções de mulheres nessas faixas etárias entre 2004 e 2013. Nesta época, houve um aceleração do aumento na proporção de mulheres nos PCA.

Assim, o aumento da proporção de mulheres nas profissões das ciências e das artes continuou no período analisado, porém em ritmo menor, além disso, prosseguiram as alterações na maneira de ingresso das mulheres nesse grupo ocupacional, diminuindo a enorme importância relativa das profissões de ensino e aumentando principalmente a das profissões de ciências sociais e humanas e das ciências biológicas, da saúde e afins.

3.5. A segregação nas ocupações dos subgrupos de profissionais das ciências e das artes

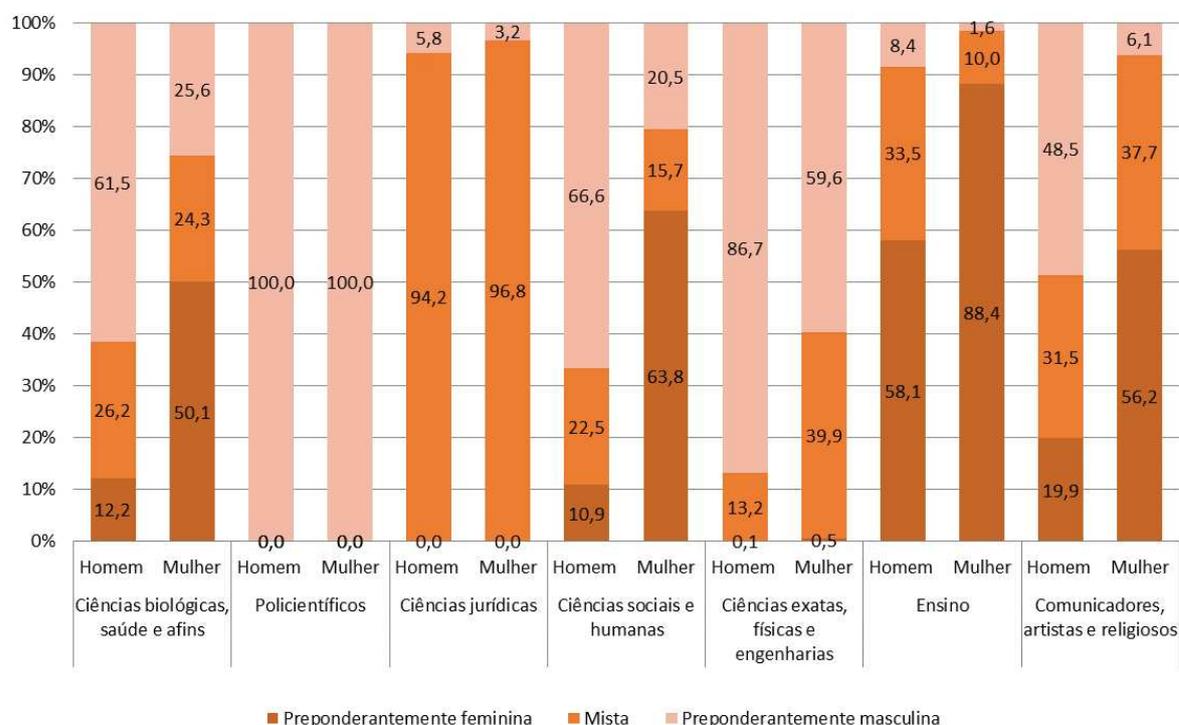
Nos gráficos 1 e 2 são apresentadas as porcentagens de mulheres e homens, conforme a classificação das ocupações preponderantemente femininas, mistas e masculinas, para cada subgrupo, com o intuito de verificar as variações nos padrões de segregação entre os anos 2004 e 2013.

No total das ocupações dos profissionais das ciências e das artes, em 2013, 68,5% das mulheres trabalhavam em ocupações preponderantemente femininas, 24,6% em ocupações mistas e 6,9% em ocupações preponderantemente masculinas. Em contraste, nesse mesmo ano, 22,4% dos homens trabalhavam em ocupações preponderantemente femininas, 42,3% em ocupações mistas e 35,3% em ocupações preponderantemente masculinas. Esses dados confirmam que as mulheres continuam segregadas em ocupações femininas e com grande dificuldade para entrar em ocupações tidas como masculinas.

A segregação mais detalhada das ocupações parece ter aumentado, visto que, em 2004, a proporção de mulheres em ocupações femininas foi de 66,1%, enquanto nas mistas foi de 22,6% e nas masculinas 11,3%. Assim, aumentou a proporção de ocupações preponderantemente femininas no emprego de mulheres nos PCA e diminuiu a nas ocupações masculinas. No caso dos homens, foi maior o aumento da proporção em ocupações mistas (35,2%, em 2004, para 42,3%, em 2013) e nas ocupações femininas (18,4%, em 2004, para 22,4%, em 2013), tendo diminuído nas ocupações masculinas (46,4%, em 2004, para 35,3%, em 2013).

Ao nível de cada subgrupo dos PCA, percebe-se uma correspondência entre o caráter predominantemente feminino, misto e masculino no conjunto do subgrupo e a distribuição de homens e mulheres por ocupações segundo a classificação adotada (Gráficos 1 e 2). Assim, em 2004, o único subgrupo com preponderância masculina era o dos profissionais de ciências exatas, físicas e engenharias, pois 76,3% dos ocupados eram homens e 86,7% desses homens estavam em ocupações preponderantemente masculinas. Existia apenas uma ocupação predominantemente feminina (engenheiros metalúrgicos), mas que contava com menos de 1% do total dos ocupados do subgrupo, ou seja, tinha uma representatividade praticamente inexistente. Nesse subgrupo, as mulheres estavam em ocupações predominantemente masculinas (59,6%), mas também em ocupações mistas (39,9%). Somente 13,2% dos homens do subgrupo estavam nessas ocupações mistas.

Gráfico 1 - Distribuição de mulheres e homens em ocupações preponderantemente femininas, masculinas e mistas, por subgrupo dos profissionais das ciências e das artes. Brasil - 2004



Por outro lado, o subgrupo de profissionais do ensino era predominantemente feminino, visto que 77,9% dos ocupados desse subgrupo eram mulheres e 88,4% dessas mulheres estavam em ocupações do subgrupo com mais de 60% de mulheres. Existia apenas uma ocupação com preponderância masculina em 2004 (professores de educação física), mas com uma proporção muito baixa entre os ocupados do subgrupo (3,1%). Os homens ocupados nesse subgrupo estavam em ocupações predominantemente femininas (58,1%) e também em ocupações mistas (33,5%), mas 8,4% estavam na única ocupação masculina (professor de educação física).

Os dois únicos subgrupos que contaram com uma participação mais equilibrada na divisão de homens e mulheres entre os ocupados foram os de profissionais das ciências jurídicas e comunicadores, artistas e religiosos. No subgrupo dos profissionais das ciências jurídicas, em 2004, 56% dos ocupados eram homens e, entre comunicadores, artistas e religiosos, essa proporção alcançava 50%. A distribuição de homens e mulheres por ocupação, entretanto, mostra que somente

nas profissões das ciências jurídicas existia realmente equilíbrio na divisão de homens e mulheres entre os ocupados, pois 94,2% dos homens e 96,8% das mulheres estavam em ocupações desses subgrupos consideradas mistas.

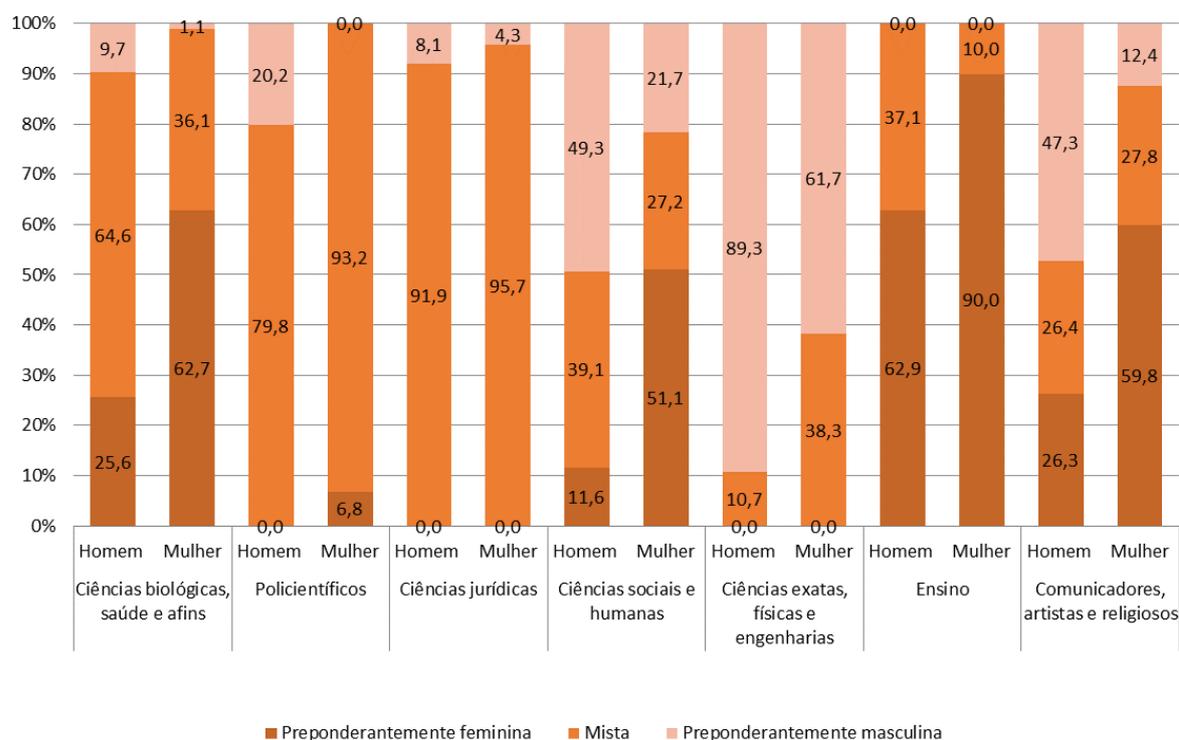
Já entre comunicadores, artistas e religiosos, 56,2% das mulheres e 48,5% dos homens estavam respectivamente em ocupações predominantemente femininas e masculinas. As ocupações mistas de comunicadores, artistas e religiosos abarcavam somente 37,7% das mulheres e 31,5% dos homens, de modo que a repartição uniforme das ocupações no total do subgrupo comunicadores, artistas e religiosos esconde uma repartição muito desigual ao nível mais desagregado dessas ocupações.

Os subgrupos dos profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins e das ciências sociais e humanas estavam, em 2004, próximos da predominância feminina com 58,6% e 57% dos ocupados eram mulheres. No subgrupo dos profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins, em 2004, a proporção de mulheres em ocupações femininas era de 50%, enquanto as demais mulheres desse subgrupo estavam igualmente repartidas entre as ocupações mistas e masculinas. Nas profissões das ciências sociais e humanas, 63,8% das mulheres estavam em ocupações predominantemente femininas e apenas 20,5% estavam em ocupações predominantemente masculinas. Já os homens nas profissões das ciências biológicas, da saúde e afins estavam concentrados em ocupações masculinas (61,5%) e somente 12,2% estavam em ocupações preponderantemente femininas.

Nas profissões das ciências sociais e humanas, a concentração de homens nas ocupações predominantemente masculinas foi ligeiramente maior do que a das mulheres em ocupações preponderantemente femininas e a proporção de homens em ocupações predominantemente femininas foi bem menor do que a proporção de mulheres em ocupações preponderantemente masculinas. Ou seja, o fato desses dois subgrupos terem mais de 40% e menos de 60% de mulheres, em 2004, não significou uma repartição equilibrada na divisão de homens e mulheres entre os ocupados, pois não houve ocupações mistas no subgrupo dos profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins. No subgrupo dos profissionais das ciências sociais e humanas as ocupações mistas responderam por somente 22,5% da ocupação de mulheres e 15,7% da ocupação de homens.

O subgrupo dos profissionais policientíficos consolidou-se apenas em 2013, com 46,6% dos ocupados sendo mulheres. Nesse subgrupo, verificou-se que 79,8% dos homens e 93,2% das mulheres estavam em ocupações mistas, indicando uma repartição relativamente equilibrada na divisão de homens e mulheres entre os ocupados.

Gráfico 2 - Distribuição de mulheres e homens em ocupações predominantemente masculinas, femininas e mistas por subgrupos dos profissionais das ciências e das artes. Brasil - 2013



Comparando os anos 2004 e 2013, nota-se que, basicamente, não se alteraram as situações dos subgrupos dos profissionais das ciências exatas, físicas e engenharias e de profissionais do ensino. A proporção de homens entre os ocupados em profissões das ciências exatas, físicas e engenharias, em 2004, foi de 75%, passando para 76,3%, em 2013. Também não se verificou alteração significativa na proporção dos homens em ocupações predominantemente masculinas (86,7%, em 2004, e 89,3%, em 2013) e tampouco foram verificadas modificações na distribuição de mulheres entre as ocupações.

Já no subgrupo de profissionais do ensino, a proporção de mulheres se manteve em cerca de 78% durante o período e, em relação às ocupações predominantemente femininas, sua proporção também se manteve em torno de 90%, desaparecendo a única ocupação predominantemente masculina, com os professores de educação física se tornando uma ocupação mista, verificando-se, portanto, um aumento da proporção das ocupações mistas e predominantemente femininas na absorção dos homens desse subgrupo.

A situação do subgrupo dos profissionais das ciências jurídicas também não apresentou mudança significativa entre 2004 e 2013. A proporção de mulheres continuou em 44% durante o período, ou seja, próxima da predominância masculina. No entanto, as proporções de homens e de mulheres em ocupações mistas foram de 91,9% e 95,7%, respectivamente, em 2013.

O subgrupo dos comunicadores, artistas e religiosos aumentou a presença feminina de 50% para 52,3%, mas continuou com concentração das mulheres em ocupações predominantemente femininas, aumentando a participação dessas ocupações na absorção de mulheres de 56,2% para 59,8%. A importância relativa das ocupações mistas diminuiu de 37,7% para 27,8% entre as mulheres e de 31,5% para 26,4% entre os homens, no período. A proporção de homens em ocupações predominantemente masculinas esteve em torno de 47% para ambos os anos, registrando um aumento na participação dos homens nas ocupações predominantemente femininas, passando de 19,9% para 26,3%.

Foram nos subgrupos dos profissionais das ciências biológicas, saúde e afins e das ciências sociais e humanas que ocorreram as maiores mudanças na repartição das ocupações entre homens e mulheres. No subgrupo dos profissionais das ciências biológicas, saúde e afins, a proporção de mulheres aumentou de 58,6% para 65,2% e se modificaram profundamente as distribuições de homens e mulheres por ocupações predominantemente femininas, mistas e predominantemente masculinas. Isto porque a ocupação formada pelos médicos, que em 2004 era predominantemente masculina, tornou-se mista. Ao mesmo tempo, aumentou a participação das ocupações predominantemente femininas na absorção de mulheres (50,1% para 62,7%) e de homens (12,2% para 25,6%).

Já no subgrupo dos profissionais das ciências sociais e humanas, a proporção de mulheres teve aumento um pouco menor (de 57% para 60,2%), no entanto, também foram consideráveis as mudanças nas distribuições de homens e mulheres por ocupações predominantemente femininas, mistas e predominantemente masculinas. Aumentaram as proporções de ocupações mistas na absorção de mulheres (de 22,5% para 39,1%) e de homens (de 15,7% para 27,2%), diminuindo as proporções de mulheres em ocupações predominantemente femininas (63,8% para 51,1%) e a de homens em ocupações predominantemente masculinas (de 66,6% para 49,3%) indicando avanço na direção do equilíbrio na repartição das ocupações entre homens e mulheres.

Em síntese, a segregação feminina continuou muito alta, mas houve avanço significativo com a ampliação da proporção de mulheres em alguns subgrupos dos PCA, principalmente nos profissionais das ciências sociais e humanas e das ciências biológicas, saúde e afins.

3.5.1. Segregação ocupacional dentro dos subgrupos das profissões das ciências e das artes

Nesta parte do capítulo são apresentados os dados sobre as ocupações dos subgrupos dos profissionais das ciências e das artes com o intuito de ilustrar afirmações feitas no item anterior sobre a segregação das mulheres dentro de cada um deles, destacando a importância relativa das ocupações para a geração de emprego, a proporção de mulheres em cada ocupação, o rendimento médio e as diferenças de remuneração entre homens e mulheres.

Assim, o item anterior mostrou que, durante o período, o subgrupo de profissionais do ensino manteve seu caráter predominantemente feminino, com as mulheres muito concentradas em ocupações predominantemente femininas e os homens, embora também concentrados nessas ocupações, mantiveram presença mais marcante em ocupações mistas, onde se encontram maior equilíbrio entre homens e mulheres em relação ao emprego.

O subgrupo de profissionais do ensino é composto por sete¹⁸ ocupações, conforme apresentado na Tabela 31. Entre 2004 e 2013, este subgrupo teve um aumento intenso, de 97%, no número de ocupados. Os principais responsáveis por essa forte ampliação do emprego foram o ensino infantil e fundamental, ensino médio, ensino profissional, educação física e ensino para deficientes físicos e mentais, que aumentaram suas respectivas participações no emprego total do subgrupo.

Tabela 31 - Distribuição dos ocupados, % de mulheres e renda média total e renda média horária da mulher em relação aos homens no subgrupo profissionais de ensino. Brasil - 2004 e 2013

Ocupações	Total		% Mulheres		Rend. ocupação / Rend. médio subgrupo		Rend. médio hora mulher / Rend médio hora homem	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Professores (com formação de nível superior) da educação infantil e ensino fundamental	53,2	55,2	89,0	89,4	0,72	0,78	93,7	88,7
Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral do ensino médio	18,5	19,8	69,8	69,0	0,92	1,03	83,9	89,9
Professores e instrutores (com formação de nível superior) do ensino profissional	1,8	2,0	54,0	56,4	0,93	1,21	101,2	90,5
Professores do ensino superior	13,5	8,8	51,1	52,2	2,25	2,38	79,1	85,2
Professores de educação física	3,1	5,0	39,8	43,7	0,82	0,82	84,1	82,7
Professores de alunos com deficiências físicas e mentais	0,7	1,5	75,5	92,2	0,76	0,96	73,5	93,4
Programadores, avaliadores e orientadores de ensino	9,4	7,8	87,0	84,4	1,06	1,07	71,5	88,5
Total	100,0	100,0	77,9	78,8	1,00	1,00	63,1	72,2

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

Nos ensinos médio, profissional, educação física e de deficientes físicos e mentais, o aumento do emprego refletiu a expansão das atividades. No ensino infantil e fundamental, cuja participação no emprego total do subgrupo passou de 53,2%, em 2004, para 55,2% em 2013, a expansão do emprego de pessoas com educação em nível superior foi impulsionada pelas novas exigências da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, sendo instituída a necessidade de formação em nível superior para lecionar no ensino básico, que antes exigia como formação mínima o magistério de nível médio, conforme demonstrado no Capítulo 2. A LDB deu, como prazo limite, até o ano de 2007 para a adaptação às novas exigências por parte das escolas e professores (Brasil, 1996).

¹⁸ Para efeitos de análise, foram agrupados em uma única ocupação os professores (com formação em nível superior) da educação infantil e os professores (com formação em nível superior) de disciplinas da educação geral de 1ª a 4ª séries e de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental.

Nas ocupações com intenso crescimento do emprego, a predominância feminina foi absoluta no ensino infantil e fundamental e no ensino para deficientes físicos e mentais. Já para o ensino médio foi um pouco menos marcante e para o ensino profissional foi apresentada uma repartição mais equânime do emprego entre homens e mulheres. Essas diferenças podem ser associadas ao grau de exigência de um cuidado maior com a pessoa dos alunos, atividades que culturalmente são atribuídas às mulheres, marcando as ocupações em que esses cuidados são mais exigidos como sendo consideradas ocupações mais femininas. O maior cuidado com a pessoa do adulto não seria tão relevante no ensino profissional, no ensino universitário e em educação física, razão pela qual, nessas ocupações é mais equânime a divisão dos empregos entre homens e mulheres. Essas ocupações mistas tiveram maior importância relativa no emprego de homens do que de mulheres, visto que elas estavam mais concentradas nas ocupações tidas femininas que incluem, por meio indireto, as ocupações de programação e avaliação e orientação de ensino.

Quanto à remuneração das ocupações do subgrupo profissionais do ensino, as diferenças continuaram grandes em desfavor das que envolvem mais cuidado com a pessoa dos alunos. Assim, a remuneração média dos professores do ensino universitário manteve-se em 3,1 vezes maior do que a dos professores do ensino infantil e fundamental. Essa diferença diminuiu apenas ligeiramente em relação à remuneração dos professores do ensino médio, passando de 2,4 para 2,3 vezes maior em favor dos professores universitários. Nesse aspecto, a educação física e o ensino para deficientes físicos e mentais foram exceções, pois comparativamente à média do subgrupo, verificou-se um aumento da remuneração dos professores de deficientes físicos e mentais (ocupação predominantemente feminina) e se manteve a dos professores de educação física (que em 2004 era predominantemente masculina).

A intensa expansão do emprego nessas duas ocupações foi acompanhada de maior aumento de remuneração na que têm maior participação de mulheres, traduzindo maiores exigências de formação para os professores de deficientes físicos e mentais. Na educação física, em que a repartição dos empregos entre homens e mulheres tornou-se mais equânime no período, a evolução da remuneração média foi desfavorável aos professores, não alterando a relação com a remuneração média do total do subgrupo. Isto também ocorreu com os ocupados programadores, avaliadores

e orientadores de ensino, ocupações com predomínio feminino e que tiveram pouca expansão do emprego no período.

O comportamento da remuneração média do total do subgrupo de profissionais do ensino não se deu em um ritmo muito elevado, visto que o crescimento do emprego dos professores universitários foi bem menor do que os dos professores do ensino infantil e fundamental e do ensino médio, cujas remunerações médias eram consideravelmente menores e continuaram sendo assim em relação as demais ocupações. Por esse motivo, todas as ocupações deste subgrupo apresentaram um comportamento da remuneração média superior à do total do subgrupo. Mesmo em educação física e programadores, avaliadores e orientadores de ensino não se verificou alterações na relação de suas remunerações médias com a do total do subgrupo.

A continuação da concentração de mulheres nas ocupações tidas como femininas não impediu que diminuísse, entre 2004 e 2013, a diferença de remuneração média entre homens e mulheres. No total do subgrupo profissionais de ensino, a remuneração média das mulheres foi, em 2004, 63,1% da remuneração dos homens, passando para 72,2%, em 2013 (Tabela 23). A aproximação das remunerações de homens e mulheres ocorreu, principalmente, no ensino para deficientes físicos e mentais, entre programadores, avaliadores e orientadores de ensino, no ensino médio e no ensino universitário. Nos ensinos infantil e fundamental, no ensino profissional e em educação física, onde a diferença já era relativamente menor em 2004, não foram verificadas alterações.

O subgrupo dos profissionais das ciências exatas, físicas e engenharias apresentou uma situação oposta à do subgrupo dos profissionais de ensino. Este subgrupo manteve seu caráter predominantemente masculino durante o período, com os homens concentrados em ocupações predominantemente masculinas e as mulheres, embora também muito concentradas nas ocupações masculinas, apresentando uma presença mais marcante em ocupações mistas, onde a repartição do emprego entre homens e mulheres é mais equitativa.

Este subgrupo é composto por 18¹⁹ ocupações, conforme a Tabela 32. O crescimento do emprego nesse subgrupo foi ainda mais intenso do que nos profissionais do ensino, já que o emprego dos profissionais das ciências exatas, físicas e engenharias, em 2013, foi o dobro do verificado em 2004. A remuneração média desse subgrupo também continuou sendo muito maior do que para os profissionais do ensino (em 2004 era 2,5 vezes maior e, em 2013, tornou-se 2,6 vezes maior).

Tabela 32 - Distribuição dos ocupados, % de mulheres e renda média total e renda média horária da mulher em relação aos homens no subgrupo profissionais das ciências exatas, físicas e engenharia. Brasil - 2004 e 2013

Ocupações	Total		% Mulheres		Rend. ocupação / Rend. médio subgrupo		Rend. médio hora mulher / Rend médio hora homem	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Prof. da matemática e estatística	0,7	0,4	54,4	54,0	1,22	1,30	102,5	103,9
Prof. da computação e análise de sistemas	28,4	31,7	26,8	23,0	0,98	0,78	98,2	87,1
Físicos	0,3	0,2	0,0	33,3	1,40	0,93	-	142,9
Químicos	2,0	1,6	46,7	43,5	0,75	0,57	118,9	89,1
Profissionais do espaço e da atmosfera	0,1	0,2	49,9	30,1	0,69	1,06	75,0	46,1
Geólogos e geofísicos	0,5	0,9	0,0	29,2	1,83	1,04	-	76,9
Engenheiros de materiais	0,0	0,4	-	11,9	0,00	0,92	-	61,2
Arquitetos	13,8	12,3	51,3	56,0	0,63	0,82	109,8	88,8
Engenheiros civis e afins	22,4	28,6	22,0	17,6	1,04	1,22	75,3	92,4
Engenheiros eletroeletrônicos e afins	12,0	8,2	9,5	7,0	1,15	1,20	83,5	74,1
Engenheiros mecânicos	11,2	8,2	4,5	6,8	1,28	1,08	47,4	97,1
Engenheiros químicos	3,2	2,7	46,1	22,7	0,89	1,13	69,5	118,5
Engenheiros metalúrgicos	0,2	0,3	63,8	51,0	0,40	0,94	20,8	70,7
Engenheiros de minas	0,6	0,5	8,2	14,8	1,47	2,11	74,6	35,0
Engenheiros agrimensores e de cartografia	1,5	0,6	18,3	5,6	0,71	0,86	154,4	104,2
Outros engenheiros, arquitetos e afins	2,0	2,6	11,4	42,1	0,86	1,00	38,4	84,5
Oficiais de convés e máquinas	0,9	0,2	16,0	0,0	1,10	1,11	132,7	-
Profissionais da navegação aérea	0,1	0,3	0,0	0,0	2,62	2,57	-	-
Total	100,0	100,0	25,0	23,7	1,00	1,00	81,4	80,2

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

A ampliação do emprego foi diferenciada nas várias ocupações das ciências exatas, físicas e de engenharia, tendo sido particularmente marcante em

¹⁹ Para efeitos de análise, foram feitas as seguintes agregações entre as ocupações: profissionais da matemática e profissionais da estatística computados como uma ocupação; os profissionais da computação e análise de sistemas incluem os especialistas em computação, os engenheiros em computação-desenvolvimento de software, especialistas em informática, analistas de sistemas e programadores de informática; e os oficiais de convés e máquinas também foram agregados em uma única ocupação.

computação e análise de sistemas, profissões do espaço e atmosfera, geologia e geofísica, engenharia de materiais, engenharia civil e afins, engenharia metalúrgica, outras engenharias, arquiteturas e afins e profissões da navegação aérea. A participação conjunta dessas ocupações no emprego total do subgrupo aumentou de 53,7%, em 2004, para 65%, em 2013. Nas outras ocupações, algumas delas com menor peso no emprego total do subgrupo como arquitetura, engenharia eletroeletrônica, engenharia mecânica e engenharia química, o crescimento não foi tão intenso, o que acarretou uma redução de suas respectivas participações no total do subgrupo.

Das ocupações com crescimento do emprego mais intenso, somente outras engenharias e arquitetura e afins eram predominantemente masculinas, em 2004, e passaram a ser ocupações mistas, em 2013. Os profissionais do espaço e da atmosfera eram considerados ocupações mistas, em 2004, e passaram a ser ocupações predominantemente masculinas, em 2013. Os engenheiros metalúrgicos eram considerados uma ocupação predominantemente feminina, em 2004, e tornou-se mista em 2013.

As demais ocupações com forte crescimento do emprego consolidaram-se como predominantemente masculinas neste subgrupo. Já as ocupações que perderam importância relativa em termos de geração de empregos no subgrupo, como matemática e estatística, química e arquitetura, mantiveram-se como ocupações mistas, enquanto engenharia química passou de ocupação mista para predominantemente masculina. As demais ocupações mantiveram o caráter de absoluta predominância dos homens.

As modificações da composição do emprego por ocupação no subgrupo dos profissionais das ciências exatas, física e engenharias não alteraram o caráter predominantemente masculino desse subgrupo, nem das distribuições de homens e mulheres pelas ocupações, além de não ter tido efeitos tão marcantes na evolução da remuneração média do subgrupo, como o verificado nas profissões do ensino. Embora a remuneração de ocupações como matemática e estatística, física, engenharia eletroeletrônica, engenharia mecânica, engenharia de minas e oficiais de convés e de máquinas sejam relativamente altas e a de engenharia química tenha se tornado elevada no período, a remuneração média dos arquitetos, químicos, engenheiros

agrimensores e de cartografia foram relativamente baixas e a dos físicos tornou-se relativamente baixa em 2013, conforme os dados da Tabela 32.

Ao mesmo tempo, a remuneração média de geólogos e geofísicos, engenheiro civil e profissionais da navegação aérea foram elevadas e a dos profissionais do espaço e da atmosfera e de outros engenheiros, arquitetos e afins passaram a ser elevadas em 2013. Assim, a remuneração média dos profissionais das ciências exatas, físicas e engenharias foi maior do que a média geral das profissões das ciências e das artes, 48% em 2004, e 57%, em 2013.

As diferenças de remuneração entre homens e mulheres nas profissões das ciências exatas, físicas e engenharias foi menor do que nas profissões de ensino e não se modificou entre os anos 2004 e 2013, visto que as mulheres receberam, em média, 80% da remuneração média dos homens. A diferença foi mais expressiva em algumas ocupações como profissionais do espaço e da atmosfera, geólogos e geofísicos, engenheiros de materiais, engenheiros eletroeletrônicos, engenheiros metalúrgicos e engenheiros de minas, no entanto, essas ocupações abrangiam, em seu conjunto, apenas 10,5% do emprego do subgrupo em 2013.

Ao contrário das profissões de ensino e das ciências exatas, físicas e engenharia, as profissões das ciências jurídicas se caracterizam por ter uma repartição mais equilibrada do emprego entre homens e mulheres, permanecendo essa característica durante o período analisado. A proporção de homens e mulheres no subgrupo foram próximas de 50% (56% de homens e 44% de mulheres), além disso, não era composto por nenhuma ocupação predominantemente feminina e as ocupações predominantemente masculinas abrangiam menos de 5% do emprego de mulheres e menos de 10% do emprego dos homens. Assim, as ocupações mistas responderam, neste subgrupo, por mais de 95% dos empregos femininos e mais de 90% dos empregos masculinos.

O subgrupo dos profissionais das ciências jurídicas é composto por 6 ocupações, conforme a Tabela 33. Neste subgrupo, o crescimento do emprego foi menos intenso do que para os profissionais do ensino e das ciências exatas, físicas e engenharias, visto que houve um aumento de 60% nessas ocupações entre os anos 2004 e 2013. Ressalta-se que a remuneração média desse subgrupo era muito

semelhante e registrou um aumento, no período, no mesmo ritmo das profissões das ciências exatas, físicas e engenharias.

Tabela 33 - Distribuição dos ocupados, % de mulheres e renda média total e renda média horária da mulher em relação aos homens no subgrupo profissionais das ciências jurídicas. Brasil - 2004 e 2013

Ocupações	Total		% Mulheres		Rend. ocupação / Rend. médio subgrupo		Rend. médio hora mulher / Rend médio hora homem	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Advogados	89,6	91,4	44,6	45,2	0,82	0,87	0,80	0,77
Procuradores de empresas e autarquias	2,5	1,9	42,2	31,1	1,87	2,05	1,01	1,00
Outros advogados autônomos e de empresas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,00	-	-
Juízes e desembargadores	3,3	2,9	48,0	33,5	3,29	2,93	0,81	0,98
Promotores, defensores públicos e afins	2,3	2,2	28,5	53,9	3,12	2,39	0,39	0,69
Delegados de polícia	2,4	1,6	32,7	21,4	1,39	1,72	0,87	0,80
Total	100,0	100,0	44,0	44,4	1,00	1,00	0,77	0,77

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

A grande maioria dos empregos dos profissionais das ciências jurídicas foi gerada na ocupação de advogados (89,6% em 2004 e 91,4% em 2013), sendo que as outras quatro ocupações responderam por parcelas muito pequenas dos empregos. Nota-se que a repartição dos empregos foi mais equitativa entre os advogados, não sendo verificada em relação às demais ocupações do subgrupo. Nesse sentido, a ocupação de delegados de polícia foi predominantemente masculina durante todo o período. Já os procuradores de empresa e autarquias e juízes e desembargadores eram ocupações mistas em 2004, mas se tornaram predominantemente masculinas em 2013, enquanto promotores, defensores públicos e afins apresentou um movimento contrário, passando de ocupação predominantemente masculina, em 2004, para ocupação mista, em 2013.

Verificou-se uma variação considerável entre as remunerações das diferentes ocupações das ciências jurídicas, sendo que as rendas médias dos juízes e desembargadores e promotores, defensores públicos e afins foi muito maior do que as de advogados, ou mesmo, dos delegados de polícia. No entanto, cabe pontuar que essas diferenças diminuíram entre os anos 2004 e 2013. Assim, a média das remunerações do conjunto de juízes, desembargadores, promotores e defensores públicos foi 3,9 vezes maior do que a dos advogados em 2004, diminuindo para 3,7 vezes em 2013. Além disso, foi também maior em 2,3 vezes a renda dos delegados

de polícia em 2004, passando a ser 87% maior em 2013. Ressalta-se que a remuneração média dos delegados de polícia aumentou em um ritmo mais acelerado do que a dos advogados, visto que, em 2004, essa renda era 70% maior, passando a ser o dobro da dos advogados em 2013.

Em relação às diferenças de rendimento entre homens e mulheres, praticamente não se constatou diferença de remuneração entre os procuradores de empresas e autarquias e a diferença de remuneração entre juízes e desembargadores foi praticamente nula em 2013. No entanto, a diferença foi expressiva entre os promotores, defensores públicos e afins, visto que as mulheres recebiam cerca de 70% do salário dos homens em 2013. Para o conjunto do subgrupo dos profissionais das ciências jurídicas, a remuneração média das mulheres foi 77% da remuneração média dos homens, não apresentando alterações no período, refletindo basicamente o que ocorreu na ocupação advogados.

Como visto no item anterior, no período de crescimento com distribuição de renda, o subgrupo dos profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins foi o que teve a maior ampliação da participação das mulheres e apresentou sintomas de redução da sua segregação em ocupações femininas. Embora tenha sido verificado um aumento da proporção de empregos de mulheres em ocupações femininas, também ocorreu um aumento da proporção de homens nestas mesmas ocupações. Além disso, houve uma intensa ampliação da participação nas ocupações mistas, tanto no emprego de homens como no de mulheres, diminuindo fortemente a participação das ocupações masculinas no emprego das pessoas de ambos sexos.

O subgrupo de profissões das ciências biológicas, da saúde e afins é composto por nove ocupações, conforme demonstrado na Tabela 34. O crescimento do emprego total deste subgrupo foi de 83,2%, no período, ou seja, mais intenso do que nas profissões das ciências jurídicas, porém inferior aos verificados nas profissões das ciências exatas, físicas e engenharia, ou mesmo das profissões de ensino. Não obstante, foi entre os profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins, junto dos profissionais do ensino, onde se verificou o maior aumento do emprego de mulheres nos PCA. Este aumento foi superado apenas pelo crescimento do emprego feminino nas profissões das ciências sociais e humanas, onde a presença

feminina aumentou menos do que nas profissões das ciências biológicas, da saúde e afins, mas o emprego total aumentou mais intensamente.

Já a remuneração média dos profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins apresentou um pequeno aumento quando comparado com a média dos profissionais das ciências e das artes, visto que a relação entre a remuneração média das ciências biológicas, da saúde e afins e a média geral dos PCA diminuiu de 1,34 para 1,27 entre 2004 e 2013.

Tabela 34 - Distribuição dos ocupados, % de mulheres e renda média total e renda média horária da mulher em relação aos homens no subgrupo profissionais das ciências biológicas, saúde e afins. Brasil – 2004 e 2013

Ocupações	Total		% Mulheres		Rend. ocupação / Rend. médio subgrupo		Rend. médio hora mulher / Rend médio hora homem	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Biólogos e afins	2,2	2,7	61,3	61,0	0,69	0,69	76,2	71,1
Agrônomos e afins	4,8	4,1	16,6	18,0	0,89	0,94	94,1	84,0
Médicos	35,6	28,5	39,7	47,9	1,52	1,82	69,7	82,2
Cirurgiões-dentistas	21,2	14,8	59,4	59,3	0,93	1,03	81,0	82,6
Veterinários	3,9	2,7	42,6	40,3	0,83	0,79	86,4	86,7
Farmacêuticos	5,1	6,5	66,4	64,7	0,62	0,65	86,2	95,5
Enfermeiros de nível superior e afins	10,2	23,4	96,2	86,6	0,59	0,58	148,9	108,4
Fisioterapeutas e afins	13,5	12,4	84,1	81,0	0,45	0,51	98,6	77,8
Nutricionistas	3,5	4,8	100,0	97,9	0,48	0,52	-	127,3
Total	100,0	100,0	58,6	65,2	1,00	1,00	60,0	63,1

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

A intensidade do crescimento do emprego, entretanto, foi diferente nas várias ocupações das ciências biológicas, da saúde e afins. As ocupações de biólogos, farmacêuticos, enfermeiros e nutricionistas ampliaram suas respectivas participações no emprego total do subgrupo. O conjunto dessas quatro ocupações aumentou a participação no emprego total do subgrupo de 21%, em 2004, para 37,4%, em 2013, destacando-se o intenso crescimento do emprego de enfermeiros. As participações das outras cinco ocupações diminuiram, especialmente as dos médicos e cirurgiões dentistas.

Essa profunda alteração na composição do emprego entre os profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins, afetou a participação feminina, as distribuições de homens e de mulheres entre as ocupações e a remuneração média deste subgrupo ocupacional. Destaca-se, também, o aumento da participação das mulheres no emprego total de médicos, que deixou de ser uma ocupação predominantemente masculina e tornou-se uma ocupação mista em 2013. Já na ocupação de enfermeiros, verificou-se um aumento da presença masculina, no entanto, não sendo ainda suficiente para que esta deixasse de ser uma ocupação predominantemente feminina.

As ocupações de médico e dentista foram melhor remuneradas do que a de enfermeiros, no entanto, a mudança de composição do emprego por ocupação teve efeito sobre a remuneração média do subgrupo, analogamente ao verificado com as profissões de ensino, em que a diminuição da importância relativa dos professores universitários (mais bem remunerados) e o aumento das de professores do ensino infantil, fundamental e médio (remunerações mais baixas) implicou em um menor aumento da remuneração média dos profissionais de ensino.

Nos profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins, a diferença de remuneração entre homens e mulheres manteve-se muito elevada, tendo aumentado entre biólogos, agrônomos, e fisioterapeutas e diminuído entre médicos e farmacêuticos. Na média, a remuneração das mulheres neste subgrupo continuou em cerca de 60% da remuneração dos homens, apesar do aumento da importância relativa do emprego dos enfermeiros e do fato de que, nesta ocupação, a remuneração média das mulheres ter sido maior do que a dos homens.

Entre os profissionais das ciências sociais e humanas, conforme mencionado, houve um aumento da participação feminina, sendo este o subgrupo dos PCA em que se apresentou a maior elevação do emprego de mulheres e, de modo análogo aos profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins, também se identificou sintomas de redução da segregação das mulheres em ocupações femininas. Isto porque verificou-se, entre as profissões das ciências sociais e humanas, um aumento da participação de homens e mulheres em ocupações mistas e uma diminuição da participação de mulheres em ocupações femininas e de homens em ocupações masculinas.

O subgrupo das profissões das ciências sociais e humanas está composto por dez²⁰ ocupações, conforme a Tabela 35. O emprego neste subgrupo ampliou-se fortemente durante o crescimento com distribuição de renda, no entanto, a intensidade desse crescimento foi distinta para cada uma de suas ocupações. A participação das ocupações de assistente social, contadores e auditores, profissionais de recursos humanos e profissionais de marketing, publicidade e comercialização aumentou em relação ao total de empregos do subgrupo.

Tabela 35 - Distribuição dos ocupados, % de mulheres e renda média total e renda média horária da mulher em relação aos homens no subgrupo profissionais das ciências sociais e humanas. Brasil – 2004 e 2013

Ocupações	Total		% Mulheres		Rend. total grupo / Rend. médio total		Rend. médio hora mulher / Rend médio hora homem	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Profissionais em pesquisa e análise econômica	9,1	7,22	45,3	48,4	1,33	1,28	72,69	59,74
Psicólogos e psicanalistas	15,8	11,74	87,9	86,9	0,81	1,02	90,77	41,19
Assistentes sociais e economistas domésticos	10,5	11,47	92,7	87,0	0,68	0,62	94,14	140,12
Pesquisa em antrop. e sociol. história, geografia e filosofia	0,9	0,6	68,9	54,7	1,26	1,1	49,57	149,99
Administradores	10,0	8,86	27,7	47,1	1,25	1,22	67,02	86,18
Contadores e auditores	29,6	32,70	29,3	40,0	1,14	1,12	96,20	74,85
Secretárias executivas e bilingües	10,4	4,79	92,1	98,1	0,61	0,71	36,07	97,22
Profissionais de recursos humanos	3,9	7,23	71,9	80,2	1,08	0,78	94,66	96,95
Profissionais da administração econômico-financeira	0,7	0,63	37,5	44,6	1,92	0,88	50,67	141,45
Profissionais de marketing, publicidade e comercialização	9,2	14,78	50,6	55,4	0,97	0,95	63,51	85,09
Total	100,0	100,00	57,0	60,2	1,00	1,00	71,72	71,36

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

No conjunto, a participação dessas 4 ocupações aumentou de 53,2% para 66,2% no período analisado. Dessas ocupações com forte crescimento do emprego, as de assistentes sociais e profissionais de recursos humanos apresentaram preponderância feminina, enquanto profissionais de marketing, publicidade e comercialização era uma ocupação mista e contadores e auditores continuou sendo preponderantemente masculina durante o período. Entre as ocupações com menor expansão do emprego, encontram-se os profissionais de economia como sendo uma

²⁰ Os profissionais em pesquisa e análise antropológica e sociológica, os profissionais em pesquisa e análise histórica e geográfica e os filósofos e cientistas políticos foram agregados como pesquisa em antrop. e sociol. história, geografia e filosofia, para efeitos de análise.

ocupação mista; o agrupamento de antropologia, sociologia, história, geografia, filosofia e ciências políticas como sendo predominantemente feminina, em 2004, e se tornando mista, em 2013; administração e administração econômico-financeira que deixaram de ser predominantemente masculinas para se tornarem ocupações mistas; e psicologia e psicanálise e secretárias executivas e bilíngues que continuaram sendo ocupações predominantemente femininas ao longo do período analisado.

As mudanças na composição por ocupação do emprego nas profissões das ciências sociais e humanas diminuíram a participação das ocupações predominantemente femininas no emprego de mulheres, pois a queda da importância relativa de psicólogos e psicanalistas e de secretárias executivas e bilíngues, em seu conjunto, passou de 26,2% do emprego total do subgrupo, em 2004, para 16,5% em 2013, sendo parcialmente compensada pelo aumento de participação de assistentes sociais e profissionais de recursos humanos, que passou de 14,4%, para 18% no período.

Para o aumento da participação feminina no total do emprego no subgrupo, teve grande importância o avanço da participação principalmente entre administradores e contadores e auditores, assim como entre economistas, profissionais de recursos humanos, profissionais da administração econômico-financeira e profissionais de marketing, publicidade e comercialização. Ressalta-se que a remuneração média dessas ocupações aumentou menos do que a média geral do subgrupo, contribuindo para que a remuneração média do subgrupo mantivesse a mesma relação com a média geral dos PCA (sendo 11% maior). No entanto, esse aumento foi menor do que o aumento da remuneração média geral dos trabalhadores brasileiros durante o crescimento com distribuição de renda.

A diferença de remuneração entre homens e mulheres continuou relativamente grande, visto que a remuneração média das mulheres profissionais das ciências sociais e humanas equivaleu a cerca de 70% da remuneração média dos homens deste subgrupo. Essa diferença aumentou entre economistas, psicólogos e psicanalistas, contadores e auditores e diminuiu entre administradores, secretárias executivas e bilíngues e profissionais de marketing, publicidade e comercialização. Ressalta-se que a remuneração média das mulheres chegou a superar a dos homens em assistência social e administração econômico-financeira.

3.6. Considerações finais

Conforme os dados apresentados neste capítulo, as mulheres se concentraram em ocupações com preponderância feminina, não apresentando significativa alteração entre os anos 2004 e 2013. Nesse sentido, no subgrupo de profissionais das ciências biológicas, saúde e afins, as mulheres ampliaram sua concentração nas ocupações preponderantemente femininas, passando de 50,1%, em 2004, para 62,7%, em 2013. Nas profissões do ensino, a concentração das mulheres nas ocupações preponderantemente femininas aumentou de 88,4% para 90%. Assim, apesar das mulheres estarem mais inseridas nas ocupações que exigem nível superior, os estereótipos de gênero ainda mantiveram o nível de segregação elevado no mercado de trabalho brasileiro.

Verifica-se que, apesar das diferenças salariais internas a cada ocupação, as diferenças mais significativas encontram-se nas inter-ocupações, mais especificamente, nas ocupações com preponderância feminina, recebendo menores remunerações do trabalho. Entre essas ocupações, podemos destacar, no subgrupo dos profissionais do ensino, os professores do ensino infantil e fundamental, composto por 90% de mulheres, em que a média de rendimento era cerca de 78% do rendimento médio total desse subgrupo. No subgrupo de profissionais das ciências biológicas, saúde e afins, as três ocupações com maior percentual de mulheres entre os seus ocupados (mais de 80%) auferiam rendimentos entre 51% e 58% do rendimento médio total do subgrupo. Ou ainda, no subgrupo de profissionais das ciências sociais e humanas, em que, também, as duas ocupações com maior preponderância feminina, assistentes sociais e secretárias executivas e bilíngues recebiam as menores remunerações, 61% e 68% do rendimento médio total desse subgrupo. Esses dados evidenciam a segregação das mulheres em ocupações menos valorizadas monetariamente.

Além disso, verificou-se que a maior formalização dos empregos e redução das desigualdades de rendimento do trabalho verificadas para o conjunto dos ocupados não resultaram em impactos para a redução da diferença de rendimento entre homens e mulheres nas profissões das ciências e das artes. Estes fatores

evidenciam a especificidade desse grupo ocupacional, em que determinantes pré-mercado de trabalho, como a escolha da profissão e as construções sociais dos gêneros, e determinantes intrínsecos do mercado de trabalho como baixa valorização das ocupações tidas como femininas, exercem grande influência na manutenção das desigualdades entre mulheres e homens.

Estes resultados vão de encontro com as correntes teóricas de estudos de gênero no mercado de trabalho que consideram a complexidade do ambiente cultural e social sobre a interiorização das normativas de gênero. Ao dar valores sociais e monetários distintos para as ocupações que exigem nível de formação e qualificação tão próximos, esse processo atinge não apenas as mulheres, mas também os homens em suas escolhas profissionais.

Diante disso, conclui-se que o hiato salarial por gênero ocorre de maneira mais forte entre as ocupações segregadas do que dentro dessas ocupações, ou seja, a desvalorização de ocupações preponderantemente femininas pode ser considerado o fator com maior influência das diferenças de rendimento em favor dos homens nas ocupações que exigem maior qualificação.

4. CONCLUSÕES

No início do século XXI, o Brasil passou por um período de expansão econômica impulsionado por elevação do investimento e consumo internos, além de um cenário internacional favorável. O crescimento econômico experimentado no período favoreceu resultados positivos no mercado de trabalho, como a ampliação dos postos de trabalho, redução do desemprego, aumento dos empregos formais, elevação do poder de compra da renda do trabalho e redução das diferenças de rendimentos entre os trabalhadores. Importante ressaltar que essa diminuição da desigualdade da renda do trabalho se deu, principalmente, por conta da elevação dos salários mais baixos, muito influenciada pela política de valorização do salário mínimo.

Esses resultados, no entanto, não tiveram impactos significativos sobre a redução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, principalmente no que concerne às ocupações que exigem educação de nível superior, em que não se verificou alterações substanciais na segregação ocupacional e muito menos nas desigualdades de rendimento entre homens e mulheres.

Um importante fenômeno que ocorreu no período foi o avanço da escolarização da população brasileira, com diminuição do percentual de pessoas com menos de 8 anos de estudos e um maior aumento do percentual da população com 11 anos ou mais de estudos. Também são significativas as diferenças de participação e condições do emprego conforme o nível de escolaridade das pessoas. Quanto maior a escolaridade, maiores são possibilidades de acesso às oportunidades de emprego, a recolocação no mercado de trabalho tende a ocorrer em menor tempo e o rendimento médio é maior do que o da média dos trabalhadores. Além disso, para o caso das mulheres, quanto mais anos de instrução, maior a taxa de participação no mercado de trabalho, pois, para elas, o nível educacional e socioeconômico são fatores que influenciam diretamente sua participação no mercado de trabalho.

Nesse sentido, apesar da taxa de participação de homens e mulheres ter declinado, entre os anos 2004 e 2013, verificou-se um importante aumento da proporção de mulheres nas ocupações que exigem maior escolaridade como as profissões das ciências e das artes, e de direção e de apoio administrativo. No entanto, apesar dessas ocupações proporcionarem melhores condições de emprego e renda,

ainda se encontram significativas as desigualdades por sexo nesses grupos ocupacionais que exigem elevado nível de instrução. Isto porque as mulheres continuaram segregadas em nichos ocupacionais tidos como femininos e com considerável diferença de rendimento em favor dos homens.

Importante ressaltar que, considerando o conjunto do mercado de trabalho, os avanços ocupacionais e de elevação da renda média ocorreram, principalmente, nas ocupações com exigência de menor escolaridade e menor remuneração, onde a formalização das mulheres foi maior e verificou-se uma diminuição da diferença de rendimento entre homens e mulheres. No entanto, esse fenômeno não se estendeu para as ocupações que exigem maior nível educacional, onde a formalização do emprego já era mais elevada, e tampouco houve uma diminuição das diferenças de rendimento entre gêneros.

Conforme apresentado nessa tese, uma forte característica do grupo ocupacional profissionais das ciências e das artes é a segregação das mulheres em áreas e ocupações tidas como nichos femininos. As mulheres com essas ocupações estavam, majoritariamente, no setor de educação, saúde e serviços sociais, sendo que este era um dos setores de atividade com menor remuneração média em relação ao rendimento médio total dos profissionais das ciências e das artes. Esse dado vai de encontro aos resultados de participação feminina por subgrupos ocupacionais, em que a maior presença das mulheres se deu nos subgrupos de profissionais do ensino e das ciências biológicas, saúde e afins. Além disso, tanto esse setor quanto os subgrupos apresentaram uma tendência de maior concentração feminina entre os anos 2004 e 2013.

De maneira geral, verificou-se uma maior feminização dos subgrupos das profissões do ensino, das ciências biológicas, da saúde e afins e das profissões das ciências sociais e humanas, sendo que estes dois últimos subgrupos tinham uma presença mista de homens e mulheres e passaram a ser preponderantemente femininos ao longo do período.

Importante ressaltar que o subgrupo de profissionais do ensino contava com mais da metade das mulheres do grupo profissionais das ciências e das artes, e que este apresentava a menor renda média, cerca de 60% do rendimento médio total dos subgrupos. Isto se deu, em grande medida, porque mais da metade dos ocupados

desse subgrupo estava concentrada nas ocupações de professores do ensino básico e fundamental, profissões essas que auferiram os menores rendimentos desse subgrupo, sendo este um reflexo do baixo valor atribuído à carreira desses professores responsáveis pela alfabetização e instrução dos alunos nos primeiros anos escolares.

Outro subgrupo com preponderância feminina foi o dos profissionais das ciências biológicas, saúde e afins, em que a maioria das mulheres se concentrava como enfermeiras, uma ocupação também preponderantemente feminina, mas que contou com um aumento da participação masculina ao longo do período analisado. Essa ocupação também foi uma das que auferiram menores rendimentos, cerca de 58% do rendimento médio total do subgrupo, e se manteve nesta posição entre os anos 2004 e 2013.

Em relação aos homens, apesar de eles estarem em menor percentual em ocupações femininas, a sua distribuição entre os subgrupos ocupacionais se deu de maneira mais homogênea, apesar que dentro dos subgrupos, verificou-se um direcionamento maior dos homens para ocupações específicas. Isso demonstra uma menor discriminação em relação às áreas de trabalho, mas uma maior discriminação quanto às ocupações dentro de cada área. Já as mulheres, apesar dos avanços verificados em prol de uma maior participação em relação aos subgrupos, ainda se nota que estão segregadas nas ocupações dentro de subgrupos e também dentro de ocupações femininas.

Ao longo da tese foi possível verificar que, mesmo com a maior participação feminina, este padrão de ocupações desvalorizadas que contavam com grande presença de mulheres se estendeu a outros subgrupos e ocupações, sendo também verificada uma manutenção das desigualdades de rendimento médio entre as ocupações e entre homens e mulheres.

Diante disso, tem-se que os avanços verificados no mercado de trabalho, entre os anos 2004 e 2013, apresentaram claros limites ao não contribuírem para a redução das desigualdades de rendimento entre homens e mulheres nas ocupações que exigem formação em nível superior. A manutenção dessas desigualdades pode ser compreendida através de dois fatores: o limitado potencial das políticas públicas gerais de mercado de trabalho na redução das desigualdades de gênero; e a

persistência histórica da segregação das mulheres e menor valorização e remuneração das ocupações com preponderância feminina no mercado de trabalho.

No caso das ocupações que exigem educação em nível superior, fatores pré-mercado de trabalho têm uma influência muito grande nos resultados em termos de diferença de remuneração por sexo. A maioria das mulheres com possibilidades de ter educação de nível superior tem condições socioeconômicas que permitem contornar as dificuldades relacionadas com os papéis atribuídos a mulheres e homens na sociedade. E não obstante, os efeitos dessas diferenças culturais sobre as remunerações por sexo são maiores do que as verificadas entre trabalhadores de menor nível socioeconômico.

Para as mulheres de nível socioeconômico maior, a segregação começa na escolha das áreas em que pretendem estudar na graduação e exercem grande influência e auxiliam no entendimento da segregação ocupacional verificada. Como algumas das ocupações que exigem nível superior de educação têm maiores possibilidades de remuneração, a segregação das mulheres nas ocupações que exigem nível superior tem maior efeito sobre as diferenças de remuneração por sexo.

Nesta tese, partimos do pressuposto de que o gênero é uma construção social e cultural que delega às mulheres e homens papéis específicos tanto na sociedade e quanto no âmbito familiar. Essa construção vai ganhando força conforme o indivíduo se insere socialmente em diversos ambientes, mas principalmente na educação. Isto porque, conforme apontado, a educação desempenha um importante papel na construção e naturalização dos papéis femininos e masculinos.

Além disso, conforme apresentado, a mulher foi alijada do sistema educacional e de seus diversos níveis durante muito tempo, e quando da massificação do ensino, sua inserção foi direcionada a determinadas áreas que condiziam com o seu papel social de cuidadora e mãe, ou seja, foi sendo direcionada para exercer no âmbito público o papel que lhe era atribuído no âmbito privado.

Ressalta-se que essas construções sociais não limitaram apenas a inserção das mulheres nas diversas áreas dos cursos de graduação e do mercado de trabalho, mas também impuseram aos homens determinados nichos de profissões e responsabilidades, com a diferença que as profissões masculinas são mais

valorizadas social e monetariamente do que as femininas. Apesar disso, verificou-se importantes avanços da participação das mulheres em cursos do ensino superior, antes majoritariamente frequentados por homens como direito, medicina e economia.

Alguns mecanismos de manutenção das desigualdades de gênero continuam atuando em diversas esferas da sociedade, mas principalmente na formação educacional e no mercado de trabalho. Isto porque as escolhas das mulheres quanto a sua participação no mercado de trabalho são fortemente influenciadas pelos conflitos cotidianos vividos pelas mulheres em terem que conciliar suas atividades profissionais com as do lar, pois, ainda hoje, persiste uma divisão sexual do trabalho que destina às mulheres o trabalho de cuidado da família, deixando a cargo das mulheres o maior ônus em relação ao trabalho doméstico.

Este fator exerce forte influência sobre as preferências e decisões profissionais das mulheres, que contribui para a continuação da segregação mesmo em empregos que exigem elevados níveis de educação. Essa segregação também pode dificultar novos arranjos familiares e de divisão do trabalho no âmbito familiar, visto que, para as mulheres, existe uma dificuldade maior no acesso a ocupações mais bem remuneradas.

Diante disso, esta tese buscou contribuir para a compreensão de como se dão as desigualdades de gênero nas ocupações que exigem formação em nível superior com base no conceito de segregação ocupacional horizontal.

A feminização de algumas profissões das ciências e das artes demonstra uma melhora na participação feminina no mercado de trabalho ao longo do tempo, visto que essas ocupações proporcionam certo prestígio social e melhor remuneração, no entanto, esse fenômeno por si só não é suficiente para indicar uma reconfiguração das relações sociais de sexo. Quando se volta o olhar para os processos de segregação ocupacional, vê-se que ainda existe uma distribuição desigual entre homens e mulheres no mercado de trabalho, com a permanência das mulheres em nichos tradicionais femininos e com remunerações mais baixas. É importante ressaltar que a segregação é um fenômeno que está na essência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, se estendendo para as condições de trabalho e remuneração recebida.

Tem-se, portanto, que o avanço da escolarização e da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, principalmente nos grupos de ocupações com melhores remunerações, não resultou em uma efetiva redução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro. Essa segregação acaba implicando em uma subvalorização das ocupações em que elas são preponderantes, mesmo com todos os avanços verificados em sua inserção e participação no mercado de trabalho.

Os mecanismos sociais de construção dos papéis associados às mulheres e homens atuam em diversos aspectos da vida dos indivíduos e constroem e garantem a manutenção de padrões associados ao que é feminino e masculino, tanto na vida privada quanto na vida pública. A quebra desses padrões não é algo fácil de ser realizado e tampouco em um curto prazo se verá os seus resultados. No entanto, continuam sendo imprescindíveis esforços cotidianos de questionamento e de ampliação dos saberes que almejem a desconstrução dessas estruturas tradicionais.

As políticas públicas são necessárias no âmbito da promoção da igualdade profissional, além de maior equidade na questão da divisão sexual dos encargos domésticos e educacionais nas famílias para que uma mulher exerça determinada profissão e esteja no mercado de trabalho. As políticas de igualdade de gênero não necessariamente precisam ter como objetivo um mercado de trabalho totalmente homogeneizado por gênero, mas sim garantir que as ocupações sejam valorizadas e remuneradas igualmente, seja qual for o gênero predominante. Além disso, também devem procurar eliminar os estereótipos de gênero associados a cada tipo de ocupação para que tanto mulheres quanto homens possam escolher suas profissões de acordo com seus interesses e aptidões.

As políticas públicas podem auxiliar na busca de mudanças com vistas a uma maior equalização dessas discrepâncias, no entanto, seus efeitos são limitados, visto que as desigualdades estão relacionadas a como a mulher é vista na sociedade, a como são atribuídos os papéis dos homens e das mulheres nas famílias e às responsabilidades atribuídas socialmente a cada um deles. Esses aspectos influenciam desde possibilidades de acesso ao ensino e escolhas profissionais, até a disponibilização e uso do tempo nas atividades privadas e públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANKER, R. *Gender and jobs: Sex segregation of occupations in the world*. Genebra: International Labour Office (ILO), 1998.
- ANKER, R. Theories of occupational segregation by sex: An overview. *International Labour Review*, Genebra, v.136, n.3, p.315–339, jan. 1997.
- ARUM, R.; ROKSA, J. *Academically Adrift: Limited Learning on College Campuses*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.
- ARUM, R.; ROKSA, J. *Aspiring Adults Adrift: Tentative Transitions of College Graduates*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.
- BALTAR, P. Estrutura Econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M.; HENRIQUE, W. (Orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2013.
- BALTAR, P. *et al.* Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. *Global Labour University Working Papers*, Berlim, n. 9, mai. 2010. Disponível em: https://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No.9_portugues_e.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.
- BALTAR, P.; KREIN, J. D.; LEONE, E. Economia e Mercado de Trabalho no Brasil. In: LEITE, M.; CARNEIRO, A. M. (Orgs.). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume; FAPESP (Coleção Trabalho e Contemporaneidade), 2009.
- BALTAR, P.; KREIN, J. D.; MORETTO, A. O emprego formal nos anos recentes. *Carta Social e do Trabalho*, Cesit-IE-Unicamp, Campinas, n.3, jan./abr. 2006.
- BALTAR, P.; LEONE, E. O mercado de trabalho no Brasil nos anos 2000. *Carta Social e do Trabalho*, Cesit-IE-Unicamp, Campinas, v.19, n.3, 2012.
- BALTAR, P.; LEONE, E. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.29, n.85, p.53-67, dez. 2015.
- BALTAR, P.; PRONI, M. Sobre o regime de trabalho no Brasil: Rotatividade da mão-de obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C.; MATTOSO, J. (Orgs.). *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado?* São Paulo: Scritta 1996.
- BARBOSA, M. L. O. Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil? *Revista de Educação PUC-Campinas*, v.24, n.2, p.240-253, 2019.

- BARROS, A. M. Discriminação no emprego por motivo de sexo. In: RENAULT, L.O. L.; VIANA, M. T.; CANTELLI, P. O. (Coords.). *Discriminação*. 2.ed. São Paulo: LTr, 2010.
- BARROS, R. *et al.* A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. In: BARROS, R.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (Orgs.) *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2006. v.2.
- BARROS, R.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década, In: BARROS, R.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (Orgs.), *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2006. v.2.
- BARROS, R.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil. *Texto para discussão n. 1288*, Rio de Janeiro: Ipea, jul. 2007.
- BARROS, R.; MACHADO, F.; MENDONÇA, R. A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero. *Texto para Discussão n. 453*, Rio de Janeiro: Ipea, jan. 1997.
- BARROSO, C.; MELLO, G. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, n. 15, dez. 1975.
- BEHRING, E. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BELTRÃO, K.; ALVES, J. A Reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2009.
- BELTRÃO, K.; TEIXEIRA, M. Cor e gênero na seletividade das carreiras universitárias. In: SOARES, S. *et al.* (Eds.). *Os Mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea; Fundação Ford, p.143-193, 2005.
- BETTIO, F. *The sexual division of labour*. Oxford: Clarendon Press, 1988.
- BETTIO, F.; VERASHCHAGINA, A. *Gender segregation in the labour market*. Root causes, implications and policy responses in the EU. Report by the European Commission's Expert Group on Gender and Employment Issues. European Communities, Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2009.
- BOURDIEU, P. *La Noblesse d'État*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: HALSEY, A. H. *et al.* (Eds.). *Education: Culture, Economy and Society*. New York: Oxford University Press, 1997.
- BRASIL Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Brasília, DF, 1996.

- BRASIL. Lei complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008. Cria a figura do Microempreendedor Individual - MEI e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da educação superior 2013. Brasília, 2013.
- BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/95). In: ROCHA, M. I. da. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 13-58.
- BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.37, n.132, p.537-572, 2007.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.17-18, p.157–196, 2002.
- BURCHELL, B. *et al.* A new method to understand occupational gender segregation in European labour markets. European Commission. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2014.
- CAMBOTA, J.; PONTES, P. Desigualdade de Rendimentos Por Gênero Intra-Ocupações no Brasil, em 2004. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.331–350, 2007.
- CARDOSO, I. *Mulher e trabalho: discriminações e barreiras no mercado de trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.
- CARNEIRO, R. Desafios do Desenvolvimento Brasileiro. In: CARNEIRO, R.; MATIJASTIC, M. (Orgs.). *Desafios do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: Ipea, 2011.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CARNEIRO, R. O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos. *Observatório da Economia Global*, Texto n. 4. Campinas: Unicamp, ago. 2010.
- CASAGRANDE, L.; SOUZA, A. Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas. *Estudos feministas*, Florianópolis, v.24, n.3, p.825-850.
- CATANI, A.; HEY, A.P.; GILIOLI, R. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? *Educar em Revista*, Curitiba, n.28, p.125-140, 2006.

- CAVALCANTI, T.; TAVARES, J. Assessing the “Engines of Liberation”: Home Appliances and Female Labor Force Participation. *Review of Economics and Statistics*, v.90, n.1, p.81–88, 2008.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). *Juventude e coesão social na Ibero-América: Um modelo a ser construído*. Santiago do Chile, 2008.
- CERDEIRA, M. *Ensino superior e a mulher: aspectos da presença feminina na Universidade de São Paulo nas décadas de 1930-1950*. 2001. 167 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CORBUCCI, P.R. Financiamento e Democratização do Acesso à Educação Superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.25, n.88, Especial, p.677-701, out. 2004.
- CORBUCCI, P.R.; KUBOTA, L.C., MEIRA, A.P. Reconfiguração estrutural da educação superior privada no Brasil: nova fase da mercantilização do ensino. *Texto para discussão n. 2256*, Brasília: Ipea, 2016.
- CUNHA L.A. A expansão do ensino superior: causas e consequências. *Debate e Crítica*, n.5, p.27-58, 1975.
- CUNHA. L.A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. *et al.* (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CUNHA, L.A. O Desenvolvimento Meandroso da Educação Brasileira entre o Estado e o Mercado. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.28, n.100, Especial, p.809-829, out. 2007.
- DAVIES, S.; ZARIFA, D. The stratification of universities: Structural inequality in Canada and the United States. *Research in Social Stratification and Mobility*, v.30, n.2, p.143-158, 2012.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). *Salário Mínimo: Instrumento de combate à desigualdade*. São Paulo: DIEESE, 2009.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: DIEESE, 2012.
- DURHAM, E. Educação superior, pública e privada (1808–2000). In: SCHWARTMAN, S.; BROCK, C. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.197-240.
- DURHAM, E. O ensino superior no Brasil: público e privado. *Documento de Trabalho, n. 3/03*, São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 2003.

- DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Martins Fontes, 1977.
- FERNANDES, F. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- FINNIE, R.; FRENETTE, M. Earning differences by major field of study: Evidence from three cohorts of recent Canadian graduates. *Economics of Education Review*, v.22, n.2, p.179–192, abr. 2003.
- FOGUEL, M.; AZEVEDO, J. P. Uma decomposição da desigualdade de rendimentos de trabalho no Brasil: 1984-2005. *Texto para discussão n. 1247*, Rio de Janeiro: Ipea, 2006.
- FRESNEDA, B. Segregação ocupacional versus discriminação salarial por gênero no mercado de trabalho brasileiro – 2004. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Recife. *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife, 2007.
- GALVÃO, J. *O impacto da segregação de gênero nos cursos de graduação sobre o diferencial salarial entre homens e mulheres no Brasil*. 2015. 86 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- GERBER, T.; CHEUNG, S. Horizontal stratification in postsecondary education: Forms, explanations and implications. *Annual Review of Sociology*, v.34, n.1, p.299–318, jun. 2008.
- GOLDIN, C.; KATZ, L. F. The Power of the Pill: Oral Contraceptives and Women's Career and Marriage Decisions. *NBER Working Paper Series*, n.7527, fev. 2000.
- GRUSKY, D.; SORENSEN, J. Can class analysis be salvaged? *American Journal of Sociology*, v.103, n.5, p.1187-1234, mar. 1998.
- GRUSKY, D.; WEEDEN, K. Decomposition without death: a research agenda for a new class analysis. *Acta Sociologica*, v.44, n.3, p.203-219, set. 2001.
- GUEDES, M. A inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de gênero. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v.8 n.1, mar./jun. 2010.
- GUEDES, M. *As mulheres de formação universitária: a reversão da desigualdade de gênero e seus reflexos no mercado de trabalho (Brasil: 1970-2000)*. 2004. 106 f. Dissertação (Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências e Estatísticas/IBGE, Rio de Janeiro, 2004.
- GUEDES, M. Gênero e mercado de trabalho. Alguns elementos do debate. In: ARILHA, M. *et al. Diálogos transversais em gênero e fecundidade*. Articulações contemporâneas. Campinas: Librum Editora, ABEP, 2012.
- HAKIM, C. Grateful slaves and self-made women: Fact and fantasy in women's work orientations. *European Sociological Review*, v.7, p.101-121, set. 1991.

- HAVEMAN, H.; BERESFORD, L. If You're So Smart, Why Aren't You the Boss? Explaining the Persistent Vertical Gender Gap in Management. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v.639, n.1, p.114–130, 2012.
- HERMETO, A. M. *Segregação ocupacional por sexo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 1998 (Série Seminários, 13).
- HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, set./dez. 2007.
- HOFFMANN, R. As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, jun. 2005.
- HOFFMANN, R. Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005. In: BARROS, R.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (Orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2006. v.2.
- HOFFMANN, R.; LEONE, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar *per capita* no Brasil: 1981-2002. *Nova Economia: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*, Belo Horizonte, v.14, n.2, 2004.
- HOOKS, B. *Feminist Theory: from margin to center*. Cambridge: South End Press Classics, 2000.
- GRIMSHAW, D.; RUBERY, J. *Undervaluing women's work*. Working Paper Series, No 53. Manchester: European Work and Employment Research Centre, University of Manchester, 2007.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- JACOBS, J. Gender Inequality and Higher Education. *Annual Review of Sociology*, v.22, n.1, p.153–185, 1996.
- KERGOAT, D. Playdoyer pour une sociologie des rapports sociaux: de l'analyse critique des catégories dominantes à la mise em place d'une nouvelle conceptualisation, In: BARRÈRE-MAURISSON, M. A. et al. *Le sexe du travail: structures familiales es système productif*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1984.
- LEONE, E. *O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal*. Brasília: Escritório da OIT no Brasil, 2010.

- LEONE, E; BALTAR, P. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.23, n.2, jul./dez. 2006a.
- LEONE, E; BALTAR, P. Economia e mercado de trabalho no Brasil. *Carta Social e do Trabalho*, Cesit-IE-Unicamp, Campinas, v.6, 2006b.
- LEONE, E.; BALTAR, P. Mercado de Trabalho Metropolitano: Gênero e Diferenças de Rendimento, 1992-2002. In: *Anais do IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET*. Recife, 2005.
- LEONE, E.; BALTAR, P. Um balanço da desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro. In: *V Congreso de la asociación latinoamericana de población*, Montevideu, 2012.
- LEONE, E.; TEIXEIRA, M. As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical. In: *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, 2010.
- LIMA, L.; AZEVEDO; M.; CATANI, A. O Processo de Bolonha, a Avaliação da Educação Superior e Algumas Considerações sobre a Universidade Nova. *Avaliação*, Campinas, v.13, n.1, p.7-36, mar. 2008.
- LOURO, G. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 12. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- LOURO, G. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, M. (Org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1995.
- LUSTIG, N.; LOPEZ-CALVA, L. F.; ORTIZ-JUAREZ, E. Declining inequality in Latin America in the 2000s: the cases of Argentina, Brazil, and Mexico. *World Development*, v.44, p.129-141, abr. 2013.
- MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M.; WAJNMAN, S. *Sexo frágil?* Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Gelre, Organização, 2005.
- MADALOZZO, R.; MARTINS, S.; LICO, M. Segregação ocupacional e hiato salarial entre os gêneros. *INSPER Working paper*, 2015.
- MANDEL H.; SEMYONOV, S. A welfare state paradox: State interventions and women's employment opportunities in 22 countries. *American Journal of Sociology*, v.111, n.6, 2006.
- MANDEL, H.; SHALEV, M. Gender, class and varieties of Capitalism. *Social Politics*, v.16, n.2, p.161-181, 2009.
- MANZANO, M.; SALAS, C.; SANTOS, A.L. O Brasil nos últimos vinte anos: em busca de um novo regime de acumulação. *Carta Social e do Trabalho*, Cesit-IE-Unicamp, Campinas, v.25, 2014.

- MARE, R.D. Social Background and School Continuation Decisions. *Journal of the American Statistical Association*, v.75, p.295-305, 1980.
- MARUANI, M. Emprego, desemprego e precariedade: uma comparação europeia. In: COSTA, *et al.* (Orgs.). *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- MELLO, J.C.; NOVAIS, F.A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* [S.l.: s.n.], 2000.
- MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. Rising human capital but constant inequality: the education composition effect in Brazil. *Revista Brasileira de Economia*, v.60, p.200-250, 2006a.
- MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. Educação e a queda da desigualdade no Brasil. 2006b. In: BARROS, R.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2006b. v.2.
- MILKMAN, R. Women's work and economic crisis: Some lessons of the Great Depression. *Review of Radical Political Economics*, v.8, n.1, p.73-97, abr. 1976.
- MOEHLECKE, S.; CATANI, A. Reforma e Expansão do Acesso ao Ensino Superior. In: *Políticas de acesso e expansão da Educação Superior: concepções e desafios* [S.l.: s.n.], 2006.
- NEVES, C. Demand and supply for Higher Education in Brazil. In: SCHWARTZMAN, S. *et al.* (Eds.). *Higher Education in the BRICS countries*. New York: Springer Science + Business Media Dordrecht, 2015. p. 73-96.
- NEVES, C. Ensino superior no Brasil: Expansão, diversificação e inclusão. In: *Congresso da LASA*, São Francisco, 2012.
- NEVES, C. Using social inclusion policies to enhance access and equity in Brazil's higher education. In: KNIGHT, J. (Ed.). *Financing access and equity in higher education*. Rotterdam; Taipei: Sense Publishers, 2009. p.169-188.
- NEVES, C.; MATINS, C. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, T. *et al.* (Orgs.). *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. 1.ed. Brasília; Pequim: IPEA; Social Science Academic Press (SSAP), 2016. v.1, p.95-124.
- QUADROS, W. A evolução recente da estrutura social brasileira. *Texto para Discussão n. 148*, Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2008.
- QUADROS, W. As melhorias sociais no período 2004 a 2008. *Texto para Discussão n. 176*, Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2010.
- RESKIN, B.; ROOS, P. (Eds.). *Job queues, gender queues*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

- ROBST, J. Education and job match: The relatedness of college major and work. *Economics of Education Review*, v.26, n.4, p.397–407, ago. 2007.
- ROMANELLI, O. História da Educação no Brasil (1930/1973). 25.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, São Paulo, v.9, n.2, p.515-540, jul./dez. 2001.
- RUBERY, J. (Ed). *Women and recession*. London: Routledge, 1988.
- RUBERY, J.; FAGAN, C. Gender segregation in societal context. *Work, Employment and Society*, v.9, n.2, p.217-240, jun. 1995.
- SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. São Paulo: Expressão popular, 2013.
- SAMPAIO, H. Ensino Superior no Brasil: o setor privado. São Paulo: Hucitec, 2000.
- SAMPAIO, H. Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990). *Documento de Trabalho 8/91*, São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.
- SANTOS, A.; CERQUEIRA, E. Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: *IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul*, Florianópolis 2009.
- SANTOS, A.; GIMENEZ, D. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. *Estudos avançados*, São Paulo, v.29, n.85, p.153-168, dez. 2015.
- SANTOS, J. A. Discrepâncias de gênero no valor econômico da educação. *Teoria & Sociedade*, v.17, n.17, p.8-31, jan./jun. 2009.
- SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Revista Poíesis Pedagógica*, v.8, n.2, p.4-17, ago./dez. 2010.
- SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.28, n.100, p.1231-1255, out. 2007
- SCHAWARTZMAN, S. Demanda e políticas públicas para o Ensino Superior nos BRICS. *Caderno CRH*, v.28, n.74, p.267-289, 2015.
- SIMIÃO, D. Gênero no mundo do trabalho: variações sobre um tema. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v.2, n.5 p.9-20, 2006.
- SOARES, S. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995-2004. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, jun. 2006.

- TEIXEIRA, A. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.
- TEIXEIRA, M. Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013. 2017. 228 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- TRIVENTI, M. The role of Higher Education stratification in the reproduction of social inequality in the labor market. *Research in Social Stratification and Mobility*, v.32, p.45-63, 2013.
- VASQUEZ, L. B. *Participação no mercado de trabalho e nível socioeconômico da população no período 2004-2013*. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- WELTERS, A. Desigualdades de gênero e inatividade: um estudo sobre as jovens mulheres brasileiras. In: Congresso da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, 2019.
- WOLNIAK, G. *et al.* College majors and social mobility. *Research in Social Stratification and Mobility*, v.26, n.2, p.123-139, 2008.

5. ANEXO

Profissionais policientíficos
Profissionais da bioengenharia, biotecnologia e engenharia genética Profissionais da metrologia Engenheiros mecatrônicos
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia
Profissionais da matemática Profissionais da estatística Especialistas em computação Engenheiros em computação - desenvolvedores de software Especialistas em informática Analistas de sistemas Programadores de informática Físicos Químicos Profissionais do espaço e da atmosfera Geólogos e geofísicos Engenheiros de materiais Arquitetos Engenheiros civis e afins Engenheiros eletroeletrônicos e afins Engenheiros mecânicos Engenheiros químicos Engenheiros metalúrgicos Engenheiros de minas Engenheiros agrimensores e de cartografia Outros engenheiros, arquitetos e afins Oficiais de convés Oficiais de máquinas Profissionais da navegação aérea
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins
Biólogos e afins Agrônomos e afins Médicos Cirurgiões-dentistas Veterinários Farmacêuticos Enfermeiros de nível superior e afins Fisioterapeutas e afins Nutricionistas
Profissionais do ensino (com formação de nível superior)
Professores com formação de nível superior da educação infantil Professores com formação de nível superior de disciplinas da educação geral de 1a à 4a séries do ensino fundamental Professores com formação de nível superior de disciplinas da educação geral de 5a à 8a séries do ensino fundamental

Continua

Continuação

Professores com formação de nível superior de disciplinas da educação geral do ensino médio Professores e instrutores com formação de nível superior do ensino profissional Professores do ensino superior Professores de educação física Professores de alunos com deficiências físicas e mentais Programadores, avaliadores e orientadores de ensino
Profissionais das ciências jurídicas
Advogados Procuradores de empresas e autarquias Outros advogados autônomos e de empresas Juizes e desembargadores Promotores, defensores públicos e afins Delegados de polícia
Profissionais das ciências sociais e humanas
Profissionais em pesquisa e análise antropológica e sociológica Profissionais em pesquisa e análise econômica Profissionais em pesquisa e análise histórica e geográfica Filósofos e cientistas políticos Psicólogos e psicanalistas Assistentes sociais e economistas domésticos Administradores Contadores e auditores Secretárias executivas e bilíngues Profissionais de recursos humanos Profissionais da administração econômico-financeira Profissionais de marketing, publicidade e comercialização
Comunicadores, artistas e religiosos
Profissionais do jornalismo Profissionais da informação Arquivologistas e museólogos Filólogos, tradutores e intérpretes Escritores e redatores Especialistas em editoração Locutores e comentaristas Produtores de espetáculos Coreógrafos e bailarinos Atores, diretores de espetáculos e afins Compositores, músicos e cantores Desenhistas industriais designer, escultores, pintores e afins Decoradores de interiores e cenógrafos Ministros de cultos religiosos, missionários e afins